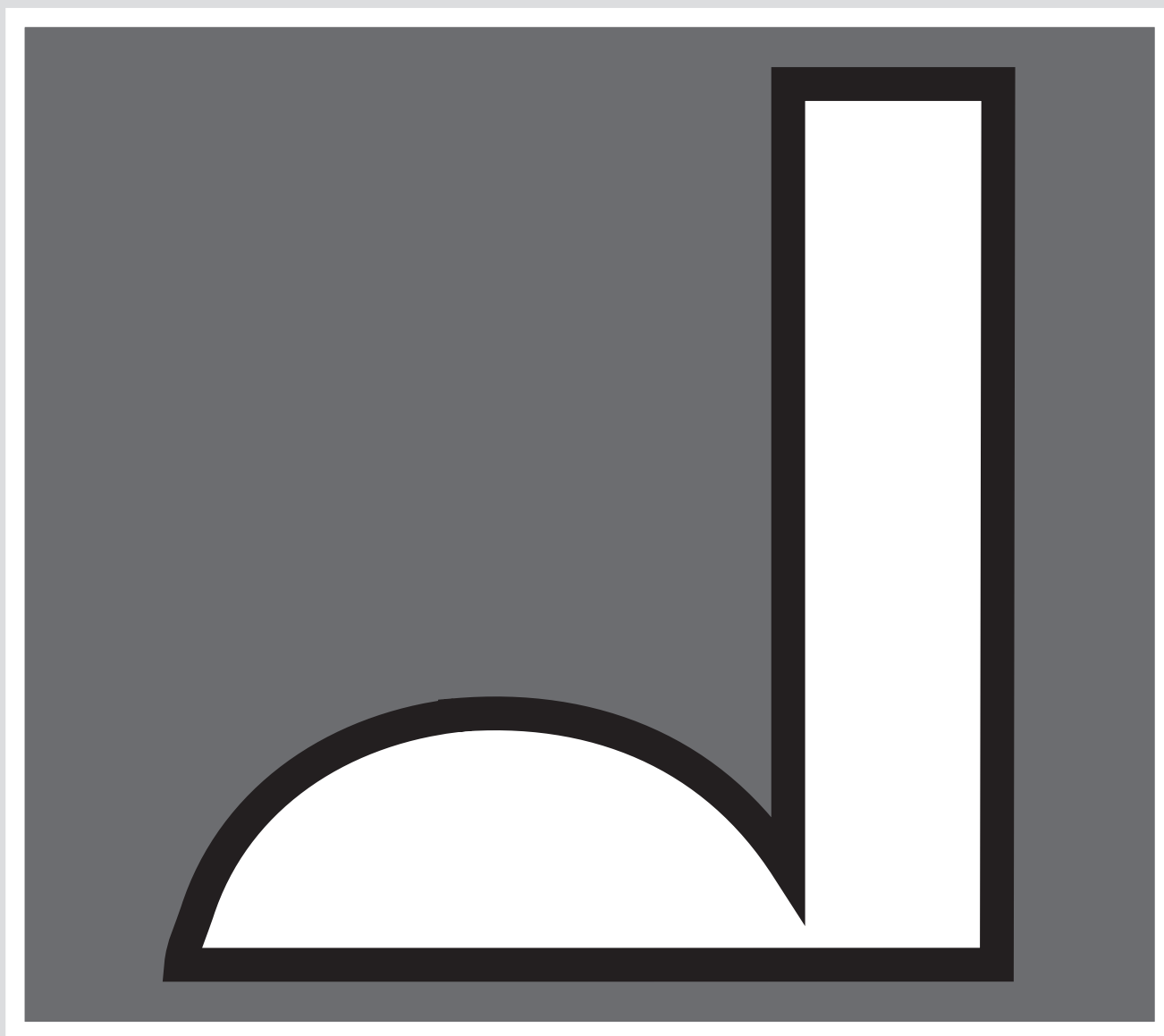




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 176 - SEXTA-FEIRA, 31 DE OUTUBRO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2) 1º VICE-PRESIDENTE Tião Viana - (PT-AC) 2º VICE-PRESIDENTE Alvaro Dias - (PSDB-PR) 1º SECRETÁRIO Efraim Morais - (DEM-PB) 2º SECRETÁRIO Gerson Camata - (PMDB-ES)	3º SECRETÁRIO César Borges - (PR-BA) (1) 4º SECRETÁRIO Magno Malta - (PR-ES) Suplentes de Secretário 1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP) 2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE) 3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB) - 21 Líder Valdir Raupp - PMDB Líder do PMDB - 21 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 25 Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu ⁽¹⁾ Papaléo Paes Líder do DEM - 12 José Agripino Vice-Líder do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Antonio Carlos Júnior ⁽¹⁾ Maria do Carmo Alves ⁽²⁾ Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
PTB - 7 Líder Eptácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello
PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Patrícia Saboya		

1. Em 07.07.2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Vice-Líder do DEM, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF Nº 068/08-GLDEM).
2. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009.

EXPEDIENTE	
Agaciêl da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 202ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 30 DE OUTUBRO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR PEDRO SIMON – Comentários sobre o resultado das últimas eleições e o desempenho de diversos partidos..... 42311

SENADOR GERSON CAMATA – Considerações sobre os reflexos da crise financeira mundial no Brasil..... 42315

SENADOR OSMAR DIAS, como Líder – As consequências da crise financeira na agricultura.. 42317

SENADOR EDUARDO SUPPLY – Considerações sobre audiência pública que está sendo realizada na Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença do Ministro da Fazenda e do Presidente do Banco Central. Referência aos diálogos e debates entre os candidatos nas eleições para Presidente da República dos EUA..... 42318

1.2.2 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2008, de autoria da Senadora Ada Mello, que altera a Lei nº 8.630, de 1993, para revigorar a cobrança do Adicional de Indenização do Trabalhador Portuário Avulso – AITP, e dá outras providências..... 42321

Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2008, de autoria do Senadora Ada Mello, que proíbe a utilização ou exibição de animais da fauna silvestre brasileira ou exótica em circos..... 42323

1.2.3 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR PAULO PAIM – Discussão da questão da Aerus. Preocupação com as chuvas que assolam o Estado do Rio Grande do Sul. Registro da realização de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre a situação da profissão de vigilante. Registro de decisão do Supremo Tribunal Federal a respeito da aposentadoria especial para professores..... 42324

1.2.4 – Leitura de requerimentos

Nº 1.306, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nº 97, de 2003; e nºs 69,

110, de 2006, com os Projetos de Lei do Senado Federal nºs 310 e 315, de 1999; 67, de 2002; 134, 135, 154, 204, 311, 338, 378, 438, 457 e 508, de 2003; 13, 113, 196, 199, 225, 227 e 267, de 2004; 3, 204, 280, 301, 307, 339, 344, 357, 378 e 383, de 2005; 55, 59, 65, 105, 159, 162, 167, 197 e 283, de 2006; 61, 197, 239, 287, 327, 496, 537, 552 e 689, de 2007; 7, 148, 149, 220 e 270, de 2008, por regularem a mesma matéria..... 42326

Nº 1.307, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 260 e 466, de 2003; 206, 251 e 333, de 2005, por regularem a mesma matéria..... 42327

Nº 1.308, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 29 e 35, de 2006, por regularem a mesma matéria..... 42327

Nº 1.309, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 374 e 375 – Complementares, de 2007, por regularem a mesma matéria..... 42327

Nº 1.310, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 75, de 2003; e 16 e 17, de 2006, por regularem a mesma matéria..... 42327

Nº 1.311, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 49, 50 e 496, de 2003; 304, de 2005; 582, 634, 674, 683 e 719, de 2007; e 23, de 2008, por tratarem do mesmo assunto..... 42327

Nº 1.312, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nº 107, de 2006; 25, de 2008, com os Projetos de Lei do Senado nºs 1, 117 e 153, de 2003; 65 e 173, de 2007; e 287, de 2008, por regularem a mesma matéria..... 42327

Nº 1.313, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2003; 86, de 2004; 14, de 2005 com os Projetos de Lei do Senado nºs 205, de 2001; 410, de 2003; 224, 249

e 364, de 2004; 115 e 134, de 2005; 223 e 285, de 2006; 558, de 2007; 135, de 2008, por regularem a mesma matéria.....

42327

1.2.5 – Aviso do Presidente do Banco Central do Brasil

Nº 94/2008, de 21 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 802, de 2008, do Senador Renato Casagrande.....

42327

1.2.6 – Ofícios

Nº 292/2008, de 28 do corrente, do Senador Expedito Júnior e outros Srs. Senadores, comunicando a recondução do Senador João Ribeiro para a Liderança do PR, para o biênio 2009/2010.

42327

Nº 52/2008, de 30 do corrente, do Senador Raimundo Colombo, solicitando que seja considerada a sua presença na Sessão Plenária de hoje.

42327

1.2.7 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR EFRAIM MORAIS – Crítica à postura do Governo Federal, que atribui equivocadamente à Oposição a torcida para que a crise financeira mundial se agrave.....

42330

1.2.8 – Leitura de requerimento

Nº 1.314, de 2008, de autoria do Senador Marconi Perillo e outros Srs. Senadores, solicitando, em aditamento ao Requerimento nº 1.171, de 2008, que a sessão destinada a comemorar os 10 anos de atuação da Confederação Nacional dos Jovens Empresários – CONAJE, seja realizada no Período do Expediente na mesma data.

42331

1.2.9 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 1.314, de 2008. **Aprovado.**

42332

1.2.10 – Leitura de requerimentos

Nº 1.315, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando voto de pesar à família do Deputado Federal Max Rosenmann.....

42332

Nº 1.316, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Guerra.

42332

Nº 1.317, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Ministro de Estado das Minas e Energia.....

42332

Nº 1.318, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar, no período de 27 de novembro a 9 de dezembro próximo.

42333

Nº 1.319, de 2008, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 315 e 316, de 2008, por tratarem de assuntos correlatos.

42333

Nº 1.320, de 2008, de autoria do Senador Cícero Lucena, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Nailda Muniz de Medeiros.

42333

1.2.11 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR FLÁVIO ARNS, como Líder – Registro da realização, nos próximos dias 4 a 7 de

novembro, do XXIII Congresso Nacional das Apaes no Brasil, e do IV Fórum Nacional de Autodefensas.

42333

1.2.12 – Comunicação da Presidência

Realização de Sessão Conjunta do Congresso Nacional, às 16 horas, neste Plenário, destinado à apreciação de projetos de lei do Congresso, com parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.....

42334

1.2.13 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR ALVARO DIAS – Relatório de reunião realizada no gabinete do Presidente do Senado para tratar de benefícios devidos a aeroviários aposentados e pensionistas. Análise do Fundo Soberano do Brasil.

42335

1.2.14 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 408, de 2008, de autoria do Senador Papaléo Paes, que *revoga o inciso VII do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, e o art. 82 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, para estender o benefício da impenhorabilidade do bem de família ao imóvel residencial do fiador locatício*.....

42339

Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que *cancela e dispensa a constituição de crédito tributário relativo à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins, incidente sobre a receita bruta de sociedades civis, relativamente a fatos geradores ocorridos até a data que menciona*.

42340

Projeto de Lei do Senado nº 410, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que *altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para instituir a pena de reparação do dano pelo próprio agente*.

42341

Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2008, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *dispõe sobre a compensação financeira (royalties) devidos à União, Estados e Municípios, desvincula, até o exercício de 2013, a aplicação dos recursos pertencentes à União de que trata, nos termos do § 1º do art. 20 da Constituição Federal, quando decorrente da exploração e concessão das águas, em especial as Usinas Hidrelétricas e as Pequenas Centrais Elétricas, e dá nova redação ao art 3º, revoga o art. 4º, I, II e III, da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989 e dá outras providências*.....

42343

Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, que *altera a redação dos arts. 54 e 208 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para dispor sobre a educação infantil até os 5 (cinco) anos de idade*.....

42349

1.2.15 – Apreciação de matérias

Requerimentos nºs 97 e 1.254, de 2008, lidos em sessões anteriores. **Aprovados.**..... 42351

1.2.16 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Relato da discussão sobre os pareceres elaborados pelos relatores ao PLC 27/08, o denominado projeto dos sacoleiros. Preocupação com a possibilidade de encerramento das atividades do INCORDF. O abastecimento de gás natural nos táxis de Manaus/AM..... 42352

SENADOR JAYME CAMPOS – Solidariedade aos policiais civis do Mato Grosso, que iniciaram greve por melhores salários..... 42354

SENADOR MÁRIO COUTO – Cobrança ao Governo de mais investimentos para a segurança pública. 42356

SENADOR MÃO SANTA – Comentários a respeito de e-mails recebidos por S. Ex^a. 42359

SENADOR DEMÓSTENES TORRES, como Líder – Críticas à condução da política externa brasileira. 42361

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Registro de documento da Associação Paulista de Defensores Públicos a respeito do apelo que estão fazendo ao Governo do Estado de São Paulo para que sejam atendidas as suas reivindicações. 42363

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Contrariedade com a atitude do governo federal com relação à liberação das emendas parlamentares..... 42366

1.2.17 – Ofício do Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Nº 118/2008, de 28 do corrente, comunicando a aprovação do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2008, do Senador Flávio Arns, e sua inclusão na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar. 42368

1.2.18 – Comunicações da Presidência

Abertura de prazo para recebimento de emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2008. 42368

Declaração de prejudicialidade do Requerimento nº 1.201, de 2008. 42368

1.2.19 – Suspensa às 17 horas e 36 minutos, a sessão é reaberta às 18 horas e 2 minutos.**1.2.20 – Comunicações da Presidência**

Designação do Relator-Revisor do Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2008 (Medida Provisória nº 436, de 2008), Senador Marconi Perillo..... 42369

Designação do Relator-Revisor do Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2008 (Medida Provisória nº 438, de 2008), Senador João Pedro..... 42369

Designação do Relator-Revisor do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2008 (Medida Provisória nº 440, de 2008), Senador Valdir Raupp. 42369

1.2.21 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 1.318, de 2008, lido anteriormente. **Aprovado.**..... 42369

1.3 – ORDEM DO DIA

São as seguintes as matérias cuja apreciação fica transferida para a sessão da próxima terça-feira, dia 4:

Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 435, de 2008, que altera a Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.179-36, de 24 de agosto de 2001; dispõe sobre a utilização do superávit financeiro em 31 de dezembro de 2007, e dá outras providências..... 42369

Item 2 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2008, que altera as Leis nºs 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 11.727, de 23 de junho de 2008, relativamente à incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, incidentes no mercado interno e na importação, sobre Produtos dos Capítulos 21 e 22 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados-TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, a Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001 (proveniente da Medida Provisória nº 436, de 2008)..... 42370

Item 3 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2008, que dispõe sobre medidas tributárias aplicáveis às doações em espécie recebidas por instituições financeiras públicas controladas pela União e destinadas a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas brasileiras (proveniente da Medida Provisória nº 438, de 2008)... 42370

Item 4 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 439, de 2008, que constitui fonte de recursos adicional para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e revoga a Medida provisória nº 437, de 29 de julho de 2008. 42370

Item 5 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2008, que dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e Auditoria-Fiscal do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, das Carreiras da Área Jurídica, de que trata a Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras de Gestão Governamental, de que trata a Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; das Carreiras do Banco Central do Brasil – BACEN, de que trata a Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998; e da Carreira de Diplomata, de que trata a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006; cria o Plano de Carreiras e Cargos da Susep, o Plano de Carreiras e Cargos do IPEA; dispõe sobre a remuneração dos titulares dos cargos de Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, de que trata a Lei nº 9.625, de 7 de abril de 1998, e dos integrantes da Carreira Policial Civil dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima de que trata a Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, sobre a criação de cargos de Defensor Público da União e a criação de cargos de Analista de Planejamento e Orçamento, e sobre o Sistema de Desenvolvimento na Carreira – SÍDEC; altera as Leis nºs 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.358, de 19 de outubro de 2006, e 9.650, de 27 de maio de 1998; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, das Leis nºs 9.650, de 27 de maio de 1998, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.094, de 13 de janeiro de 2005, 11.344, de 8 de setembro de 2006, e 11.356, de 19 de outubro de 2006; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 440, de 2008).....

42370

Item 6 (Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375 do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2008 (nº 3.452/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, sobre a criação de cargos de Analista Técnico e de Agente Executivo da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, sobre a transformação de cargos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, altera o Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para adaptar os quantitativos de cargos da ANVISA, a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para prever a fórmula de pagamento de

cargo em comissão ocupado por militar, e a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003..... 42371

Item 7

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação..... 42371

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições. 42371

Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar. 42371

Item 10

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50-A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar. 42371

Item 11

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores). .. 42372

Item 12

Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal. 42372

Item 13 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal. 42372

Item 14 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 220, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal..... 42372

Item 15 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*. 42372

Item 16 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece*. ... 42372

Item 17 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos*. 42373

Item 18 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos*. 42373

Item 19

Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2008 (nº 518/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Reconhecimento Recíproco de Carteiras de Habilitação, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007*. 42373

Item 20

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas)*. 42373

Item 21

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente ou de terceiros por conta dele)*. 42373

Item 22

Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências*. 42373

Item 23

Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT*. ... 42373

Item 24

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde)*. 42374

Item 25

Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais)*. 42374

Item 26

Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior)*. 42374

Item 27

Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*. 42374

Item 28

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela*. 42374

Item 29

Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Desmanche, que *altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o*

para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B..... 42374

Item 30 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços...* 42375

Item 31 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.* 42375

Item 32 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.* 42375

Item 33

Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.* 42375

Item 34 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.* 42375

Item 35

Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).* 42375

Item 36

Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.* 42376

Item 37

Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).* 42376

Item 38

Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.* 42376

Item 39

Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos auto produtores de energia elétrica.* 42376

Item 40

Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns, concluindo *favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, a Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontra em tramitação na Casa.* 42376

Item 41

Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.* 42376

Item 42

Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.* 42377

Item 43

Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.....* 42377

Item 44 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC...* 42377

Item 45

Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC, e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão.....* 42377

1.3.1 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da matéria intitulada “PALAVRA DE ESPIÃO”, publicada na revista **IstoÉ**, edição de 17 de setembro último. 42377

SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada “TCU: Abin sacou no cartão até para pagar informante”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 25 de agosto último..... 42381

SENADOR MÁRIO COUTO – Registro da matéria intitulada “Suspeito de desviar verba, se-

cretário reassume cargo”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 28 do corrente..... 42382

SENADOR CÍCERO LUCENA – Registro da matéria intitulada “HÁ GRAMPO ATÉ NAS ESTRADAS”, publicada na revista **Época**, edição de 8 de setembro último. 42383

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada “Um aliado por R\$ 420 mil”, publicada na revista **Época**, edição de 20 do corrente. 42385

SENADORA IDELI SALVATTI – Voto de pesar pelo falecimento do professor Sílvio Coelho dos Santos, da Universidade Federal de Santa Catarina..... 42387

1.4 – ENCERRAMENTO**2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO, EM 30-10-2008****3 – MESA DO SENADO FEDERAL**

7ª Reunião, realizada em 14 de outubro de 2008..... 42388

4 – TERMO DE REUNIÃO

Referente à Medida Provisória nº 443, de 2008..... 42410

SENADO FEDERAL**5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA****6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****13 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL****14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)****15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****16 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

Ata da 202ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 30 de outubro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Alvaro Dias,
Gerson Camata, Papaléo Paes, Osmar Dias, Jayme Campos e João Durval*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 2 minutos,
e encerra-se às 18 horas e 5 minutos)*

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 30/10/2008 07:30:16 até 30/10/2008 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PTB	AL	ADA MELLO	X	
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	X	
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	

Compareceram: 62 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Pela ordem, tem a palavra o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, solicitaria minha inscrição para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex^a fica inscrito.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) –

O Senador Paulo Paim tem a palavra pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, se V. Ex^a quiser me chamar como orador inscrito, eu aceito. Se não, entro com comunicação parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Pois não.

Por permuta com o Senador Eduardo Suplicy, está inscrito para falar em primeiro lugar o Senador Pedro Simon.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) –

Pela ordem, tem a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem.) –

O Senador Pedro Simon vai falar e todo mundo quer ouvir, mas eu só quero pedir a minha inscrição para falar em nome do PDT. Vou ficar aqui ouvindo o Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex^a está inscrito.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a imprensa toda noticia que o resultado das últimas eleições foi muito positivo para o Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Fez o maior número de Prefeitos, o maior número de Vereadores e, o que é importante, foi o partido que teve o maior número de eleitores que votaram em sua legenda. Isso confirma o que dois anos atrás já tinha acontecido: na eleição em que ganhou o Presidente Lula, o PMDB foi o partido que fez o maior número de Deputados estaduais, maior número de Deputados federais, maior número de Senadores e maior número de Governadores.

E aí vem uma série de perguntas e uma série de interrogações feitas na imprensa com relação à condução futura do PMDB. O primeiro comentário é de que o PMDB é a noiva que o PSDB de V. Ex^a, Presidente, e o PT querem levar ao altar e que haveria uma corrida para conseguir a simpatia do PMDB. De outro lado, há uma série de afirmativas no sentido de que isso estaria levando o PMDB a aumentar o seu cacife. A eleição presidencial passa pelo PMDB. Logo, ele tem mais condições de exigir vantagens.

Acho que seria muito importante que o nosso partido fizesse uma análise profunda da situação em que se encontra. O PMDB já foi um grande partido sob o ponto de vista político. V. Ex^a pertencia ao meu partido, Presidente, e sabe do que estou falando. Na hora da resistência, da redemocratização, na hora da luta, nos grandes momentos históricos deste País, foi o PMDB o partido que fez a transição.

Os historiadores dizem que não há nenhum acontecimento político, social e institucional na história do Brasil em que algum partido político tenha feito alguma coisa. Na República, na Abolição da Escravatura e na criação das leis sociais não se fala em partido político. Porém, na queda da ditadura e na volta à democracia neste País, há a história de um partido, que é o PMDB. Isso é uma unanimidade.

Será que não seria a hora de nós, do PMDB, pararmos para pensar? Será que não seria a hora de nós, do PMDB, entendermos a nossa posição? Diz-se que o PMDB perdeu as suas grandes lideranças nacionais: Dr. Ulysses, Dr. Tancredo, Dr. Teotônio, nomes que refletiam dentro do PMDB o pensamento nacional. Hoje, não há isso. Na verdade, há um sentimento de mágoa com relação ao comando nacional.

O comando nacional é indecifrável. Durante oito anos, no Governo Fernando Henrique, as pessoas comungaram do Governo, participaram do Governo, fizeram parte do Governo. Perdeu o PSDB, ganhou o Lula, e as mesmas pessoas participam do Governo, fazem parte do Governo.

Mas eu acho que agora é um momento novo; agora é um instante novo. Em primeiro lugar, há a realidade brasileira. Há que se reconhecer que o PMDB não teve competência para aceitar a ação do Presidente Itamar Franco, não ofereceu candidato a Presidente, que era para ser do PMDB na sucessão de Itamar – o próprio Fernando Henrique, Ministro da Fazenda, concordava com isso. O Presidente do PMDB, o Quécia, queria ser candidato, e o PMDB não teve competência. Já não tinha tido quatro anos antes, na eleição em que ganhou o Collor, quando o nosso querido Dr. Ulysses – um homem excepcional, mas não era a vez dele – quis se candidatar. Quatro anos depois, o Quécia,

que teria sido Presidente na vez do Ulysses – e não quis –, candidatou-se à Presidência, mas o desgaste era muito grande.

E, de lá para cá, o PMDB nem candidato à Presidência da República tem. Mas, justiça seja feita, houve um momento, repito, que o PMDB, não tendo apresentado candidato a suceder o Itamar, o Fernando Henrique se impôs; e era o nome: Fernando Henrique. Depois o nome era o Lula, e não teve ninguém que ganhasse do Lula. Era o Lula. Mas hoje estamos num quadro muito importante. O Lula tem 80% de prestígio. Tem. Se fosse candidato à Presidência da República, ganharia. Seria uma desgraça, porque, com 12 anos no poder, haveria um desgaste, um desmonte, e a saída seria trágica! Felizmente, o Lula está tendo a competência e a sabedoria de entender que não é esse o caminho. É muito melhor ele sair, elegendo ou não o seu sucessor, mas botando o seu nome na História e podendo até voltar depois.

Com a saída do Lula... E é uma coisa interessante: cinco eleições! Acho que, no mundo inteiro, não tem similar; tem quatro anos, que foi o Mitterrand, mas cinco? O Lula esteve presente na cédula de cinco eleições seguidas: a que perdeu para o Collor, a que perdeu para o Fernando Henrique, a segunda que perdeu para o Fernando Henrique, a que ganhou e a segunda que ganhou. Então, faz 20 anos que o cidadão que vai votar encontra o nome do Lula. Agora não vai ter.

Então, esta eleição não tem candidato nato. O Lula primeiro falou na vinda do Aécio para o PMDB, e vindo o Aécio para o PMDB ele poderia ser o candidato numa união entre PMDB e PT. É uma hipótese. O Lula falou na candidatura do Jobim, é uma hipótese. O Lula está falando agora na candidatura da Ministra da Casa Civil, uma senhora muito competente, e é uma hipótese.

O PSDB está numa luta fratricida, primeiro em São Paulo, entre o ex-Governador, o atual Governador, que terminou até dando certo; a segunda é entre São Paulo e Minas Gerais, entre Aécio e Serra. Acho, Sr. Presidente, muito delicada a situação do Serra. Primeiro, porque ele foi Prefeito dois anos, se elegeu Governador; agora vai ficar Governador dois anos e vai para a Presidência da República? Não sei. E outra coisa que acho importante: São Paulo está com 16 anos na Presidência da República – oito anos do Fernando Henrique e oito anos do Lula. São Paulo está de tal maneira instalado na Presidência da República que, pela primeira vez – nem a ditadura militar fez isso e ninguém fez isso –, o Lula tem um gabinete da Presidência da República em São Paulo. Há quanto tempo que – vocês não repararam? – um homem, um economista, um empresário importante de São Paulo

não vem a Brasília? Há quanto tempo? Vocês viram o Antônio Ermírio de Moraes? Vocês viram algum nome importante de São Paulo vir de São Paulo? Não, ele vai ali, na Avenida, está ali um enorme gabinete da Presidência da República, já está lá. Dezesesseis anos de São Paulo, são 16 anos; mais oito anos de Serra serão 24.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Excelência, é a prova de que, quando Roma não vai ao Papa, o Papa vai a Roma.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É o que está acontecendo, só que Roma é São Paulo, porque Lula vai a São Paulo e não São Paulo vem ao Lula. O Lula vai a São Paulo para falar com os paulistas, e não os paulistas vêm a Brasília para falarem com Lula. Mais oito anos de São Paulo? Vinte e quatro anos? O Brasil fez uma revolução em 30, São Paulo café com leite: quatro anos São Paulo, quatro anos Minas, quatro anos São Paulo, quatro anos Minas. O Brasil não agüentou e derrubou. Agora, são 24 anos só de São Paulo? Acho delicado.

Então, o que vejo, Sr. Presidente, é que essa foi uma eleição em que o PMDB... Não estou lançando candidato à Presidência da República do PMDB até por que tenho que pensar dez vezes. Das outras vezes, lancei candidato, porque o PMDB tinha que ter candidatura própria, e fiz o papel de bobo. Usaram-me para pegar cargo e dividir vantagem, e não quero ser usado de novo. Usar-me para tirar vantagem e fazer coisa, não quero isso. Apenas digo o seguinte: essa foi uma eleição em que o PMDB foi muito cortejado pelo PSDB e pelo PT.

Então, vamos discutir, vamos sentar à mesa, vamos fazer um projeto e discutir, na oportunidade, quem vai ser o candidato do nosso partido. Qual é a nossa aliança se ficarmos com o PT? É PT, é PMDB, é Partido Socialista, é Pcdob. Muito bem! Cada um apresenta um nome e fazemos uma grande pesquisa para escolher quem será o candidato. Isso é democrático; isso é positivo. E, se for o caso do PSDB, a mesma coisa. Acho que isso o PMDB tinha o direito de exigir e deveria exigir e precisava exigir. Mas não. De repente, já tenho o homem da Bahia que vai ter o Ministério, o homem do Pará que vai ter outro Ministério, o homem não sei da onde que vai ter outro Ministério. Isso fica feio! Isso fica muito feio!

Vejam a posição do Presidente Nacional do nosso PMDB, que é um homem de respeito, um homem muito competente. Não foi muito feliz no Estado dele. O PMDB, Sr. Presidente, tinha 40 Deputados Federais em São Paulo. O PMDB de São Paulo, 42 Deputados Federais; hoje tem 3. Dois foram eleitos por duas Igrejas Evangélicas: um com 300 mil votos, outro com

200 mil votos. O terceiro é o presidente do partido. Foi eleito na sobra, e tivemos que entrar em juízo para anular os votos de não sem quem para ele, na sobra, entrar. Esse é o Presidente do partido, que é Deputado Federal, mas é candidato à Presidência da Câmara. E tem todas as condições para ser Presidente da Câmara. É muito competente, é capaz, é um grande jurista, é um homem íntegro, é um homem sério, presidente do maior partido, a maior bancada, ninguém é mais competente que ele, tem o apoio do PT, tem o apoio do Presidente da República, mas age no jornal como se estivesse mendigando a Presidência. Parece que vão fazer um gesto de caridade. Ah, mas o PT está exigindo a Presidência do Senado!? Então, vamos acalmar o... É ridículo, Senador! Ele tinha que ter uma posição mais altaneira, mais firme, mais correta, de acordo com a sua posição. Parece que ele vai ganhar a Presidência mendigando. Parece que vão fazer uma caridade dando a Presidência para ele, enquanto ele tem direito à Presidência. E deixa o Senado seguir o seu rumo. Vamos seguir o nosso rumo, mas não a obrigatoriedade de não termos candidato a Presidente, o que não estou nem discutindo, mas para ganhar a garantia da Presidência dele.

Eu acho, Sr. Presidente, que o nosso Partido, a começar pelo Presidente Temer, tinha que ter mais grandeza. E se o Temer não se acha em condições disso, que se licencie, que se licencie. Mas o PMDB tinha que ter mais grandeza.

A imprensa vem ridicularizando o PMDB e o partido não merece isso. Essa eleição foi muito importante. Até lá em São Paulo, ganhou o PFL – o Deputado Federal é Prefeito de São Paulo, mas o seu vice é do PMDB. Aliás, um dos grandes quadros do PMDB é aquela moça da mais alta competência, diga-se de passagem. Ninguém entende mais o problema do menor e da infância desamparada do que aquela senhora.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, a história do PMDB é bela...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu tive sorte, porque o Senador Alvaro Dias foi chamado e estou com o irmão dele, que é irmão dele, mas é muito mais positivo na Presidência, porque o outro conta os segundos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Obrigado, Senador Pedro Simon, é porque sou mais novo e tenho mais tempo para esperar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Obrigada a V. Ex^a.

Ouç o aparte de V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, a história do PMDB é a história de Pedro Simon – com suas lutas etc. –, mas Ortega y Gasset diz, Pedro Simon, que o que vale mesmo não é o passado, e sim o porvir; é o vir a ser. Nós, então, temos que entender. Quantitativamente, está aí: o PMDB é maior, há os números. E nós somos qualitativamente também. Eu continuo como pensava. Até o último momento defendi a candidatura do partido para a Presidência da República. Participamos daquelas prévias: Garotinho e Rigotto. Depois, o Plenário teve a sábia decisão de V. Ex^a ter sido aclamado. A Executiva errou, não permitindo a candidatura de V. Ex^a. Quero dizer que continuo onde estou. O PMDB, quantitativamente e qualitativamente, é melhor. Então, lanço aqui e agora: vamos fazer... Temos que inovar! Vamos inovar, vamos fazer como nos Estados Unidos: primárias. Vamos sair por aí. Quero sair logo, na frente, com nosso candidato à Presidência da República: Pedro Simon. Primárias lá, no Rio Grande do Sul, V. Ex^a vitorioso. E aqui não podemos abdicar. Está aí o PDT, símbolo de Brizola, que veio também do Rio Grande do Sul. Atentai bem: o absolutismo acabou, dividiram-se os poderes. O Executivo é o mais forte porque é ele que tem dinheiro nesse mundo materialista. Ele é que tem o BNDES, a Caixa Econômica, o Banco do Brasil. O Poder Judiciário é muito forte porque ele prende, cassa e tal, mas não no erro da Constituição e dos Constituintes, porque ela previu um mandato de quatro anos. Mas isso foi alterado de tal maneira que o Luiz Inácio, no qual votei em 94, já indicou oito membros do STF. Então, ele não pode ter terceiro mandato, seria uma loucura, porque aí seria todo, e aí acabou o equilíbrio. Eu queria lembrar a V. Ex^a que não podemos entregar isso tudo ao PT, não. Não existe. Seria acabar a luta do absolutismo, da divisão do Poder. E aqui é o símbolo. Vamos buscar a história para nos inspirar. Juscelino Kubitschek, o melhor de todos nós, o de maior visão de futuro, o mais democrata, só presidiu porque houve equilíbrio aqui: o Presidente do Senado, Nereu Ramos, garantiu a posse de Juscelino. E não pode ficar tudo com o PT, não: o Poder Executivo, o Poder Judiciário, para o qual ele já nomeou oito, tem gente de carteirinha há 20 anos do PT. Quanto a isso, não venha não, porque eu estou para ensinar. A psicologia diz que, se o sujeito é por 20 anos Flamengo, não torce para o Fluminense no mundo; se ele é Internacional 20 anos, jamais vai torcer para o Grêmio. Essa é a realidade, isso aconteceu. Então, a presença do Presidente do PMDB nesta Casa pode não ser melhor para o PT, pode não ser melhor para o Luiz Inácio, mas é me-

lhor para a democracia, é melhor para o equilíbrio. E tem razão o partido sonhar com isto, o sonho da Presidência. E eu tenho um sonho: para Presidente da República do meu partido Pedro Simon, que aí está. E vamos disputar aqui. Por que nós vamos abdicar? Isso é costume, tradição, o País tem que ter isso. Esta Casa tem essa tradição de a maior bancada indicar. Rui Barbosa está ali porque ele disse: “O homem que não luta pelos seus direitos não merece viver”. Então, esse é um direito da nossa bancada e de 21 homens. Como é que não tem? V. Ex^a vai à Presidência da República. O Camata, já estou pedindo voto para o lugar dele, já pedi a V. Ex^a. Então, ele pode almejar também a Presidência.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – O Presidente Sarney e tantos outros, todos são dignos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Meu amigo Presidente, a minha tese é diferente: eu não falo em candidatura própria do PMDB porque não quero fazer o jogo daqueles que terminam usando isso para negociar. “Ora, já tem gente querendo candidatura própria. Quem dá mais?” É triste se nós formos reduzidos a isso.

Acho que o PMDB podia fazer uma grande reunião. Nós podíamos convocar as lideranças, meu querido companheiro, do Brasil inteiro, Camata, fazer aqueles velhos congressos que o PMDB fazia. Vamos sentar, vamos nos reunir e vamos debater. Vamos falar de temas, de idéias, dessa crise toda; vamos dar outro sentido para o nosso partido; vamos mostrar que nós somos um grande partido; vamos ser justos com esse eleitorado fantástico de não sei quantos milhões que nos escolheu, de novo, o grande partido.

Volto a repetir: o Lula deu o exemplo. Quando o Lula lançou a candidatura do Aécio – “venha para o PMDB e seja candidato” –, eu falei com o Aécio. Ele disse: “Eu não vou, porque quem me garante que eu saio candidato no PMDB?”. Qual a convenção que garante ao Aécio que ele sai candidato no PMDB? Nós sabemos que essa é a verdade. Mas, no momento em que nós sentarmos para discutir, vamos fazer um grande entendimento, vamos fazer uma grande plataforma, vamos fazer uma grande discussão e, na hora, vamos analisar.

A Chefe da Casa Civil? Sou fã dela. É uma grande candidata; uma grande candidata. Eu digo e repito que o Governo mudou quando ela assumiu. É outro Governo. É o mesmo Lula, é o mesmo PT, mas a Chefe da Casa Civil é diferente, e o Governo é diferente. Portanto, eu veria com a maior simpatia sua candidatura, mas, por que não sentar à mesa também? E por que

não o Governador do Rio de Janeiro, para discutir? O povo diria, numa grande pesquisa comandada pelo Lula, quem seria o candidato.

Vamos dizer que o caminho nos leve para outro lado, e aí vamos discutir com o PSDB: por que o Serra? Eu não sei, numa pesquisa nacional entre o Serra e o Governador do Rio, quem vai ganhar. O que estou propondo é sentar numa mesa com igualdade de condições, com respeito recíproco, e não na base de quem paga mais para o PMDB: o PMDB ou o PT.

Grandeza às lideranças do PMDB! Grandeza às lideranças do PMDB! Vamos fazer jus a um partido que tem história, que tem biografia. Porque, apesar de tudo, dos nossos erros, o povo está com a gente. Imaginem os senhores: o Presidente Lula tem 80% de credibilidade, e quem faz os votos é o PMDB. É uma coisa impressionante, digna de ser analisada.

Temos de estar à altura, a começar do Presidente Michel. Que ele queira ser Presidente da Câmara pelo quinto ano – já foi por quatro anos –, tudo bem, que seja pelo quinto ano!

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Vai bater um recorde? Que seja! Vai ganhar do Alckmin? Que seja! Com grandeza. Com grandeza! Quem tem o apoio de toda a bancada, de todo o partido, quem tem o apoio do PT, quem tem o apoio do Presidente da República não precisa mendigar! Não precisa se baixar a mendigar como se fosse pedir caridade. Ele não vai ser eleito Presidente da Câmara por caridade, ele vai ser eleito Presidente da Câmara pelos méritos, que são muitos, e pelas forças políticas que o apóiam, que também são muitas. Então, assuma uma posição de verticalidade, que é o que eu acho que o PMDB deve fazer. É o que eu acho que o PMDB deve fazer.

Seria uma pena muito grande! Já fizemos isso. Ganhamos a eleição, o maior número de Deputados, o maior número de Senadores, o maior número de Governadores, e não fizemos nada. Claro que alguém vai responder: “Como não fizeram? O PMDB tem seis ministros”. É, tem seis ministros, tudo bem. Nem discuto. Mas o PMDB não tem...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Senador Pedro Simon, agora, mesmo sendo um fã, um admirador de V. Ex^a, sou obrigado a pedir que V. Ex^a encerre, porque o Senador Gerson Camata quer falar também sobre o PMDB.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E mesmo que eu soubesse que, se eu pedisse, V. Ex^a me daria mais tempo, eu não vou pedir.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Eu daria mais tempo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu não vou pedir. Em respeito a V. Ex^a, vou encerrar. Eu encerro, com toda sinceridade.

Vamos fazer, Camata, uma grande reunião nacional, ou voltar aos velhos tempos: vamos chamar as bases. Vamos chamar esse pessoal do Brasil inteiro. Vamos nos reunir dois dias num hotel, ou, como a gente fazia, num seminário, e vamos conversar. Vamos conversar, vamos debater, vamos analisar. Seria muito bom, Sr. Presidente. Seria muito bom! O povo merece e o PMDB também.

Obrigado a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Obrigado, Senador Pedro Simon.

Agora, para uma comunicação inadiável, passo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste momento – ainda na Comissão de Assuntos Econômicos, em que V. Ex^a, Sr. Presidente Osmar Dias, estava presente, há pouco, aliás, com uma inquirição muito interessante, um aviso, uma admoestação sobre a insuficiência de créditos diante da próxima safra agrícola que se aproxima, e do custeio da safra, que, em alguns lugares do País, está sendo plantada e, em outros, já está sendo colhida –, eu queria me reportar a essa audiência pública.

Primeiro, acho que é necessário que reconheçamos a absoluta competência dos Ministros que dirigem hoje a economia do Brasil. Vou começar falando sobre essa competência em relação ao Ministro Meirelles, Presidente do Banco Central. Ele era Deputado, eleito com expressiva votação – talvez o mais votado do Estado de Goiás. Tinha vindo de Nova York, onde havia sido presidente de um dos maiores bancos do mundo, um banco multinacional. Veio e renunciou ao mandato de Deputado para ser Presidente do Banco Central de um governo em cuja administração econômica, vou jurar, eu não acreditava, o primeiro governo do Lula.

Pois bem, ele teve essa coragem, essa ousadia. Imagino que conversas, que garantias ele deve ter tido do Presidente da República para renunciar ao mandato de Deputado Federal e assumir a Presidência do Banco Central de um governo que não se conhecia! Pois bem, ele assumiu e se portou como um maestro

da economia do Brasil, junto com um grande Ministro da Fazenda também, o ex-Deputado e atual Deputado, para quem se tem que tirar o chapéu pelo trabalho maravilhoso que fez.

Esses dois homens tiveram a coragem, primeiro, de desafiar a esquerda do PT. É necessário que se reconheça isso. Eu me lembro que, quando eles assumiram, aqueles petistas, economistas heterodoxos, diziam: “Nada desse ‘malanismo’ sem Malan! Vamos acabar com essa política econômica! Vamos implantar uma política econômica heterodoxa! Vamos deixar um pouquinho de inflação; inflação não faz mal a ninguém!”.

Eles sabem que inflação faz muito mal a todo mundo, principalmente aos trabalhadores. Graças a Deus, tanto o Palocci quanto o Meirelles resistiram a essa tentação de fazer uma política econômica demagógica, falsa, mentirosa, que não está dando certo na Bolívia, não está dando certo na Argentina; na Venezuela está dando certo, erradamente, porque há enormes saldos do petróleo. E eles continuaram com aquela política econômica, que é normal, da mesma maneira que administramos a casa da gente.

Fui Governador – Pedro Simon foi Governador – e administrei o Estado como a casa da gente. Quando se começa a gastar mais do que se ganha, aparece um cobrador na porta. Com o Governo é a mesma coisa: ele só pode gastar aquilo que ganha; e, se puder, ainda deve poupar um pouco, como o Brasil fez.

Então, é necessário que se diga que o Brasil vinha se preparando para essa crise mundial há muito anos, desde o terceiro ano do último governo do Fernando Henrique, com as medidas do Proer, com a recuperação do sistema bancário, com o aumento do poder de fiscalização do Banco Central; depois, com Palocci; depois, com Mantega; e, depois, com Meirelles, que continua. O Governo vem se preparando, acumulando dólares, acertando a situação, fazendo um superávit primário de primeira qualidade – que o Brasil nunca teve tão grande. Com todas essas iniciativas, eles, na verdade, estavam preparando o Brasil para um momento difícil da economia internacional como este.

Outra coisa que é necessário que se diga é sobre o comportamento do Presidente Lula diante da crise. Quem leu Marshall McLuhan, o grande teórico das comunicações, sabe que ele diz, no seu livro *O Meio é a Mensagem*, que, hoje em dia, com essa explosão das comunicações – no tempo dele, não havia Internet ainda –, de televisão, rádio, jornal, um governante, às vezes, com um gesto, governa mais do que com uma lei, do que com um decreto. Na verdade, se a gente observar a grande popularidade do Lula, a que o Pedro Simon se referiu – 82% –, o

Presidente Lula é mais popular, é mais querido pelos gestos dele do que pelas leis que ele manda, que ele faz. São os gestos do governante que o fazem ser odiado ou querido.

O McLuhan dizia que, às vezes, um gesto do governante é muito mais importante do que um decreto que o governante assina. Imaginem se, lá atrás, há um mês, há um mês e meio, quando começou a crise, Presidente, o nosso querido Presidente Lula tivesse dito: “A crise é imensa, o Brasil acabou, vai todo mundo ficar desempregado, não invistam mais dinheiro, porque a crise vai abafar o Brasil. Ah! Eu vou embora, não vou nem governar mais, porque a crise é enorme!”. Se ele tivesse dito isso, hoje a crise seria enorme. É claro que o Presidente Lula sabia a dimensão da crise, mas, como governante, ele tinha que dizer: “É uma crisesinha, vamos superá-la”. E, à proporção que a crise se aproximava, ele foi tomando aquela posição necessária para não se deixar submergir pela onda da crise e não levar ao País o pessimismo. A função principal do governante é dar vontade de viver e dar boa expectativa sobre o futuro de cada País. Grande gesto também o do Presidente da República!

Eu queria dizer que essas medidas tomadas – e que foram tomadas meio até a conta-gotas, vamos falar a verdade: elas foram incisivas assim num ponto e em outro, no mercado, no mercado do dólar, no mercado futuro, na *carry trade*, para segurar os dólares aqui, no Brasil, na proporção possível – foram interessantes, porque elas foram acalmando o Brasil.

No momento da crise asiática – V. Ex^a era também Senador aqui –, V. Ex^a se lembra que os países subdesenvolvidos, os países em crescimento, como o Brasil, a Rússia, o México – depois de haver entrado em crise também –, ficaram isolados, tomando uma providência aqui, outra ali, abafados. Agora, como essa crise atingiu os Estados Unidos e a Europa, eles também estão interessados em ajudar a resolver a crise e botar todo mundo no bolo, para que todos se levanten e saiam da crise em que estamos vivendo.

O Federal Reserve americano colocou US\$30 bilhões à disposição do Brasil, trocados por real. Um ótimo negócio, porque isso já demonstra perante o mundo e perante os investidores a confiança que o Federal Reserve tem com relação ao Brasil.

Então, todos esses dados e fatos são importantes. É necessário – é claro, propondo as mudanças que forem necessárias – que se aja com muita humildade. O próprio Ministro reconheceu a necessidade de ir lá ver por que o crédito que está entrando aqui na ponta não está chegando no fim da mangueira, lá na propriedade rural, lá na cooperativa, lá na *trading* que financia a produção agrícola.

Então, da mesma maneira, podemos colocar aqui – e o Ministro reconheceu – que não é perfeita a medida provisória: “Algumas foram feitas até no calor da refrega, no calor da luta, no calor dos fatos, que foram acontecendo muito rapidamente. Se V. Ex^{as} puderem melhorá-las aqui, no Senado, no Congresso, é ótimo para o Brasil”. O Ministro reconheceu isso com muita humildade.

O que não nos pode faltar, nem à oposição, nem ao Governo, é apoio integral às medidas que forem tomadas por meio do consenso, para que, havendo confiança dos investidores brasileiros, volte a confiança dos investidores internacionais.

Estive, ontem, numa conversa de três horas, graças ao Embaixador dos Estados Unidos, com Mister Daniel Sullivan, que é Secretário Assistente para a Economia e Energia do Departamento de Estado dos Estados Unidos, da Condoleezza Rice. Pois bem, ele acha que o Brasil – como nossos Ministros acham e como estou achando também – é o País que mais fácil vai sair dessa crise. Por quê? As exportações para nós representam – V. Ex^a viu lá, Senador Osmar Dias – 16% de tudo o que arrecadamos do Produto Interno Bruto e de tudo o que produzimos. A China, por exemplo, 39%. Se houver um problema nos Estados Unidos, a China entra numa crise muito difícil, bem como a Índia. Mas, no Brasil, como as exportações não representam um volume tão grande dentro do PIB brasileiro, se incrementarmos – e o Governo brasileiro já vem fazendo isso –, melhorarmos um pouquinho o mercado interno para esse absorver o que vamos perder talvez em exportação – uns 5% –, o mercado interno brasileiro absorverá, tranqüilamente, com algumas medidas de incentivos, como incentivo à construção civil, incentivo a novos empregos, incentivo à indústria automobilística. Se conseguirmos isso, o Brasil supera a crise, tranqüilamente, com as medidas que foram adotadas até agora.

Faço esta intervenção, Sr. Presidente, novamente, para cumprimentar tanto o Ministro Mantega quanto o Ministro Palocci pela lucidez com que estão conduzindo a economia brasileira neste momento.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR)
– Senador Gerson Camata, cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento e convido V. Ex^a a assumir a Presidência.

O Sr. Osmar Dias deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gerson Camata, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Como Líder do PDT, concedo a palavra a S. Ex^a, o Senador Osmar Dias, pelo tempo de cinco minutos. O próximo orador é o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou começar por onde V. Ex^a concluiu. O Ministro Mantega mostrou, hoje, humildade, porque quando ele falou que estava tudo resolvido na agricultura, estava tudo resolvido para os exportadores, estava tudo resolvido para todo mundo e que a crise estava sendo combatida com medidas eficazes, rápidas, eu, na minha intervenção de quatro minutos, disse a ele: “Não é verdade.”

O meu telefone tocou o tempo todo, porque a TV Senado estava transmitindo ao vivo. Dirigentes de cooperativas, Senador Pedro Simon, do meu Estado, o Paraná, que é um Estado que depende muito da agricultura, me ligavam dizendo: “Olha, não tem IGF, e V. Ex^a foi Ministro e sabe da importância do IGF.” “O trigo está a R\$26,00 a saca.” O Estado de V. Ex^a não está conseguindo colher o trigo por causa da chuva e vai faltar trigo, ali na frente, porque a Argentina está com problemas.

A safra de trigo argentina pode ser reduzida em 15%. O Rio Grande do Sul, que é um Estado importante na produção de trigo, vai ter problemas de produção na colheita agora, Senador Gerson Camata.

Eu disse a ele: “Importante é dar IGF. Para quê? Para o produtor, a cooperativa segurar esse trigo e vender quando o preço estiver melhor, porque, agora, não está pagando o custo de produção.” O Ministro ficou atônito, porque as informações que chegavam a ele é que estava tudo certo: o IGF sendo liberado, o custeio... A safra está sendo plantada, do Rio Grande do Sul até o norte do País, com um crédito muito aquém daquilo que o Governo está anunciando. O Governo anunciou R\$72 bilhões: pois não foram liberados nem R\$30 bilhões, e ele disse que antecipou o crédito.

Alertei o Ministro e disse: “Não é possível. O crédito não está chegando à cooperativa que o repassa para o produtor, na que financia o produtor em troca de produto, e não está chegando ao banco para financiar o produtor.” Ele, humildemente, agradeceu a intervenção. Eu achei que ele ia ficar bravo, porque eu praticamente disse: “Olha, não é verdade o que o senhor está falando.” No entanto, ele agradeceu, dizendo: “Olha, a gente precisa de informação, porque as informações que estão chegando...”

É aquela história, Senador Pedro Simon, do subalterno, do assessor, muitas vezes, querer agradar e não falar a verdade: “Não, está tudo certo, o crédito está chegando, o IGF está sendo liberado, os bancos

estão operando.” Não é verdade. Veja um dado: o Brasil deveria estar, nesta safra, utilizando de 26 a 30 milhões de toneladas de adubo – não chegou a 20. Sabe por quê? Porque não há quem consiga pagar quase R\$2 mil a tonelada de adubo para colocar na terra. Estão reduzindo a quantidade e tem muita gente que está plantando sem adubo.

O Ministro da Agricultura, ontem, quando fui visitá-lo, disse: “Não vai haver queda de área.”

Vai haver queda de área, sim, porque tem gente que não tem crédito para plantar e tem gente que fez os cálculos e acha que é melhor deixar a terra sem plantar, porque os preços caíram.

Então, este é um momento em que a gente, para ajudar a resolver a crise ou atenuá-la, tem de ser muito sincero.

Do anúncio das medidas até a medida chegar lá na ponta, Senador Camata, demora um tempo danado, principalmente porque tem gente que não está preocupada com a crise. Vi hoje, no debate, que tem gente que está preocupada em discutir quem fez mais, quem fez menos pela economia, e temos de votar, aqui, medidas provisórias que vão ter de ajudar a resolver o problema da crise. A medida provisória que vem aí pode até resolver o problema dos bancos, mas não vai resolver o problema dos empresários e, portanto, não vai resolver o problema dos trabalhadores. Se o empresário não puder continuar exportando e produzindo, vai estourar em quem? No trabalhador, no emprego, e isso é o que está faltando.

O Governo, quando liberou o compulsório, não fiscalizou o que os bancos iam fazer com o dinheiro, e os bancos, ao invés de colocarem o crédito para financiar a produção, a exportação e a geração de empregos, compraram títulos do Governo e estão fazendo com que esses títulos sejam corrigidos pela taxa Selic.

Eles estavam torcendo, ontem, para que o Copom aumentasse os juros. Todo mundo estava torcendo para que os juros diminuíssem, mas eles não. Os donos dos bancos estavam torcendo para que os juros subissem, porque com aquele dinheiro que eles retiraram como compulsório livre, que não precisaram depositar no Banco Central, ao invés de financiarem a moradia, a produção e a exportação, o que eles fizeram? Compraram títulos, aplicaram esses títulos na taxa Selic e ficaram torcendo para o Copom aumentar a taxa de juros. E a gente torcendo para baixar.

Desta vez, ninguém ganhou, porque o Governo não aumentou nem baixou, Senador Pedro Simon, mas, pelo amor de Deus, o Governo tem de entender que se a crise é tão grave quanto se anuncia, e ela é grave, as medidas precisam ser adotadas com rapidez,

mas com eficácia. Elas precisam chegar onde têm de chegar e eu não estou vendo isso acontecer, não.

Eu não fui lá para criticar o Ministro, nem o Presidente do Banco Central. Eu fui lá para dizer a eles que se o Governo não tiver informações precisas e deixar de seguir as informações que recebe, muitas vezes, de pessoas que não estão nem aí, ou estão acomodadas diante dessa situação porque estão com o seu garantido, a coisa não vai andar para resolver a safra que está sendo plantada. O calendário agrícola é muito justo, não dá para adiar o plantio, porque, depois, não vai colher também, então, é preciso que essas medidas sejam adotadas. Eu não estou falando só de se adotarem medidas em relação à agricultura, ao agronegócio. Aliás, uma matéria muito importante saiu, nesses dias, falando do agronegócio e da agricultura familiar, para desmistificar, também, aqueles que fazem o discurso que tem de separar o agronegócio da agricultura familiar.

Agricultura familiar tem de ser transformada em agronegócio, em empresa, mas, para isso, é este o momento em que o Governo tem de colocar a sua mão, dinheiro, crédito disponível, e não só crédito, mas garantia de preço, preço de garantia, que não está sendo garantido.

Não é possível um agricultor plantar o trigo a R\$42,00 a saca e, quando ele vai colher, vender a R\$26,00. Não dá. O custo de produção, hoje, é de R\$32,00, R\$33,00. Se ele vender a R\$26,00, ele estará pagando para plantar uma cultura que está na alimentação de todos os brasileiros, no café da manhã, no almoço, no jantar, enfim, durante todo o dia.

É preciso que o Governo faça com que as medidas anunciadas sejam praticadas com eficácia, Sr. Presidente. É o que eu estou defendendo.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Muito bem, Excelência.

Continuamos com a lista de oradores inscritos.

Concedo a palavra ao próximo orador, Senador Eduardo Suplicy, por permuta com o Senador Romeu Tuma.

S. Ex^a tem a palavra pelo tempo de 10 minutos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezados Sr. Presidente, Senador Gerson Camata, agradeço a atenção do Senador Pedro Simon, que fez a inversão comigo, uma vez que, há pouco, eu fiz arguição ao Ministro Guido Mantega e ao Ministro – Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Eu precisava, portanto, estar ali presente quando da resposta do Ministro Guido Mantega e ainda, bem agora, deve estar o Presidente Henrique Meirelles a responder algumas das minhas indagações, mas eu tive de

estar aqui presente, para não perder a oportunidade da minha inscrição.

Eu gostaria, primeiro, de enaltecer a maneira como ambos, Guido Mantega e Henrique Meirelles, estão conduzindo audiência tão importante, realizada desde às 10 e pouco da manhã na Comissão de Assuntos Econômicos.

S. Ex^{as} esclarecem como as autoridades econômicas têm estado muito atentas às repercussões da crise econômica mundial e têm tomado as medidas necessárias para prover a liquidez para as instituições financeiras, para as empresas da construção civil e da agricultura, para as cooperativas, para a indústria automobilística.

Ainda ontem, o Presidente Lula, quando da inauguração do Salão do Automóvel, onde foi muito aplaudido pelos empresários brasileiros ligados à indústria automobilística, assegurou que o Governo está muito atento para que seja mantido o nível de atividade econômica, o nível de emprego. Ainda que seja normal que haja repercussão com respeito à diminuição da demanda por automóveis no mundo, em especial no mundo mais desenvolvido, é importante que a economia brasileira, conforme ressaltaram os Ministros Guido Mantega e Henrique Meirelles, esteja em boas condições, seja pela diminuição da dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro por causa do alto volume de reservas externas, seja pela atenção que o Governo está dando a cada dia à questão, também colocando em prática medidas como a maior operacionalização do desconto para enfrentar esse problema de liquidez.

Ressalto que uma das preocupações maiores que tenho é relativa à forma como deve o Governo brasileiro, de acordo até com os objetivos maiores do Presidente Lula, estar atento não apenas ao nível da atividade, ao nível de emprego, mas também ao conteúdo do emprego. Aqui, refiro-me àquilo que, em 1971, tive a oportunidade de assistir, quando a economista Joan Robinson, convidada pelo Presidente da Associação Americana de Economistas, fez a palestra de honra do encontro da Associação Americana de Economistas, já ressaltando que a segunda grande crise da teoria econômica se referia exatamente a esta questão: o conteúdo do emprego, a distribuição da renda dentro de cada País e entre os diversos países do mundo. Esse tema continua atual. Naquela oportunidade, Joan Robinson, uma das contemporâneas e discípulas de John Maynard Keynes, observou que o grande avanço de John Maynard Keynes na Teoria Geral, ao demonstrar que por meio de maiores gastos governamentais seria possível manter o nível de emprego e de atividade, infelizmente, aconteceu depois

de uma tragédia, pois já havia sido demonstrado isso por Hitler. Só que a tragédia foi que Hitler resolveu aumentar os gastos de governo para fins bélicos, e isso, obviamente, não é saudável.

Caro Senador Pedro Simon e queridos Senadores, o Senador Paulo Paim está muito atento a um dos acontecimentos mais notáveis que está por vir no próximo dia 4 de novembro: as eleições nos Estados Unidos da América. Tenho acompanhando os diálogos e os debates entre o Senador John McCain e o Senador Barack Obama. Sobretudo nessas últimas semanas, o Senador John McCain, na sua campanha, juntamente com Sr^a Sarah Palin, Governadora do Estado do Alasca, tem criticado o Senador Barack Obama como um homem que quer distribuir a renda, enquanto ele, John McCain, quer produzir riqueza. John McCain diz que Barack Obama quer distribuir a riqueza, como se ele fosse um perigoso socialista.

V. Ex^a deve ter visto, hoje, nos jornais, que, ontem, o Senador Barack Obama disse que, no próximo fim de semana, o Senador John McCain vai acusá-lo de ser um perigoso agente comunista por que, quando Obama estava no jardim de infância, ele dividiu seus brinquedos. Imaginem!

Sr. Presidente, acabo de escrever uma carta para Barack Obama. Eu a encaminhei nesta manhã ao Embaixador dos Estados Unidos, Clifford Sobel, esperando que ele a entregue ao gabinete do Senador Barack Obama. Eu a escrevi originalmente em inglês, mas, aqui, farei a tradução, nos seguintes termos:

Prezado Senador Barack Obama, gostaria de expressar meu total apoio aos objetivos principais de sua campanha presidencial e de desejar-lhe todo o sucesso. Estou seguindo todos os debates e seus argumentos para responder ao Senador John McCain, que, em suas palavras, está dizendo que o senhor quer distribuir a riqueza, enquanto ele quer produzir a riqueza.

O senhor agiu bem quando mencionou que, no próximo fim de semana, o Senador McCain vai acusá-lo de ser um perigoso agente secreto comunista por que, quando o senhor era criança, o senhor havia dividido seus brinquedos no jardim de infância. Deixe-me sugerir [é o que digo para o Senador Barack Obama, Senador Mão Santa] ao Senador Barack Obama que ele observe que a Governadora Sarah Palin, que foi escolhida pelo Senador McCain como candidata a Vice-Presidente, anunciou, setembro último, a maior distribuição de renda na história do Alasca, pois todos os 611 mil habitantes que residem lá há um ano ou mais

acabaram de receber, por decisão do Alasca Permanent Fund, US\$2.069 de dividendo mais US\$1.200, que a Governadora Sarah Palin distribuiu, do Tesouro do Alasca, para todos os habitantes, para enfrentarem custos mais altos de energia naquele Estado.

É importante ressaltar que o sistema de dividendos do Fundo Permanente do Alasca é tão bem-sucedido que fez do Alasca o mais igualitário dos 50 Estados americanos. Durante os anos 90, distribuiu 6% do produto doméstico do Alasca para todos os seus habitantes em igual forma.

O Fundo Permanente do Alasca é um exemplo bem-sucedido, que existe no mundo, de uma renda básica incondicional como um direito à cidadania, como o formulado por Thomas Paine, em 1795, e defendido por James Tobin, nos anos 70, e hoje pelo Professor Philippe van Parijs, da Universidade de Harvard e da Universidade Católica de Louvain.

Sr. Presidente, faço também o registro de requerimento de minha autoria segundo o qual comunico que devo viajar, na próxima semana, para participar, representando o Senado Federal, do Seminário Ibero-Americano: Renda Básica Universal: Direito de Cidadania? Perspectivas européias e latino-americanas, que ocorrerá em Montevideu e em Buenos Aires. Isso será feito sem ônus para o Senado. Aqui, anexo o programa. Estarão presentes os membros do Governo da República do Uruguai, o Vice-Presidente, Rodolfo Nin Novoa; a Ministra Marina Arismendi e o Reitor da Udelar, Rodrigo Arocena. Também estarão presentes os principais conhecedores do tema: da Espanha, irão Daniel Raventós e David Casassas; da Argentina e do México, Rubén Lo Vuolo, Pablo Yanes, Corina Rodríguez Enriquez; do Brasil, eu próprio.

Também registro o convite para representar o Senado Federal na Oitava Conferência Anual da Rede Parlamentar do Banco Mundial, que ocorrerá em Paris, na Assembléia Nacional Francesa, entre os dias 19 a 21 de novembro próximo. Aqui está o convite, o requerimento anexo.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência agradece a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, há mais um...

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de fazer uma recomendação aos Srs. Sena-

dores que, inclusive, fiz ontem ao Presidente Lula. Ao viajar de Brasília para São Paulo, para acompanhá-lo ao Salão do Automóvel, perguntei ao Presidente Lula como é que se encontrava o Presidente Nelson Mandela, da África do Sul, pois ele teve a oportunidade de encontrá-lo em Moçambique. Todos sabemos que o Presidente Nelson Mandela casou-se, em segunda núpcias, com a Sr^a Graça Machel, que era esposa do ex-Presidente Samora Machel. O Presidente me respondeu que Nelson Mandela, aos 91 anos, encontrasse consciente, muito amigável, e que tiveram um excelente diálogo.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Deixe-me só completar o que estava dizendo.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Eu também quero o aparte.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Deixe-me só completar.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os apartes não podem mais ser solicitados por causa do tempo.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – O Presidente disse-me que Mandela, às vezes, está com dificuldade de andar, mas que se encontra muito bem.

Prezado Senador Paulo Paim, que muito gosta do Nelson Mandela, quero fazer uma recomendação a todos. Há poucos dias, assisti ao filme . Quero recomendá-lo a todos e, por isso, pedi a palavra. Trata-se do depoimento do Sr. Gregory, a pessoa que foi designada pelo Governo da África do Sul para tomar conta de Nelson Mandela na prisão durante 27 anos, mesmo que ele mudasse de prisão, porque ele sabia tudo de Nelson Mandela, aprendeu a conhecê-lo de perto. Quando menino, na fazenda de seus pais, ele brincava com os meninos da região e aprendeu a língua nativa. Por isso, ele compreendia o dialeto que Nelson Mandela falava e foi encarregado de ser guarda e espião. Ele tinha de reportar tudo o que fazia Nelson Mandela. Mas por que o filme é tão bonito? É o exemplo de como um homem, pelo seu caráter, pelas suas palavras, pelas suas atitudes, acaba transformando as pessoas que estão ao seu redor, inclusive a nação, a África do Sul. Portanto, trata-se de um filme muito bonito. Recomendo a todos a história .

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O próximo orador...

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu gostaria, Presidente Camata, com a condescendência de V. Ex^a, de indagar do Senador Suplicy, já que, ontem, quando saía para a viagem com o Presidente...

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Não tive tantas oportunidades, mas, quando o Presidente ouvia o último discurso do Governador José Serra, escrevi num papel: “Hoje, ao sair, quando o Presidente Alvaro Dias estava presidindo a sessão, comuniquei que viria aqui para o Salão do Automóvel com o Presidente Lula, e ele me pediu que estivesse atento e procurasse atender à decisão da Justiça que concedeu aos aeroviários direito à aposentadoria, conforme o apelo”. Por acaso, em seguida, encontrei a Presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários, Graziella Baggio, e mencionei que também era o pedido dela. Só que ao terminar a cerimônia, o Presidente saiu, e não pude mais conversar com ele. Mas quero dizer que lhe transmi a recomendação de V. Ex^a.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES.) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, só gostaria de apresentar à Mesa um requerimento de pesar pelo falecimento do Deputado paranaense Max Rosenmann, no último dia 25 de outubro, e destacar que esse requerimento está direcionado para a família do parlamentar.

Todos nós tivemos a oportunidade de conviver, durante muitos anos, com o Deputado Max Rosenmann – inclusive ele era do PMDB, partido de V. Ex^a também. Fui colega dele no PSDB. Ele foi Deputado por seis mandatos, foi constituinte, tendo quase uma centena de propostas de sua autoria aprovadas na Assembléia Constituinte. Um parlamentar conhecido no Paraná pelo trabalho, pela seriedade, pelo envolvimento com os Municípios e com os prefeitos.

Então, a comunidade paranaense, de fato, lamenta o falecimento precoce do Deputado Max Rosenmann, aos 63 anos de idade. Eu gostaria, através deste requerimento – o Senador Alvaro Dias já fez isso em outro dia também –, de realmente colocar para a sociedade este sentimento que une a bancada paranaense e também, sem dúvida, tantos pelo Paraná e pelo Brasil.

Então, trata-se de requerimento que apresento à Mesa Diretora para os encaminhamentos devidos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES.) – A Presidência é solidária ao requerimento de V. Ex^a e apresenta os pêsames à família enlutada.

O requerimento de V. Ex^a será encaminhado nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 406, DE 2008

Altera a Lei nº 8.630, de 1993, para revigorar a cobrança do Adicional de Indenização do Trabalhador Portuário Avulso – AITP, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 61 da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 61. Fica revigorado o Adicional de Indenização do Trabalhador Portuário – AITP destinado a atender aos encargos de indenização pelo cancelamento do registro do trabalhador portuário avulso, nos termos desta Lei.

§ 1º O AITP terá vigência pelo período de quatro anos, prorrogável automaticamente, enquanto houver indenizações a serem pagas aos trabalhadores portuários avulsos referidos no art. 61-A.

§ 2º Satisfeitas as indenizações de que tratam os arts. 59 e 60, o saldo remanescente no Fundo de Indenização do Trabalhador Portuário Avulso – FITP será destinado ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, com a finalidade de financiar programas de qualificação e requalificação profissional dos trabalhadores portuários. (NR)”

Art. 2º A Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 61-A:

“Art. 61-A. Os recursos arrecadados com o AITP se destinam, exclusivamente, ao pagamento dos encargos de indenização dos trabalhadores portuários avulsos:

I – que tenham requerido o cancelamento de registro nos termos do art. 58 da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993;

II – cujos dados tenham sido encaminhados pelos respectivos Órgãos Gestores de Mão-de-Obra – OGMO ao órgão gestor do FITP, em conformidade com o disposto

no art. 68 da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993;

III – que já tenham a Autorização de Pagamento – AT emitida pelo órgão gestor do FITP; e

IV – que, mediante Termo de Adesão, declarem, sob as penas da lei, que não estão, nem ingressarão em juízo para discutir qualquer aspecto da indenização.

Parágrafo único. O Termo de Adesão referido no inciso IV será firmado no prazo e na forma definidos em regulamento, que deverá conter a expressa concordância do trabalhador com o valor do AITP proposto pelo órgão gestor do FITP.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do exercício financeiro subsequente ao da sua publicação.

Justificação

Com o advento da Lei nº 8.630, de 15 de fevereiro de 1993, foi criado o Fundo de Indenização do Trabalhador Portuário Avulso – FTIP, que tinha por finalidade prover recursos para o atendimento dos encargos de indenização aos trabalhadores portuários avulsos que requereram o cancelamento de seu registro profissional.

A constituição desse Fundo situava-se num conjunto de medidas voltadas para o programa de modernização dos portos, regulamentado pela Lei nº 8.630, de 1993, que dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias.

A gestão do FITP foi entregue ao Banco do Brasil, com a atribuição de recolher o Adicional de Indenização do Trabalhador Portuário Avulso – AITP, devido pelos operadores portuários responsáveis pela carga e descarga de mercadorias exportadas e importadas por navegação de longo curso, bem como de efetuar o pagamento das indenizações àqueles trabalhadores avulsos dos portos que haviam requerido o cancelamento do registro profissional.

Infelizmente, apenas uma parcela desses trabalhadores recebeu sua indenização.

Segundo informações do Banco do Brasil, existiam, em 31 de dezembro de 2005, 8.745 fichas-cadastro, sendo 7.803 referentes a pedidos de indenizações do principal e 942 referentes a complementações de indenizações.

Os recursos necessários ao atendimento desses pedidos correspondiam, em valores de dezembro de 2005, a R\$ 334 milhões, atualizados pelo Índice de Preço ao Consumidor – INPC. Já os recursos disponí-

veis no banco somavam, em 31 de dezembro de 2005, R\$ 4.100.000,00, suficientes para atender somente a 1,2% do estoque de fichas-cadastro.

Ainda segundo relatório do gestor do FITP, o Banco do Brasil encontra-se, atualmente, impossibilitado de continuar efetuando o pagamento das indenizações aos trabalhadores classificados por ordem cronológica de entrega da documentação ao banco, devido à falta de recursos disponíveis.

Em dezembro de 2000, por motivo de insuficiência de recursos para indenizar todos os portuários que solicitaram o cancelamento de seus registros junto ao OGMO local, o gestor do FITP ajuizou Ação de Consignação em Pagamento com pedido acautelatório de depósito imediato do saldo do Fundo, na Comarca de Tutóia (MA).

A Juíza Titular daquela comarca despachou favoravelmente à aludida ação em 3 de outubro de 2001. A partir dessa data, os recursos remanescentes foram colocados à disposição da Justiça. Em 31 de dezembro de 2005, o saldo de recursos disponíveis em Depósitos Judiciais junto às agências de Tutóia (MA) e de Imbituba (SC) era de R\$ 284.423,55 e R\$ 3.882.458,61, respectivamente, totalizando R\$ 4.166.882,16.

Assim, com o objetivo de atender os trabalhadores que ainda não tiveram acesso à indenização, estamos propondo o restabelecimento da cobrança do AITP por mais quatro anos, prorrogável automaticamente, enquanto houver indenizações a serem pagas.

Diante da relevância do tema, estamos convencidos de que os nobres pares emprestarão todo apoio a esta iniciativa, que possui indiscutível alcance social.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2008. – Senadora **Ada Mello**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.630, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993

Dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias e dá outras providências.

.....
Art. 59. É assegurada aos trabalhadores portuários avulsos que requeiram o cancelamento do registro nos termos do artigo anterior:

I – indenização correspondente a Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), a ser paga de acordo com as disponibilidades do fundo previsto no art. 64 desta lei;

II – o saque do saldo de suas contas vinculadas do FGTS, de que dispõe a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

§ 1º O valor da indenização de que trata o inciso I deste artigo será corrigido monetariamente, a partir de julho de 1992, pela variação mensal do Índice de Reajuste do Salário Mínimo (IRSM), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

§ 2º O cancelamento do registro somente surtirá efeito a partir do recebimento pelo trabalhador portuário avulso, da indenização.

§ 3º A indenização de que trata este artigo é isenta de tributos da competência da União.

Art. 60. O trabalhador portuário avulso que tenha requerido o cancelamento do registro nos termos do art. 58 desta lei para constituir sociedade comercial cujo objeto seja o exercício da atividade de operador portuário, terá direito à complementação de sua indenização, no valor correspondente a Cr\$ 12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros), corrigidos na forma do disposto no § 1º do artigo anterior, mediante prévia comprovação da subscrição de capital mínimo equivalente ao valor total a que faça jus.

Art. 61. É criado o Adicional de Indenização do Trabalhador Portuário Avulso (AITP) destinado a atender aos encargos de indenização pelo cancelamento do registro do trabalhador portuário avulso, nos termos desta lei.

Parágrafo único. O AITP terá vigência pelo período de 4 (quatro) anos, contados do início do exercício financeiro seguinte ao da publicação desta lei.

Art. 62. O AITP é um adicional ao custo das operações de carga e descarga realizadas com mercadorias importadas ou exportadas, objeto do comércio na navegação de longo curso.

Art. 63. O adicional incide nas operações de embarque e desembarque de mercadorias importadas ou exportadas por navegação de longo curso, à razão de 0,7 (sete décimos) de Ufir por tonelada de granel sólido, 1,0 (uma) de Ufir por tonelada de granel líquido e 0,6 (seis décimos) de Ufir por tonelada de carga geral, solta ou unitizada.

Art. 64. São isentas do AITP as operações realizadas com mercadorias movimentadas no comércio interno, objeto de transporte fluvial, lacustre e de cabotagem.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, considera-se transporte fluvial, lacustre e de cabotagem a ligação que tem origem e destino em porto brasileiro.

Art. 65. O AITP será recolhido pelos operadores, portuários responsáveis pela carga ou descarga das mercadorias até dez dias após a entrada da embarca-

ção no porto de carga ou descarga em agência do Banco do Brasil S.A., na praça de localização do porto.

§ 1º Dentro do prazo previsto neste artigo, os operadores portuários deverão apresentar à Receita Federal o comprovante do recolhimento do AITP.

§ 2º O atraso no recolhimento do AITP importará na inscrição do débito em Dívida Ativa, para efeito de cobrança executiva, nos termos da legislação em vigor.

§ 3º Na cobrança executiva a dívida fica sujeita à correção monetária, juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 20% (vinte por cento) sobre a importância devida.

§ 4º Os órgãos da Receita Federal não darão seguimento a despachos de mercadorias importadas ou exportadas, sem comprovação do pagamento do AITP.

Art. 66. O produto da arrecadação do AITP será recolhido ao fundo de que trata o art. 67 desta lei.

Art. 67. É criado o Fundo de Indenização do Trabalhador Portuário Avulso (FITP), de natureza contábil, destinado a prover recursos para indenização do cancelamento do registro do trabalhador portuário avulso, de que trata esta lei.

§ 1º São recursos do fundo:

I – o produto da arrecadação do AITP;

II – (Vetado);

III – o produto do retorno das suas aplicações financeiras;

IV – a reversão dos saldos anuais não aplicados.

§ 2º Os recursos disponíveis do fundo poderão ser aplicados em títulos públicos federais ou em outras operações aprovadas pelo Ministro da Fazenda.

§ 3º O fundo terá como gestor o Banco do Brasil S.A.

Art. 68. Para os efeitos previstos nesta lei, os órgãos locais de gestão de mão-de-obra informarão ao gestor do fundo o nome e a qualificação do beneficiário da indenização, bem assim a data do requerimento a que se refere o art. 58 desta lei.

Art. 69. As administrações dos portos organizados estabelecerão planos de incentivo financeiro para o desligamento voluntário de seus empregados, visando o ajustamento de seus quadros às medidas previstas nesta lei.

Art. 70. É assegurado aos atuais trabalhadores portuários em capatazia com vínculo empregatício a prazo indeterminado a inscrição no registro a que se refere o inciso II do art. 27 desta lei, em qualquer dos órgãos locais de gestão de mão-de-obra, a sua livre escolha, no caso de demissão sem justa causa.

Art. 71. O registro de que trata o inciso II do **caput** do art. 27 desta lei abrange os atuais trabalhadores integrantes dos sindicatos de operários avulsos em capatazia, bem como a atual categoria de arrumadores.

(Às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 407, DE 2008

Proíbe a utilização ou exibição de animais da fauna silvestre brasileira ou exótica em circos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É proibida, no território nacional, a utilização ou exibição de animais da fauna silvestre brasileira ou exótica por circos.

Parágrafo único. Para os fins do disposto nesta Lei, o circo é entendido como o empreendimento itinerante voltado para a apresentação de espetáculos em estruturas desmontáveis.

Art. 2º O circo em operação na data do início da vigência desta Lei terá o prazo de sessenta dias para notificar, ao órgão ambiental competente, a posse de animais da fauna silvestre brasileira ou exótica.

Parágrafo único. O órgão ambiental referido no **caput** determinará a forma e o local aos quais serão destinados os animais apreendidos por força desta lei.

Art. 3º O art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 32.

§ 3º Nas mesmas penas do **caput** incorre o dono ou administrador de circo que utilize ou exiba animais da fauna silvestre brasileira ou exótica. (NR)”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Vários países já aboliram a presença de animais em circos e, pelas razões apresentadas a seguir, é necessário que a proibição do emprego e exibição de animais da fauna silvestre brasileira ou exótica, em circos, seja também aplicada em nosso País.

Em primeiro lugar, nos circos os animais sofrem maus-tratos todo o tempo: não apenas as formas desumanas de treinamento, mas também os sofrimentos decorrentes dos espetáculos em si, onde os animais apenas por um capricho do ser humano são forçados a se comportar como nunca o fariam na natureza. Ao mesmo tempo, passam a vida em espaços muito pe-

quenos e em constante deslocamento, circunstâncias que lhes causam alto grau de estresse. E, para piorar a situação, muitas vezes não têm à disposição alimento de qualidade ou quantidade suficiente.

Além disso, a presença de animais em circos expõe as pessoas a diversos riscos, principalmente por não ser possível prever as reações de um animal estressado. Nesse sentido, deve-se ressaltar que vários acidentes já foram documentados pela mídia.

Deve também ser considerado que eles podem transmitir doenças aos seres humanos, visto que não existe vacinação eficiente para animais selvagens.

Finalmente, essa atividade estimula o tráfico de animais silvestres ao redor do mundo, prática reconhecidamente cruel e criminoso e que ameaça várias espécies com a extinção.

Pelas razões expostas consideramos de elevada importância a participação dos nobres parlamentares no esforço para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2008. – Senadora **Ada Mello**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

CAPÍTULO V

Dos Crimes Contra o Meio Ambiente

Seção I

Dos Crimes contra a Fauna

.....
Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:

Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal.

(À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os projetos encaminhados serão publicados e remetidos às comissões competentes.

Concedo a palavra, pelo tempo de cinco minutos, para uma comunicação inadiável, a S. Ex^a o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu queria, rapidamente – e sei que V. Ex^a vai falar do assunto, Senador Alvaro Dias, V. Ex^a que está coordenando esse grupo de Senadores –, dizer da importância da reunião que tivemos hoje com o Ministro Toffoli para discutir a questão do Aerus. Ficamos animados de que, efetivamente, resolvamos essa questão, que envolve milhares e milhares de idosos que estão na expectativa do pagamento a que têm direito e que pode ser sustado a partir do mês que vem, se não encontrarmos uma saída. Mas vou deixar que V. Ex^a, que coordenou a reunião, naturalmente comente o assunto, com propriedade, na hora da sua fala. Este registro é mais para cumprimentar a todos os Senadores e o Ministro Toffoli pela reunião que tivemos hoje.

Sr. Presidente Gerson Camata, registro as minhas preocupações com as chuvas no meu Rio Grande do Sul, que, segundo a Defesa Civil, atingiram 25 mil pessoas. Cerca de 6 mil residências foram atingidas de forma direta. Por exemplo, os Municípios de Cerro Largo, Santa Rosa e Estrela já decretaram situação de emergência. Rodovias estaduais, a maioria no vale do Taquari, como Taquari–Rio Pardo, tiveram diversos trechos interrompidos. A enchente nas ilhas do delta do Jacuí, em Porto Alegre, já fez com que uma centena de pessoas também deixassem suas residências.

Em São Sebastião do Caí, as águas do rio Caí subiram 12 metros. Segundo as últimas informações, as águas invadiram ruas e moradias, principalmente nos bairros ribeirinhos de Navegantes, Vila Rica, Quilombo e Centro, onde dezenas de famílias ficaram desabrigadas.

Municípios como Erechim, no norte gaúcho, Tenente Portela, no noroeste, e São Borja, na fronteira oeste, também tiveram problemas na mesma linha. Uma chuva de granizo atingiu Derrubadas e Tenente Portela, no noroeste gaúcho, ainda esta semana.

Também houve uma situação da maior gravidade em Erechim, como citei, e em Barra do Rio Azul. A chuva causou inundação e estrago também nas áreas rurais. Em Barra do Rio Azul, a chuva invadiu aviários e trouxe um prejuízo enorme para todos os que dependiam daquela atividade.

Sr. Presidente, o rio Uruguai continua subindo. Peço, portanto, ao Ministério da Integração, ao Ministro

Geddel e à Secretaria Nacional de Defesa Civil que, dentro do possível, mas com a urgência necessária, atendam às reivindicações do povo gaúcho, principal e naturalmente, nas áreas atingidas.

Gostaria também de destacar que, hoje pela manhã, a CDH realizou uma audiência pública com os vigilantes do País. Cerca de seiscentos líderes de todos os Estados estiveram aqui, e as principais reivindicações são: primeiro, a aprovação na Câmara do Estatuto do Vigilante, de autoria do Deputado Paulo Rocha. Foi aprovado na Câmara, veio ao Senado, onde melhoramos a redação, e voltou para a Câmara, onde está pronto para ser votado; segundo, a aprovação no Senado do projeto da Senadora Serys Slhessarenko que garante adicional de 30% a todos os vigilantes, que, com certeza, estão na linha de risco de vida. Há, ainda, dois projetos de nossa autoria: um que trata da situação dos vigilantes do serviço público e outro que trata da aposentadoria especial dos vigilantes.

Esses quatro projetos nortearam o debate e foram o motivo de uma audiência realizada em seguida com o Presidente Garibaldi, que nos assegurou que fará todos os esforços para que sejam aprovados tanto aqui no Senado quanto na Câmara dos Deputados.

Por fim, Sr. Presidente, cumprimento o Supremo Tribunal Federal por ter reconhecido o direito, aos professores que são diretores de escola e que prestam assessoria, em outros departamentos da escola, a órgãos que tratam da formação de professores, à aposentadoria especial. A ação estabelece a aposentadoria especial para especialistas em educação que exerçam direção de unidade escolar, coordenação e assessoramento pedagógico.

Felizmente, a maioria dos Ministros decidiu que eles têm direito também à aposentadoria especial, como aqueles que estão diariamente somente na sala de aula. Entendo que foi uma decisão correta, frente a um projeto aprovado aqui no Congresso, de cuja aprovação participamos ativamente. O projeto original é de autoria de uma Deputada do Partido dos Trabalhadores e teve a parceria muito forte do Deputado Mendes Ribeiro.

Registro, aqui, a minha alegria com essa decisão do Supremo Tribunal Federal, que atendeu a uma reivindicação da categoria e respeitou uma decisão do Congresso Nacional, garantindo, assim, aposentadoria especial a todos os professores, inclusive aqueles que ficam na assessoria pedagógica, como também aos diretores das escolas.

Sr. Presidente, reafirmo a importância da reunião que teremos na terça-feira...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...em que vamos debater com o Ministério da Previdência, o Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Deputado Mendes Ribeiro, e o Relator, Senador Delcídio, a questão dos aposentados e pensionistas. Vamos debater o fim do fator previdenciário e o reajuste integral aos aposentados, tendo como parâmetro o reajuste concedido ao salário mínimo.

Estamos caminhando bem. Como disse o Senador Mário Couto, foram duas reuniões produtivas: uma com o Ministro da Previdência, que foi de grande monta, o Ministro da Previdência está sensível aos nossos projetos; e, hoje, com o Ministro Toffoli, na mesma linha da reunião de ontem, na busca de solução que atenda principalmente aos idosos do nosso País.

Era isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), realizou na manhã de hoje (30), uma importante audiência pública sobre a situação da profissão de vigilante.

Participaram deste debate representantes de confederações, federações e sindicatos de trabalhadores de vários estados brasileiros.

Esses profissionais reivindicam a discussão e a aprovação pelo Congresso Nacional de uma série de projetos que interessam a categoria.

Lembro que existem hoje no país mais de um milhão de trabalhadores vigilantes regularizados. Profissionais competentes e preparados para desempenharem as suas funções.

As propostas consideradas de caráter urgente para esses profissionais são o PLS 387/08, de nossa autoria, o PLS 682/07, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, e o Estatuto Profissional da categoria, do Deputado Paulo Rocha, que tramita na Câmara dos Deputados.

Há outras preocupações levantadas na audiência como, por exemplo, os efeitos da terceirização.

Eles reivindicam também a regulamentação do intervalo intra-jornada sem alteração da jornada de trabalho.

Sr. Presidente, ficou acertado nesta audiência, que PLS 387/08, de nossa autoria, atualmente tramitando na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) desta casa, vai centralizar o debate da periculosidade e da aposentadoria especial.

Já o PLS 682/07, da senadora Serys, vai tratar do adicional de 30%.

Esses profissionais estão sujeitos diariamente a violência física e perigo de morte. Portanto, no meu entendimento, são merecedores de atenção especial por parte do Congresso Nacional.

A própria Previdência Social, já entende que a atividade de perigo, como a de vigilante, é merecedora de aposentadoria especial.

Sempre é bom destacar que os valores do adicional de periculosidade, jamais serão capazes de repor o bem maior do trabalhador que rotineiramente está em exposição, que é a vida, mas serve de incentivo e de valorização para estes importantes profissionais.

Para finalizar, informo que os cerca de 200 vigilantes que estiveram participando da audiência, logo após o seu término, se encontraram com o presidente desta casa, senador Garibaldi Alves.

Fomos até a Presidência, onde o senador Garibaldi prometeu esforços para ver os projetos de interesse dos vigilantes votados nas duas Casas do Congresso.

Era, o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de fazer um pequeno registro.

Nos últimos dias, algumas regiões do Estado do Rio Grande do Sul foram atingidas por intensas chuvas que provocaram vendavais, cheias nos rios, quedas de granizo e barreiras.

Segundo a Defesa Civil mais de 25 mil pessoas foram atingidas e cerca de 6 mil ficaram desalojadas.

Três municípios – Cerro Largo, Santa Rosa e Estrela – decretaram situação de emergência.

Onze rodovias estaduais, a maioria no vale do Taquari/Rio Pardo, tiveram trechos interrompidos.

A enchente nas ilhas do Delta do Jacuí, em Porto Alegre, já fez com que 50 pessoas deixassem suas residências.

Em São Sebastião do Caí, as águas do Rio Caí, subiram 12 metros. Segundo informações da imprensa, as águas invadiram ruas e moradias nos bairros ribeirinhos Navegantes, Vila Rica, Quilombo e Centro. Mais de 30 famílias desabrigadas.

Municípios como Erechim, no norte gaúcho, Tenente Portela, no Noroeste e São Borja, na Fronteira Oeste, também tiveram problemas por causa dos temporais.

Uma chuva de granizo atingiu Derrubadas e Tenente Portela, no noroeste gaúcho, no final da noite de terça-feira.

Poucas horas depois, em Erechim e em Barra do Rio Azul, a chuva forte causou inundações e estragos nas áreas urbana e rural.

Em Barra do Rio Azul, três aviários foram destruídos pela chuva forte. A maioria dos municípios da Fronteira Oeste está em alerta por causa do nível do Rio Uruguai.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, registro aqui a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito da aposentadoria especial para professores.

Ontem, foi concluído o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3772 proposta contra o artigo 1º da Lei Federal 11.301/06.

Como sabemos em 17 de abril deste ano o julgamento havia sido suspenso em razão de um pedido de vista.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a Ação estabelece aposentadoria especial para especialistas em educação que exerçam direção de unidade escolar, coordenação e assessoramento pedagógico.

A maioria dos ministros votou pela procedência parcial da ação, a fim de conferir interpretação conforme a Constituição Federal.

Assim fica garantido o benefício da aposentadoria especial para os cargos de diretores, coordenadores e assessores pedagógicos desde que eles sejam exercidos por professores.

Uma decisão justa. Por isso, deixo aqui meus cumprimentos aos ministros do STF.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a é o terceiro inscrito como Líder e falará logo após o Senador Flávio Arns.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.306, DE 2008

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requeiro a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 97, de 2003; e 69, 110, de 2006, com os Projetos de Lei do Senado nºs 310 e 315, de 1999; 67, de 2002; 134, 135, 154, 204, 311, 338, 378, 438, 457 e 508, de 2003; 13, 113, 196, 199, 225, 227 e 267, de 2004; 3, 204, 280, 301, 307, 339, 344, 357, 378 e 383, de 2005; 55, 59, 65, 105, 159, 162, 167, 197 e 283, de 2006; 61, 197, 239, 287, 327, 496, 537, 552 e 689, de 2007; 7, 148, 149, 220 e 270, de 2008, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 30 de outubro 2008. – Senador **Marco Maciel**.

REQUERIMENTO Nº 1.307, DE 2008

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requeiro a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 260 e 466, de 2003, 206, 251 e 333, de 2005, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

REQUERIMENTO Nº 1.308, DE 2008

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requeiro a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 29 e 35, de 2006, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

REQUERIMENTO Nº 1.309, DE 2008

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requeiro a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 374 e 375 Complementares, de 2007, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

REQUERIMENTO Nº 1.310, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto das Propostas de Emenda à Constituição nºs 75, de 2003; 16 e 17, de 2006, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

REQUERIMENTO Nº 1.311, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 49, 50 e 496, de 2003; 304, de 2005; 582, 634, 674, 683 e 719, de 2007; e 23, de 2008, por tratarem do mesmo assunto.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

REQUERIMENTO Nº 1.312, DE 2008

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requeiro a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2006; 25, de 2008, com os Projetos de Lei do Senado nºs 1, 117 e 153, de 2003; 65 e 173, de 2007; e 287, de 2008, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

REQUERIMENTO Nº 1.313, DE 2008

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requeiro a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2003; 86, de 2004; 14, de 2005 com os Projetos de Lei do Senado nºs 205, de 2001; 410,

de 2003; 224, 249 e 364, de 2004, 115 e 134, de 2005; 223 e 285, de 2006; 558, de 2007; 135, de 2008, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os **Requerimentos nºs 1.306 a 1.312, de 2008**, vão à Mesa para decisão.

O **Requerimento nº 1.313, de 2008**, será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Os **Requerimentos nºs 1.306 e 1.313** são de autoria do Senador Marco Maciel e solicitam a tramitação conjunta de matérias.

Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

**AVISO DO
PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL**

– Nº 94/2008, de 21 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 802, de 2008, do Senador Renato Casagrande.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 292/2008 – GSEJUN

Brasília, 28 de outubro de 2008

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, informamos a Vossa Excelência que a bancada do Partido da República (PR) reunida decidiu pela recondução do Senador João Ribeiro para a Liderança do PR para o próximo biênio 2009/2010.

Atenciosamente, – Senador **Expedito Júnior**, Senador **César Borges**, Senador **Magno Malta**, Senador **João Ribeiro**.

OF. GSRCOL Nº 52/2008

Brasília, 30 de outubro de 2008

Senhor Presidente,

Venho solicitar a Vossa Excelência as necessárias providências para que seja considerada a minha presença na Sessão Plenária de hoje, dia 30 de outubro de 2008, que, por um lapso, deixei de assinar.

Por oportuno, informo que participei nesta data da Audiência Pública na Comissão de Assuntos Econômicos, que recebeu o Ministro Guido Mantega e o Presidente do Banco Central Henrique Meirelles, conforme lista anexa.

Cordialmente, – Senador **Raimundo Colombo**.

25ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 30 DE OUTUBRO, DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA.


Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ADELMIR SANTANA (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	2-ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)
ELISEU RESENDE (DEM) <i>presente</i>	3-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
JAYME CAMPOS (DEM)	4-ROSALBA CIARLINI (DEM) <i>presente</i>
MARCO ANTÔNIO COSTA (DEM)	5-MARCO MACIEL (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	6-ROMEU TUMA (PTB)
CÍCERO LUCENA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB) <i>presente</i>
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	8-EDUARDO AZEREDO (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB) <i>presente</i>	9-MARCONI PERILLO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	10-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PTB

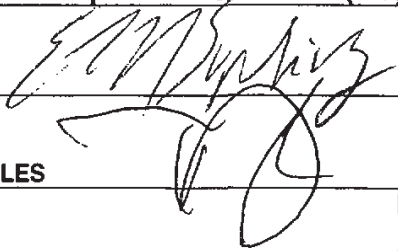
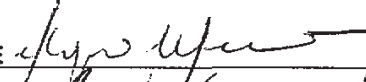
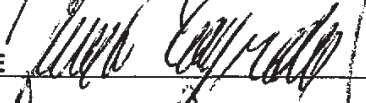
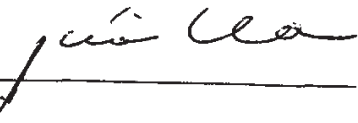
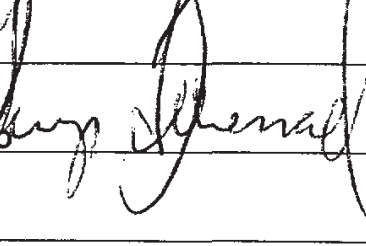
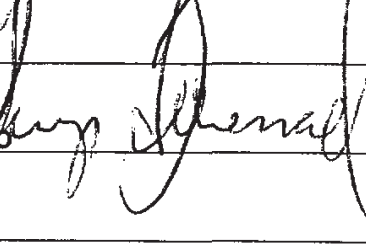
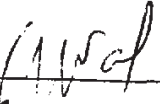

JOÃO VICENTE CLAUDINO	1-SÉRGIO ZAMBIASI
GIM ARGELLO	2-

PDT

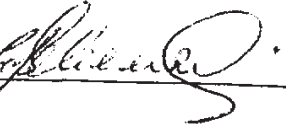

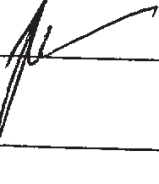
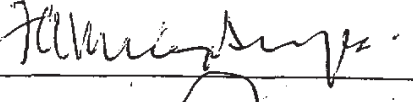
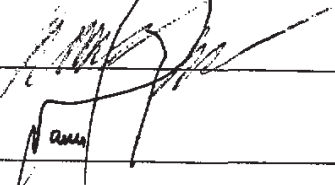
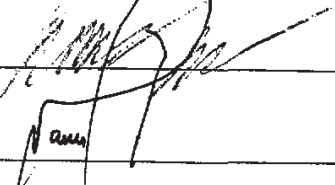
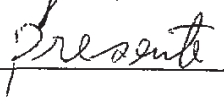
OSMAR DIAS		1-JEFFERSON PRAIA
------------	---	-------------------

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)

EDUARDO SUPPLYC 	1-FLÁVIO ARNS
FRANCISCO DORNELLES	2-IDELI SALVATTI
DELCÍDIO AMARAL	3-MARINA SILVA (PT)
ALOIZIO MERCADANTE 	4-MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE 	5-INÁCIO ARRUDA 
EXPEDITO JÚNIOR 	6-PATRÍCIA SABOYA GOMES
SERYS SLHESSARENKO 	7-ANTÔNIO CARLOS VALADARES 
	8-CÉSAR BORGES 

Maioria (PMDB)

ROMERO JUCÁ	1-VALTER PEREIRA 
VALDIR RAUPP	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON 	3-WELLINGTON SALGADO 
MÃO SANTA 	4-LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES 	5-EDISON LOBÃO FILHO
NEUTO DE CONTO 	6-PAULO DUQUE
GERSON CAMATA 	7-JARBAS VASCONCELOS

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os ofícios lidos vão à publicação.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Efraim Morais. S. Ex^a tem a palavra pelo tempo regimental de dez minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Secretaria me pede que V. Ex^a considere na íntegra meus pronunciamentos, na forma como encaminhei à Mesa, embora eu tenha comentado cada um deles.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a será atendido, nos termos do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o temor da crise econômica que eclodiu nos Estados Unidos e que hoje se espalha pelo mundo tem provocado, muitas vezes, declarações infelizes e ofensivas por parte do Governo Federal. Destaco, sobretudo, declarações do Presidente da República, que procura atribuir, sem citar um único fato, uma espécie de torcida por parte da Oposição brasileira para que a crise prospere e para que, assim, possa o Governo sofrer desgaste e perder – veja bem, Sr. Presidente! – as próximas eleições, que acontecerão daqui a dois anos. Sinto-me, como cidadão e como Senador de Oposição, até certo ponto, ofendido por tal acusação, Senador Mão Santa. Só posso atribuí-la a uma avaliação que tem como base o comportamento histórico do seu próprio Partido, o PT, que assim procedeu desde sua fundação, opondo-se a toda e qualquer iniciativa governamental, às boas e às más, mas sobretudo às boas, no intuito de prosperar no ambiente da crise.

Senador Mão Santa, o PT se opôs ao Plano Real e é agora beneficiário dele. Não fosse o Plano Real, a Lei de Responsabilidade Fiscal, contra a qual – todos nós nos lembramos, Senador Camata – o PT também se posicionou total e tenazmente, e o Proer, cujos fundamentos o Governo agora adota, o Brasil não estaria, como está, em condições de enfrentar a crise com alguma robustez e resistência.

A Oposição, em nenhum momento, Sr. Presidente, serviu-se da crise para criticar o Governo. A Oposição brasileira combate e fiscaliza o Governo, não o País. É seu dever. O eleitor, quando elege o vitorioso, elege

também quem o fiscalizará, pois sabe que o Poder não pode prescindir de vigilância, de pressão e de cobrança permanentes.

Por isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, quem perde a eleição ganha, na verdade, uma missão, que é a de se tornar, como dizia nosso patrono, Rui Barbosa, em relação à imprensa, “os olhos e os ouvidos da sociedade”. E é o que temos procurado ser.

No caso da presente crise, as críticas que temos feito referem-se à postura do Governo, que custou a cair na realidade. Como todos se recordam, o Presidente, ao tomar conhecimento da crise, disse que se tratava de “uma marola”, que não chegaria ao Brasil e que era “problema do Bush”, não nosso.

O que poderia fazer a Oposição diante de tal disparate senão chamar o Presidente à realidade? Isso é explorar eleitoralmente a crise? Muito pelo contrário, isso é prestar um serviço ao País e ao próprio Presidente, trazendo-o de volta ao mundo real, poupando-o de um gesto até certo ponto ridículo, que fez a festa dos chargistas e dos caricaturistas.

O que temos percebido em matéria de oportunismo em face da crise parte do próprio Governo, que quer usá-la, para que o Congresso aprove todas as suas iniciativas.

O fato, Sr. Presidente, de o País viver a emergência da situação econômica internacional não nos tornará vacas de presépio; muito pelo contrário, exige que nós sejamos muito mais rigorosos, vigilantes, empenhados em dar contribuição efetiva.

Nesse sentido, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu Partido, o Democratas, publicou, na semana passada, propostas objetivas em relação à crise econômica, pontuando medidas e iniciativas, propostas substantivas, não adjetivas. Nossos representantes nesta Casa e na Câmara têm-se empenhado em analisar, da tribuna e em entrevistas à imprensa, os desafios da crise, sugerindo, advertindo, buscando contribuir para que o País saia o menos agastado possível, Sr. Presidente, dessa situação.

Isso não impede, repito, o exercício da crítica. Estranhamos, por exemplo, o fato de que o Governo se tenha mostrado tão ágil no socorro aos bancos e continue indiferente ao sofrimento, por exemplo, dos pequenos agricultores do Nordeste, que estão em dívida com esses mesmos bancos. Sabemos que esses mesmos pequenos e médios agricultores do Nordeste estão ameaçados de perder suas propriedades, e não vimos da parte do Governo nenhuma pressa, nenhuma ação no sentido de socorrê-los. Os pequenos agricultores são reféns de taxas de juros escorchantes, sem meios de superar o impasse e condenados totalmente à falência. Em numerosos casos, Sr^{as} e

Srs. Senadores, os pequenos agricultores chegaram ao atual estado de inadimplência em face de intempéries da natureza, que sacrificou safras e impediu que honrassem seus compromissos. E os bancos chegaram aonde estão em face de quê? Em muitos casos, em face da ganância e da irresponsabilidade de seus gestores. E são auxiliados prioritariamente, imediatamente, sem que haja consideração alguma por parte do Governo em relação àqueles que são vítimas desses próprios bancos.

Não contesto a necessidade desse auxílio, como não o contestei ao tempo do Proer, cuja necessidade era indiscutível. Quem o contestou, com furiosa e irracional veemência, foram o hoje Presidente da República e seu Partido, o PT. O que exponho é a presença, mais uma vez, do velho critério de dois pesos e duas medidas: aos pequenos, em vez de socorro, indiferença; aos grandes, socorro imediato, sem responsabilização por incúria administrativa.

A Oposição, mesmo que o quisesse, não poderia ignorar a crise. Cabe-lhe governar a porção mais rica e influente do País. Meu Partido, o Democratas, acaba de ser reconduzido pelo povo de São Paulo, por esmagadora maioria, à maior Prefeitura da América do Sul, cujo Produto Interno Bruto (PIB) é superior ao de alguns países vizinhos. A nossa grande vitória é a dos Democratas e dos aliados do Prefeito Kassab.

O PSDB governa São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Os estragos que a crise vier a fazer – e esperamos que sejam suportáveis e gerem danos mínimos – irão repercutir com maior intensidade e em primeiro lugar nesses Estados, sobretudo em São Paulo, que abriga o maior parque industrial da América Latina e que é seu maior centro financeiro.

Portanto, seria manobra suicida, além de impatriótica, da Oposição tentar usar a crise em seu benefício. Seria também uma impossibilidade política, pois o eleitor brasileiro deixou claro que não é inepto, manobrável.

Para concluir, Sr. Presidente, solicito apenas mais um minuto.

É preciso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que se possa dizer o que se pensa, pois o eleitor pensa, sabe discernir e, cada vez mais, cobra coerência e cumprimento do dever por parte dos políticos.

Nesses termos, deixo aqui lavrado meu protesto contra esse tipo de atitude por parte do Governo Federal, frisando que não é essa a melhor maneira de conduzir o País neste momento tão delicado.

A união política do País contra a crise, repito, não prescinde da Oposição, nem da crítica. Ao contrário, exige que este papel seja desempenhado com maior

rigor e critério. E é o que temos procurado e o que continuaremos a fazer. O Brasil sabe que pode contar com a Oposição.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado Senador Efraim Moraes.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Agradeço a tolerância de V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Efraim Moraes, o Sr. Gerson Camata, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.314, DE 2008

Requeremos, em aditamento ao Requerimento nº 1.171, de 2008, aprovado na sessão do dia 29 de outubro corrente, que a sessão destinada a comemorar os 10 anos de atuação da Confederação Nacional dos Jovens Empresários – CONAJE, seja realizada no período do expediente na mesma data.

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 2008.

Senador Marconi Perillo
PSDB-GO

[Assinaturas manuscritas]

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Anteriormente, foi lido o **Requerimento nº 1.314, de 2008**, do Senador Marconi Perillo e outros Srs. Senadores, em aditamento ao **Requerimento nº 1.171, de 2008**.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O requerimento trata de sessão destinada a comemorar os dez anos da Confederação Nacional dos Jovens Empresários.

No período do Expediente será realizada a sessão.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.315, DE 2008

Requeiro nos termos regimentais, que o Senado Federal manifeste Voto de Pesar à família do Deputado Federal Max Rosenmann, do Paraná, falecido no dia 25 de outubro passado, na cidade de Curitiba-PR. Representante político da maior expressão, Max Rosenmann cumpria seu sexto mandato de Deputado Federal, tendo sido uma liderança expressiva na Assembléia Nacional Constituinte, figurando entre os parlamentares que mais contribuíram com a construção da Constituição Federal brasileira, com a aprovação de 88 emendas, que ainda compõem o texto da Carta Magna. Político atuante, o Deputado Max Rosenmann recebeu justa homenagem da Organização Mundial da Família, uma organização internacional ligada à ONU, pelo suporte prestado a propostas de desenvolvimento social e econômico. Com seu falecimento, o povo paranaense perde um representante carismático e dedicado, e nós parlamentares brasileiros perdemos um grande companheiro de jornada.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2008. – Senador **Flávio Arns**.

REQUERIMENTO Nº 1.316, DE 2008

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do diretor de fotografia José Guerra, ocorrido no último dia 28 de outubro deste ano, no Rio de Janeiro.

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 218 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado nos **Anais** do Senado, Voto de Pesar pelo falecimento do diretor de fotografia José Guerra, ocorrido no último dia 28 de outubro, no Rio de Janeiro. Requeiro, tam-

bém, que o Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família.

Justificação

O diretor de fotografia José Guerra, conhecido como Guerrinha, teve sua vida profissional marcada pela paixão com que conduzia seus trabalhos. Na TV, começou com Fernando Barbosa Lima, nos anos 70, e não parou mais. Os expectadores que entraram nas salas de cinema nas últimas décadas para assistir a filmes brasileiros puderam admirar o trabalho daquele que foi um dos mais talentosos e requisitados diretores de fotografia do País. Trabalhou na Rede Manchete, no programa de entrevistas “Conexão Internacional” e na TV Globo, em novelas e minisséries como “A Grande Família”. Atualmente trabalhava na Rede Record, onde era diretor de fotografia da novela “Chamas da Vida”. Ao cinema, deu outra contribuição inestimável, praticamente formou toda a nova geração de diretores de fotografia do cinema carioca. Guerrinha deixou dois filhos, a também fotógrafa Luz, de 25 anos e Gabriel, de 16.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação.

A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 1.317, DE 2008

Requer informações ao Ministro das Minas e Energia, acerca de elevado aumento das tarifas de energia elétrica em Manaus.

Requeiro, de acordo com o art. 216, do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam solicitadas, ao Ministro das Minas e Energia, informações acerca do percentual de 15% de elevação nas tarifas de energia elétrica na cidade de Manaus.

Solicito, especialmente:

1 – Justificativa para aumento tão elevado, no momento em que o preço do barril de petróleo está em acentuada queda no mundo inteiro.

Justificação

Não é sem razão que a população de Manaus manifesta estranheza diante de reajuste considerado exagerado, para não dizer brutal, nas tarifas de energia elétrica na cidade de Manaus.

Como representante do Amazonas, vou com frequência a Manaus. Nesse último mês, fui procurado por diversas famílias que não se conformam com elevação fora do comum nas tarifas de energia elétrica naquela Capital.

Por isso, estou formalizando este Requerimento de Informações ao ilustre Ministro das Minas e Energia, para que possam ser esclarecidos, com justificativa, os novos preços cobrados pela energia elétrica na Capital do meu estado.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.318, DE 2008

Tendo sido autorizado por Vossa Excelência, para compor a Delegação de Senadores da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal que participará do 3º Fórum de Governança da Internet, que será realizado na cidade de Hyderabad, na Índia no período de 1º a 9 de dezembro de 2008, requeiro, nos termos do art. 40, inciso II, alínea **b**, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período de 1º a 9 de dezembro, para desempenhar a mencionada missão.

Por este motivo, comunico também, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País, no período de 27-11 a 9-12 integrando a Delegação brasileira no evento supracitado.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2008. – Senador **Eduardo Azeredo**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.319, DE 2008

Nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 315, de 2008 e nº 316, de 2008, por tratarem de assuntos correlatos.

Justificação

Objetivando dar maior racionalidade e celeridade ao exame das proposições que tramitam no Senado Federal, em particular, as que dispõem sobre o uso e à propaganda do tabaco, estamos requerendo sua tramitação conjunta.

Entendemos, assim, que a análise sobre os referidos projetos pelas comissões técnicas desta Casa, na forma como estamos agrupando, será factível, devendo se processar de maneira adequada, em consonância com a importância de tratamento exigida para a avaliação da matéria.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2008. – Senador **Antonio Carlos Junior**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento que acaba de ser lido vai à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.320, DE 2008

Requeiro, nos termos dos arts. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento da Senhora Nilda Muniz de Medeiros, falecida em 29-10-2008, sogra do ex-Deputado Federal Domiciano Cabral e mãe da Senhora Sara Cabral, ex-Prefeita do Município de Bayeux da Paraíba.

a) inserção em ata de voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2008. – Senador **Cícero Lucena**, (PSDB – PB)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Com a palavra, pela Liderança do PT, o Senador Flávio Arns, por cinco minutos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}

e Srs. Senadores, quero, neste momento destinado à liderança do Partido dos Trabalhadores, destacar o evento que vai acontecer na semana que vem, no Estado do Espírito Santo, na cidade de Vitória, de 04 a 07 de novembro, que é o XXIII Congresso Nacional das Apaes do Brasil.

Se pensarmos que o Congresso acontece a cada dois anos, então podemos visualizar que há 46 anos as Apaes do Brasil vêm se reunindo a cada dois anos para tomar posições, refletir sobre a caminhada, enfrentar os desafios, unir o movimento mais ainda, animar profissionais, famílias, alunos, comunidade.

Vai ser realizado também o IV Fórum Nacional de Autodefensores. Este foi um avanço importante dentro do movimento das Apaes, que já acontece pelos últimos anos, onde as pessoas, jovens e adultas, com deficiência intelectual, são também eleitas para compor as diretorias das Apaes.

Esses autodefensores ou auto-advogados, autodefensores, como se usa, porque é o IV Fórum de Autodefensores, eles também são eleitos, são eleitos no município, são eleitos por seus pares, nas microrregiões do nosso Brasil – cerca de 300 microrregiões – eleitos nos Estados e também eleitos nacionalmente. A partir desse IV Fórum de Autodefensores das Apaes, vai-se tirar também desse evento um documento que vai orientar todos os debates no Brasil com relação às pessoas com deficiência intelectual.

No mundo inteiro, adota-se o princípio de que quando existe alguma dúvida em relação ao que deva ser feito, qual o caminho a ser trilhado, quais os objetivos a serem alcançados, no mundo inteiro, se diz o seguinte: Consulte a família e consulte a pessoa com deficiência intelectual. Essas pessoas podem dizer o que é importante para a vida delas.

Os desafios nessa área são também muito grandes. Quando nós pensamos nas Apaes, que são Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, nós estamos pensando e nos lembrando que dois mil municípios no Brasil contam com essas associações, dois mil – dois mil. É o maior movimento comunitário do Brasil e do mundo a favor das pessoas com deficiência, com três objetivos principais: lutar por direitos – educação, saúde, trabalho, esporte, lazer, cultura, dignidade, respeito; apoiar as famílias – o segundo aspecto –, porque estas precisam de apoio, de orientação, na luta para que a felicidade dos seus filhos seja respeitada; e o terceiro aspecto é estruturar serviços, para que os direitos se transformem em realidade.

Então, são os três objetivos principais do movimento das Apaes, e este Congresso Nacional, na semana que vem, de 04 a 07 de novembro, em Vitória, Espírito Santo, e o IV Fórum Nacional de Autodefen-

sores terão como tema principal a diversidade, as diferenças: “A Diversidade no ciclo da vida do Indivíduo, da Família e da Sociedade”. Quer dizer, a diversidade, como atender, como lidar, como discutir, como fazer com que os direitos, na diversidade, sejam atendidos também.

Assim, essa diversidade no ciclo da vida vai da concepção até a velhice: como prevenir deficiências antes do nascimento, no nascimento, depois do nascimento, na caminhada pela vida; como fazer com que os programas para crianças e jovens com deficiência intelectual sejam organizados no ciclo da vida, para que estes tenham acesso à fisioterapia, fonoaudiologia, transporte, medicamento, escola, possam participar de Olimpíadas, de festivais de artes, participar da vida da comunidade.

Como adulto, no ciclo da vida: acesso ao trabalho, mesmo que seja um trabalho supervisionado, orientado, caso a pessoa não tenha condições de fazer um trabalho independente, mas o direito ao trabalho deve ser assegurado.

E no processo de envelhecimento, que é um grande desafio no Brasil de hoje, o jornal *Folha de Londrina*, inclusive na edição de 12 de outubro deste ano, fez uma reportagem muito boa, que tem como título “Velhice dos Deficientes Desafia Pais e Instituições”.

É um desafio. Muitas famílias se questionam quem vai cuidar dos filhos com dependência, que tenham dificuldades mais acentuadas, quando os pais falecerem.

Então, este é o tema do debate do Congresso Nacional das Apaes.

E, na sequência, traremos a esta tribuna as conclusões, os encaminhamentos do Congresso e do Fórum de Autodefensores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Flávio Arns, o Sr. Alvaro Dia, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Cumprimento o Senador Flávio Arns pelas belíssimas palavras em relação à matéria.

A Presidência lembra às Sr^{as} e aos Srs. Congressistas que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão conjunta a realizar-se às 16h, neste plenário, destinada à apreciação de projetos de lei do Congresso, com parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Após a realização da reunião do Congresso Nacional, voltaremos à sessão normal do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias por permuta com a Senadora Lúcia Vânia.

V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jaime Campos, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras, farei primeiramente um relatório sucinto do que ocorreu em reunião há pouco realizada no gabinete do Presidente do Senado, reunião da qual participaram o Senador Flávio Arns, o Senador Paulo Paim, o Senador Mário Couto, o Senador Flexa Ribeiro e representantes de aeroviários aposentados ou pensionistas que pleiteiam o recebimento de benefícios a eles devidos conforme decisão judicial que obriga o Governo a efetuar o pagamento. Esteve conosco nesta audiência também o Ministro Toffoli, Advogado-Geral da União, que recentemente emitiu nota técnica recomendando ao Governo pagar o que é devido a esses aposentados e pensionistas.

Conclusão da reunião: o Ministro Toffoli prometeu, entre hoje e amanhã, definir a responsabilidade, definir qual Ministério é efetivamente responsável pelo pagamento devido a esses aposentados e pensionistas, que somam cerca de quarenta mil pessoas em todo o País.

De outro lado, recomendou o Ministro que as lideranças deste movimento apresentem à Advocacia-Geral da União uma proposta antecipando a decisão do Supremo Tribunal Federal em ação que trata da defasagem tarifária.

Essa ação foi entregue à Ministra Cármen Lúcia, e já estamos providenciando audiência com S. Ex^a para, com a presença de Senadores de todos os partidos – esse é um movimento supra-partidário em defesa dos aposentados e pensionistas da Aerus que conta, inclusive, com o Senador Pedro Simon, que é do Rio Grande do Sul; Flávio Arns, que é do Paraná; Paulo Paim; Arthur Virgílio; Mário Couto; Flexa Ribeiro; Papaléo Paes; Jayme Campos; enfim, Senadores de vários partidos –, solicitar prioridade para essa decisão no Supremo Tribunal Federal – Senador Mão Santa, V. Ex^a também é convidado a acompanhar essa comitiva.

A Ministra Cármen Lúcia tem a possibilidade, inclusive, de adotar uma decisão monocrática, o que anteciparia a conclusão desse processo e faria com que esses aposentados e pensionistas se aproximassem de seus direitos.

De qualquer maneira, nós temos que comemorar o avanço significativo que houve. Os representantes dessas pessoas, que vêm de vários estados, encontram-se em Brasília há vários dias lutando por seus direitos. A Sr^a Graziella Baggio, que é presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, lidera esse mo-

vimento. Imaginamos ser este o momento adequado para que o Governo assumira uma posição definitiva em relação a esse fato.

Espero poder, já na próxima semana, com os colegas Senadores, em audiência com a Ministra Cármen Lúcia, conquistar a agilização para que essa decisão ocorra o mais rapidamente possível. E, até amanhã, com o Advogado-Geral da União definindo o Ministério responsável, teremos o endereço para mandar a cobrança desses aeroviários.

Este é, portanto, Sr. Presidente, o relatório referente ao assunto.

Gostaria agora de abordar a criação do Fundo Soberano.

Tenho notícia de que esse fundo é adotado em países mais ricos, especialmente naqueles onde o petróleo jorra em abundância. São países com superávit elevado que instituíram o chamado Fundo Soberano para administrar esses recursos que têm origem exatamente no superávit governamental. Não é o caso do Brasil e, por isso, queremos trazer à tribuna do Senado Federal não apenas uma opinião de leigo, mas a opinião de especialistas que enumerarei a seguir, já que a Câmara dos Deputados aprovou ontem projeto de lei do Governo que cria o Fundo Soberano do Brasil (FSB), uma poupança para financiar investimentos de empresas no Brasil e no exterior, exatamente no momento em que a crise se abate sobre nós como verdadeira hecatombe, ameaçando-nos, promovendo estagnação econômica e com consequências imprevisíveis – agora, até o Ministro Mantega fala em crise sistêmica de longa duração e de efeitos inéditos para a economia do nosso País.

A aprovação desse projeto só foi possível depois que a oposição concordou em votar o texto base e deixar dois destaques à proposta para serem apreciados hoje e quatro na semana que vem.

Os recursos do Fundo Soberano do Brasil serão usados para o financiamento de empresas brasileiras no Brasil e no exterior. “*Esse dinheiro poderá ser aplicado em ativos financeiros das empresas*”, afirmou o relator. Os recursos poderão, por exemplo, ser repassados para que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ofereça linhas de crédito exclusivas para a exportação. O financiamento pode ser também para a realização de obras por empresas brasileiras no exterior.

O Presidente constantemente lamenta a perda dos R\$40 bilhões da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), mas insiste na formação de um fundo estimado, para começar, em cerca de US\$20 bilhões.

Opinião dos especialistas.

Segundo Edmar Bacha, *“o Brasil não dispõe de dinheiro para fazer o Fundo Soberano”*. Bacha destaca que o País deve registrar um déficit fiscal nominal de 2% do PIB. *“Essa coisa de superávit primário (sem contar pagamentos de juros) é mitologia. Nós temos déficit nominal. Vamos nos endividar mais para aplicar no Fundo Soberano que vai render menos do que vai custar essa dívida”*.

Gustavo Franco: *“A idéia lembra diversos tipos de feitiçaria que se quis fazer com as reservas internacionais no passado. Seríamos o único país no mundo onde o Fundo Soberano toma dinheiro emprestado para financiar e é feito para perder dinheiro.”*

A opinião do ex-Ministro Pedro Malan traduz com equilíbrio nossa visão: *“Além de não reunir condições fiscais, o Brasil não tem números favoráveis nas suas contas externas que permitam a criação do fundo soberano. Todos os países que lançaram o fundo soberano têm, ao mesmo tempo, superávit fiscal nominal e saldo estrutural nas contas externas”*.

Conforme nota técnica do consultor legislativo da Câmara dos Deputados Marcos de Sousa, *“esses fundos são criados, em geral, nos países onde é mais moderada a relação dívida pública/PIB ou nos detentores de expressivos superávits gêmeos: fiscal e em transações correntes”*.

Vale ser mencionado o caso chileno. Reproduzo trecho da referida nota técnica: *“A criação dos dois fundos soberanos de riqueza no Chile em 2006, que ocorreu no mesmo período da promulgação da versão da Lei de Responsabilidade Fiscal naquele país, é um exemplo clássico a ser citado. O Fundo de Estabilização Econômico e Social – FEES foi constituído com um aporte de US\$6 bilhões e, em julho de 2007, já possuía em sua carteira ativos avaliados em cerca de US\$9,8 bilhões. Esse Fundo foi constituído para assegurar recursos para investimentos no ensino público, em saúde e em habitação.”*

Portanto, esse é o exemplo chileno. Vou pedir a V. Ex^a que considere como lida essa parte em que citamos outros países, como a Noruega, por exemplo, o Fundo de Riqueza Soberana da Noruega. Citamos outros países, como o Kuwait, que também instituiu o seu fundo. Citamos Fundos de Riqueza Soberana que surgiram a partir de uma situação em que as reservas internacionais de alguns países ultrapassaram o volume considerado necessário e suficiente para que estes enfrentassem choques e emergências financeiras externas. Temos aqui a relação dos doze maiores Fundos de Riqueza Soberana no mundo: os Emirados Árabes Unidos, a Arábia Saudita, a Noruega, a China, a Austrália, os Estados Unidos, a Rússia, etc.

Sr. Presidente, achamos que essa discussão chega em um momento impróprio. Discutir a instituição de um fundo soberano que tem como justificativa o superávit de recursos financeiros que devem ser administrados para alavancar o desenvolvimento me parece, nesta hora, contraditório, porque é o momento em que o Governo procura liberar bilhões de reais para salvar instituições financeiras, para dar suporte a grandes exportadores do País. Um Governo que anuncia a liberação de bilhões de reais para financiar a agricultura, Senador Jayme Campos, anuncia, mas os produtores rurais não viram até agora a cor desse dinheiro. Os produtores rurais do seu Estado, do meu Estado, encontram todos os obstáculos para chegarem aos cofres do Banco do Brasil. A constatação é a de que esses recursos não são liberados e nós estamos discutindo aqui o Fundo Soberano do Brasil para financiar empresas no Brasil e no exterior.

Há poucos dias, o Governo liberou bilhões de reais – pelo menos anunciou – a construtoras brasileiras e os produtores rurais deste País estão pedindo, o homem do campo está pedindo ao Governo menos conversa e mais ação, porque a falta de recursos para financiamento rural vai reduzir a produção e a produtividade. A produtividade, porque não há adubo sem financiamento. As empresas multinacionais que financiavam, agora não podem mais em razão da crise financeira que se abate sobre as grandes nações do mundo.

Portanto, é preciso que o Governo coloque pés no chão. Não é oportuno discutir Fundo Soberano no Brasil para financiar empresas brasileiras no exterior, inclusive, quando aqui não há recurso sequer para que possamos produzir, colocando em risco a produção e a produtividade, que lança a semente da inflação de alimentos a curto prazo.

Portanto, Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que considere lido na íntegra este pronunciamento que faz essa análise do Fundo Soberano do Brasil.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ALVARO DIAS.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – A Câmara dos Deputados aprovou ontem projeto de lei que cria o Fundo Soberano do Brasil (FSB), uma poupança para financiar investimentos de empresas no Brasil e no exterior. Após nove horas de discussão, o projeto foi aprovado por 291 votos a favor, 78 contra e quatro abstenções. O governo federal decidiu criar o FSB porque está convicto que o Fundo é um instrumento essencial para manter investimentos no momento de desaceleração da economia. A expectativa é que o Fundo tenha re-

ursos, este ano, de R\$ 14 bilhões. Esse dinheiro viria do excesso do superávit primário.

Ressalta-se que a aprovação do projeto só foi possível depois que a oposição concordou em votar o texto base e deixar dois destaques à proposta para serem apreciados hoje e quatro na semana que vem.

Os recursos do Fundo Soberano do Brasil serão usados para o financiamento de empresas brasileiras no Brasil e no exterior. “Esse dinheiro poderá ser aplicado em ativos financeiros das empresas”, afirmou o relator. Os recursos poderão, por exemplo, ser repassados para que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ofereça linhas de crédito exclusivas para exportação. O financiamento pode ser também para a realização de obras por empresas brasileiras no exterior.

O presidente constantemente lamenta a perda dos R\$ 40 bilhões da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), mas insiste na formação de um fundo estimado, para começar, em cerca de US\$ 20 bilhões.

Opinião dos especialistas: Segundo Edmar Bacha, “o Brasil não dispõe de dinheiro para fazer o Fundo Soberano.” Bacha destaca que o País deve registrar um déficit fiscal nominal de 2% do PIB. “*Essa coisa de superávit primário (sem contar pagamentos de juros) é mitologia. Nós temos déficit nominal. Vamos nos dividir mais para aplicar no Fundo Soberano que vai render menos do que vai custar essa dívida*”.

Gustavo Franco: “*a idéia lembra diversos tipos de feitiçaria que se quis fazer com as reservas internacionais no passado. Seríamos o único país no mundo onde o Fundo Soberano toma dinheiro emprestado para financiar e é feito para perder dinheiro*”.

A opinião do ex-ministro Pedro Malan traduz com equilíbrio nossa visão: “*além de não reunir condições fiscais, o Brasil não tem números favoráveis nas suas contas externas que permitam a criação do fundo soberano. Todos os países que lançaram fundo soberano têm, ao mesmo tempo, superávit fiscal nominal e saldo estrutural nas contas externas*”

Conforme nota técnica do consultor legislativo da Câmara dos Deputados Marcos de Sousa, “*esses fundos são criados, em geral, nos países onde é mais moderada a relação dívida pública/PIB ou nos detentores de expressivos superávits gêmeos: fiscal e em transações correntes*.”

Vale ser mencionado o caso chileno, reproduz trecho da referida nota técnica: “*A criação dos dois fundos soberanos de riqueza no Chile em 2006, que ocorreu no mesmo período da promulgação da versão da Lei de Responsabilidade Fiscal naquele país, é um exemplo clássico a ser citado. O Fundo de Esta-*

bilização Econômico e Social – FEES foi constituído com um aporte de \$ 6 bilhões e, em julho de 2007, já possuía em sua carteira ativos avaliados em cerca de US\$ 9,8 bilhões. Esse Fundo foi constituído para assegurar recursos para investimentos no ensino público, em saúde e em habitação.”

“O FMI destaca como modelo a ser seguido a gestão do Fundo de Riqueza Soberana da Noruega (Norwegian Oil Fund), recentemente renomeado para Fundode Pensão Governamental Global Government Pension Fund-Global), cujos ativos giravam em torno de US\$ 373 bilhões no final de 2007, por sinal muito próximos aos números do PIB daquele país escandinavo. Segundo o Fundo Monetário Internacional, o fundo soberano norueguês orienta seus investimentos pelas melhores práticas internacionais, ao criar facilidades para as ações de longo prazo com o emprego dos recursos poupados das receitas de petróleo, que serão empregadas nos encargos previdenciários ao longo do tempo, certamente pressionados pelos elevados indicadores locais de longevidade.”(nota técnica do consultor legislativo Marcos de Sousa).

Os Fundos Soberanos de Estados Nacionais têm se tornado um instrumento importante de países que dispõem de reservas cambiais elevadas e extraordinárias. São receitas geradas por recursos de exportação de commodities com preços elevados ou de receitas fiscais passíveis de transformação em moedas fortes. Essas nações optam por destinar parte desses recursos a fundos próprios e desvinculados da administração ordinária, tradicional, que em geral as reservas internacionais dos países recebem.

O primeiro desses fundos remonta ao ano de 1953, e foi criado pelo Kuwait para gerir os recursos da renda do petróleo do país. Contudo, foi nos anos 90 que esse instrumento ganhou maior relevância, em meio ao maior vigor da globalização financeira. Hoje, contam-se 46 diferentes fundos dessa natureza, sob controle de 35 nações.

Segundo a economista Teresinha Belo, “*os fundos soberanos, também conhecidos como “Sovereign Wealth Funds” (SWF) ou Fundos de Riqueza Soberana surgiram a partir de uma situação em que as reservas internacionais de alguns países ultrapassaram o volume considerado necessário e suficiente para que estes enfrentassem choques e emergências financeiras externas. São, pois, um patrimônio em moeda estrangeira, em geral aplicado fora do país. Administrados por organismo estatal, geralmente são utilizados no apoio à produção nacional ou em projetos internacionais de interesse do governo que os detêm. Embora venham ganhando visibilidade nos últimos anos, os primeiros fundos soberanos surgiram na década de 50, criados*

por países exportadores de petróleo (Kwait, em 1953). O segundo mais antigo teve origem em 1956, quando a administração da colônia britânica nas Ilhas Gilbert criou um fundo para investir os “royalties” da mineração

de fosfato. Se até 1990 existiam dez SWFs, hoje esse número já passa dos 40, com mais de US\$ 3 trilhões em carteira. E a expectativa é que nos próximos dez anos esse valor triplique”

Os doze maiores fundos de riqueza soberana

março 2007 -US\$ bilhões

País	Fundo	Ativos estimados	Início
Emirados Árabes Unidos	ADIA	875	1976
Cingapura	GIC	330	1981
Arábia Saudita	Saudi Arabian funds of various types	300	n.d.
Noruega	Government Pension Fund - Global	300	1996
China	State Foreign Exchange Investment Corp + Central Huijin	300	2007
Cingapura	Temasek Holdings	100	1974
Kuwait	Kuwait Investment Authority	70	1953
Austrália	Australian Future Fund	40	2004
Estados Unidos	Permanent Fund Corporation	35	1976
Rússia	Stabilisation Fund	32	2003
Brunei	Brunei Investment Agency	30	1983
Coréia do Sul	Korea Investment Corporation	20	2006

Fonte: The Economist

”Para melhor avaliar o potencial dos fundos soberanos, basta comparar os quase US\$ 3 trilhões dos fundos soberanos com o montante de investimentos no Plano Marshall, o plano de recuperação da Europa após a Segunda Guerra Mundial; em valores atuais, o Plano Marshall equivaleria a US\$ 100 bilhões. Já a oferta mundial de ações está avaliada em US\$ 55 trilhões e os títulos chegam a um montante similar. Os fundos soberanos podem se tornar os maiores compradores desses ativos, considerando-se que, incluída a apreciação do capital, o montante de recursos dos fundos poderá atingir US\$ 12 trilhões em 2015.” (economista Teresinha Belo).

Ela conclui: “a economia brasileira ainda não está pronta para a criação de um SWF, visto não dispor das condições necessárias para tanto. O Brasil vive uma situação diferente dos países emergentes que criaram fundos soberanos, a partir do excesso de divisas em

moeda estrangeira. Ao contrário desses, com excesso de recursos em caixa, o País teria de buscar esses recursos comprando dólares no mercado. Criaria um fundo com aumento da dívida e não com sobra de recursos, motivação principal do surgimento dos fundos soberanos. Mais do que diversificar a aplicação das reservas, o fundo brasileiro estaria voltado à assistência a empresas nacionais que se deslocam para o exterior. Embora importante e necessária – tanto é assim que praticamente todos os países com excedentes cambiais têm fundos soberanos – a criação de um destes pelo Brasil parece prematura.”

O Departamento do Tesouro dos EUA pediu ao FMI e ao Banco Mundial que desenvolvessem um guia de ‘melhores práticas’ para os fundos soberanos. Há preocupação crescente com transparência e prestação de contas.

A propósito, o Fundo Monetário Internacional recomendou ao Brasil que as operações do Fundo Soberano devem ser pautadas pela transparência e as implicações de natureza cambial coordenadas com as autoridades do Banco Central. No mesmo documento, o FMI afirmou que os recursos adicionais do superávit primário talvez fossem melhor utilizados para reduzir o ainda elevado nível da dívida pública brasileira.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Jayme Campos deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a será atendido nas solicitações que fez de acordo com o Regimento.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, DE 2008

Revogam-se o inciso VII do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, e o art. 82 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, para estender o benefício da impenhorabilidade do bem de família ao imóvel residencial do fiador locatício.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam revogados o inciso VII do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, e o art. 82 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

A edição da Lei nº 8.009, em 29 de março de 1990, conhecida como Lei do Bem de Família, ocorreu num cenário de inflação galopante. Nessa quadra da vida nacional, as famílias socorriam-se de suas poucas economias na caderneta de poupança, que oferecia atualização diária; havia quem tivesse até trinta cadernetas, como forma de não perder o dinheiro das despesas domésticas.

A falta de confiança na moeda nacional era absoluta. Os planos econômicos se sucediam, quase semestralmente. O dólar fora eleito a moeda estrangeira de lastro das economias domésticas de quem podia adquiri-lo. Os veículos tinham preços irrealistas, transformados em reservas de capital. A inflação era perversa.

A Lei nº 8.009, de 1990, veio a lume para oferecer um mínimo de garantia aos proprietários de imóveis e às suas famílias. Pelo aqodamento de sua feitura,

porém, embutiu inúmeras falhas técnicas, razão pela qual, nos tribunais, tem sido interpretada segundo o seu aspecto teleológico.

De fato, a interpretação finalística dessa lei traduz o interesse do Estado em assegurar às pessoas o teto de que necessitam, conforme preceitua a Constituição Federal (CF), compreendendo-se a habitação como fator derivado do direito à dignidade, ao lado de outros direitos essenciais à vida (CF, art. 1º).

Dentre as falhas técnicas da lei, porém, algumas não são solucionadas pela jurisprudência e, assim, por inversão do preceito, deixa-se de promover a garantia legal do imóvel. É o caso do fiador de imóvel locado, que se subordina a previsão legal incompatível com o direito de preservar a habitação.

Dessa forma, o locatário afiançado que venha a se tornar inadimplente não pode ter o imóvel de sua propriedade submetido à penhora, mas o seu fiador locatício, embora devedor secundário, não encontra na lei o mesmo amparo, nem usufrui da mesma prerrogativa.

Observe-se, porém, que desde a edição da Lei nº 8.009, de 1990, a contratação de fiança não excluía a proteção dada ao bem de família e, com isso, o imóvel de residência do fiador também estava isento da constrição judicial. Porém, o art. 82 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, acrescentou inciso VII ao art. 3º da Lei nº 8.009, sujeitando à penhora o imóvel de residência do fiador.

É nessa condição que reside a teratologia jurídica: o locatário, na condição de devedor principal, tem o direito de invocar a impenhorabilidade do bem de família, mas ao fiador, conquanto seja devedor secundário, é negado esse privilégio, e pode ter o seu imóvel penhorado.

O desdobramento dessa condição é ainda mais surpreendente. O fiador pode ser expropriado de seu patrimônio para pagar dívida do afiançado, mas, em ação de regresso contra o locatário inadimplente, é impedido pelo inciso VII ao art. 3º da Lei nº 8.009, de 1990, de obter a penhora de imóvel pertencente ao seu devedor.

Isso, porque a lei assegura proteção apenas ao imóvel do locatário, mas não ao pertencente ao fiador, como se, na hierarquia social, a família do fiador ocupasse grau inferior à do locatário, o que contraria o princípio da isonomia traçado pela Constituição Federal.

Nesse contexto, impende restaurar-se a proteção dada ao imóvel, considerada a sua função social, como determina a Constituição, e como constava originalmente na Lei do Bem de Família, quando reverberou preceito adotado na legislação de diversos países, entre eles o Canadá, a Alemanha, a Suíça, a França,

a Itália, Portugal, México e Estados Unidos, países onde o foco da lei de proteção ao imóvel que serve de habitação às pessoas não se submete ao caráter obrigacional do direito civil, mas é protegido pelo direito constitucional.

A proposição traz modificação simples ao revogar o inciso VII do art. 3º da Lei nº 8.009, de 1990, e o art. 82 da Lei nº 8.245, de 1991, com o objetivo de adaptar essas leis à realidade igualitária, porquanto a garantia dos contratos locatícios deve recorrer à fiança bancária, em atenção à proporcionalidade relativa ao valor do aluguel, e não ao valor de mercado do imóvel, que é muito superior. Ao argumento de que a fiança bancária, hoje, é cara, observe-se que os seus valores serão reduzidos na proporção inversa de sua demanda pelo mercado.

Creemos que, aprovado o presente projeto, o Poder Legislativo estará oferecendo à sociedade brasileira instrumento legal capaz de minimizar a apreensão de locadores e locatários com a questão da inadimplência, e apenas um mês sem o pagamento de aluguel será o bastante para fazer soar o alarme, porquanto já não existirá interesse na prorrogação da dívida, com vistas à sua ampliação e conseqüente penhora e expropriação.

Contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2008. – Senador **Papaléo Paes**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.009, DE 29 DE MARÇO DE 1990

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 143, de 1990, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Nelson Carneiro, Presidente do Senado Federal, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte lei:

Art. 3º A impenhorabilidade é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza, salvo se movido:

I – em razão dos créditos de trabalhadores da própria residência e das respectivas contribuições previdenciárias;

II – pelo titular do crédito decorrente do financiamento destinado à construção ou à aquisição do imóvel, no limite dos créditos e acréscimos constituídos em função do respectivo contrato;

III – pelo credor de pensão alimentícia;

IV – para cobrança de impostos, predial ou territorial, taxas e contribuições devidas em função do imóvel familiar;

V – para execução de hipoteca sobre o imóvel oferecido como garantia real pelo casal ou pela entidade familiar;

VI – por ter sido adquirido com produto de crime ou para execução de sentença penal condenatória a ressarcimento, indenização ou perdimento de bens.

VII – por obrigação decorrente de fiança concedida em contrato de locação. (Incluído pela Lei nº 8.245, de 1991)

LEI Nº 8.245, DE 18 DE OUTUBRO DE 1991

Mensagem de veto

Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I Da Locação

CAPÍTULO I Disposições Gerais

Seção I Da Locação em Geral

Art. 1º A locação de imóvel urbano regula – se pelo disposto nesta lei:

Art. 82. O art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VII:

“Art. 3º

VII – por obrigação decorrente de fiança concedida em contrato de locação.”

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 409, DE 2008

Cancela e dispensa a constituição de crédito tributário relativo à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins, incidente sobre a receita bruta de sociedades civis, relativamente a fatos geradores ocorridos até a data que menciona.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam dispensados o lançamento, a inscrição como Dívida Ativa da União, e o ajuizamento da respectiva execução fiscal, bem assim cancelados o lançamento e a inscrição já ocorridos, relativamente à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidente sobre a receita bruta de sociedades civis de prestação de serviços profissionais, cujos fatos geradores tenham ocorrido antes de 17 de setembro de 2008.

§ 1º Os autos de execução fiscal dos débitos de que trata este artigo serão arquivados mediante despacho do juiz, ciente o Procurador da Fazenda Nacional, salvo a existência de valor remanescente relativo a débitos legalmente exigíveis.

Art. 2º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Superior Tribunal de Justiça pacificou firme jurisprudência no sentido de que as sociedades civis dedicadas à prestação de serviços profissionais estavam isentas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Tão consolidado estava o entendimento no âmbito daquele tribunal superior, que se chegou a editar, em 2 de junho de 2003, a Súmula nº 276, segundo a qual “as sociedades civis de prestação de serviços profissionais são isentas da Cofins, irrelevante o regime tributário adotado”.

Confiados nessa súmula, os profissionais liberais, organizados em forma de sociedade civil, adotaram o procedimento por ela induzido, qual seja, o de não fazer os pagamentos da contribuição, na firme convicção de que estavam alcançados pela isenção.

Nenhum reparo se pode fazer a essa atitude, vez que respaldada em orientação de tribunal superior, estratificada em súmula.

Sucedo que a Fazenda Nacional jamais se conformou com o entendimento jurisprudencial e manteve inalterada a prática de lavrar autos de infração e a cobrar a contribuição, gerando um conflito que somente agora, com a palavra do Supremo Tribunal Federal, vem de ser encerrado.

Com efeito, embora tenha recusado por vezes a discussão da matéria tema considerando-a infraconstitucional, a Corte Suprema, em 17 de setembro de 2008, concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 372.457, jogando por terra a orientação do STJ, que vigorara por tantos anos e pautara o procedimento dos contribuintes.

Escusado dizer que a súbita reversão da jurisprudência teve o efeito de lançar dezenas de milhares de profissionais no desespero de ter de pagar o tributo acumulado por cinco anos, acrescido de multas e encargos moratórios, não obstante estivessem, até então, acobertados pelo segundo tribunal mais importante do País. Além disso, como consequência inevitável, reina, não apenas entre eles, justa revolta e descrença nas instituições.

Ao fim e ao cabo, tudo isso representa um duro golpe no princípio da segurança jurídica, pilar principal do Estado de Direito.

Trata este projeto de restabelecer a paz social e a necessária confiança nas instituições democráticas, dispensando a cobrança administrativa ou judicial da contribuição, relativamente aos fatos geradores ocorrido até a data do julgamento, pelo Supremo Tribunal, do recurso que modificou radicalmente a orientação jurisprudencial.

É o que se coloca à deliberação.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2008. – Senador **Eduardo Azeredo**.

(À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 410, DE 2008

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para instituir a pena de reparação do dano pelo próprio agente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo, renumerando-se o parágrafo único como § 1º:

“Art. 65.

§ 1º

§ 2º A pena poderá ser substituída pela obrigação de reparar o dano na coisa alheia, mediante limpeza realizada pelo próprio agente. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A pichação é uma forma escrita feita, muitas vezes, com caracteres indecifráveis, em muros ou monumentos. É uma ação criminosas que degrada o patrimônio público e privado, além de poluir visualmente o meio ambiente, afetando as suas condições estéticas.

Os reflexos negativos dessa conduta são percebidos nessa poluição visual caracterizada, principalmente, por atos de vandalismo contra o patrimônio alheio ou como instrumento de protesto, não podendo a sociedade nem as autoridades ficar inertes.

A Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências”, trata na sua Seção IV “Dos Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural”. Lá, no art. 65, tipifica como condutas proibidas “pichar, grafitar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano”, cominando uma pena de detenção, de três meses a um ano, e multa. O seu parágrafo único determina que, “se o ato for realizado em monumento ou coisa tombada em virtude do seu valor artístico, arqueológico ou histórico”, a pena é de seis meses a um ano de detenção, e multa.

Embora a pichação seja considerada um crime de menor potencial ofensivo, haja vista que o limite máximo da pena cominada a essa conduta seja menor que dois anos, em conformidade com o que determina o art. 61 da Lei nº 9.099, de 1995, que trata dos “Juizados Especiais Criminais”, esse crime tem-se destacado pelo número de acontecimentos e custo da restauração dos bens jurídicos afetados.

Em 2006, o Departamento do Patrimônio Histórico da capital de São Paulo registrou que, dos seus 440 monumentos, sessenta necessitaram de algum tipo de restauração. Sete foram tão danificados, que precisaram ser retirados do local, onde estavam fixados, para serem melhor consertados. Ressalta-se que a restauração de um busto de bronze custa em média de cinco mil reais por objeto. Esse custo é considerado altíssimo, diante de um orçamento anual de 170.000 reais.

Para vencer a pichação, os juízes, em Curitiba, Paraná, têm determinado penas alternativas, de modo que essa conduta proibida seja reparada pelos próprios agentes, o que tem redundado em grande eficácia, uma vez que eles não têm reincidido nesse crime.

Dessa forma, conclamamos os ilustres Pares, para aprovação deste projeto, que, transformado em lei, será um meio eficaz de se minimizar a pichação das edificações e monumentos urbanos do nosso país.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2008. – Senador **Eduardo Azeredo**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

Mensagem de veto

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**Disposições Gerais****Seção IV****Dos Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural**

Art. 62. Destruir, inutilizar ou deteriorar:

I – bem especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial;

II – arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial:

Pena – reclusão, de um a três anos, e multa.

Parágrafo único. Se o crime for culposos, a pena é de seis meses a um ano de detenção, sem prejuízo da multa.

Art. 63. Alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida:

Pena – reclusão, de um a três anos, e multa.

Art. 64. Promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida:

Pena – detenção, de seis meses a um ano, e multa.

Art. 65. Pichar, grafitar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano:

Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa.

Parágrafo único. Se o ato for realizado em monumento ou coisa tombada em virtude do seu valor

artístico, arqueológico ou histórico, a pena é de seis meses a um ano de detenção, e multa.

.....
(Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle; e Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, DE 2008

Dispõe sobre a compensação financeira (“royalties”) devidos à União, Estados e Municípios, desvincula, até o exercício de 2013, a aplicação dos recursos pertencentes à União de que trata, nos termos do §1º do art. 20 da Constituição Federal, quando decorrente da exploração e concessão das águas, em especial as Usinas Hidrelétricas e as Pequenas Centrais Elétricas, e dá nova redação ao art.3º, revoga o art. 4º, I, II e III, da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989 e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É devida compensação financeira (“royalt”) à União, aos Estados e aos Municípios em que se encontram instaladas unidades de produção de energia hidrelétrica, quer sejam usinas hidrelétricas ou pequenas centrais hidrelétricas, bem assim àquele ente público que, nos termos da alínea e, do art.2º do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, localizarem-se as nascentes.

Parágrafo único. Ressalvado o disposto no art.5º e seu parágrafo único da Lei 7.990, de 28 de dezembro de 1989, a titularidade das águas onde estão instaladas as respectivas unidades de produção energética é determinada pelo art.20, III e VIII, da Constituição Federal, naquilo que não conflitar com o art.29, I, II e III do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934.

Art. 2º Os **royalties** serão pagos mensalmente, em moeda nacional, a partir da data de início da produção comercial de cada uma das unidades produtoras, em montante a dez por cento da produção da energia gerada pela atividade mesma, valor este devido pela utilização e exploração das águas de que se servem.

§ 1º Tendo em conta os riscos geológicos, as expectativas de produção e outros fatores pertinentes, a (ANEEL ou quem quer que faça às vezes) poderá prever, no edital de licitação correspondente, nos contratos a serem celebrados e naqueles já celebrados, por seu obrigatório aditivo, a redução do valor dos royalties estabelecido no caput deste artigo para um montante correspondente a, no mínimo, cinco por cento da produção.

§ 2º Os critérios para o cálculo do valor dos royalties serão estabelecidos por decreto do Presidente da República, em função dos preços de mercado da energia hidráulica e da localização das unidades produtoras.

§ 3º A perda de energia elétrica ocorrida sob responsabilidade do concessionário será incluída no volume total da produção a ser computada para cálculo dos royalties devidos.

§ 4º O disposto nesta Lei tem aplicação imediata, incidindo doravante, inclusive, sobre todas as concessões já outorgadas e em curso, ocasião em que a (ANEEL) e os concessionários firmarão o competente aditivo ao contrato administrativo, sob pena de, em não se fazendo, ser causa de rescisão justificada.

§ 5º O edital e o contrato estabelecerão que, nos casos de grande volume de produção, ou de grande rentabilidade, haverá o pagamento de uma participação especial, a ser regulamentada em decreto do Presidente da República, que não se confunde com a compensação financeira aqui estipulada.

Art. 3º O art. 3º da Lei 7.990, de 28 de dezembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º O valor da compensação financeira é de responsabilidade exclusiva das empresas concessionárias regularmente habilitadas, e corresponde ônus inerente à exploração dos recursos naturais do Estado, não sendo, em hipótese alguma, exigível do consumidor.”

Art. 4º Fica desvinculada, até o exercício de 2013, a aplicação dos recursos pertencentes à União, advindos desta Lei, em benefício dos Municípios de que trata o art.1º e seu parágrafo único desta Lei, no que diz respeito exclusivamente à produção de hidreletricidade produzida no País, devendo, no entanto, obrigatoriamente o produto total das compensações financeiras aqui tratadas, ser revertido exclusivamente para as seguintes áreas de atuação e políticas públicas, nos seguintes percentuais:

I – 40% para a conservação e manutenção do meio ambiente, especialmente o ecossistema local, que terá metade do equivalente a este valor, e a outra metade passa a constituir receita do Fundo Nacional do Meio Ambiente;

II – 30% para a Saúde no Município beneficiado;

III – 30% para a Educação no Município beneficiado.

Parágrafo único. Quando a nascente ou o local onde se encontra instalada a unidade produtora estiver em terras indígenas definidas por Lei, ou ainda em

áreas desapropriadas pelo Poder Público, metade ideal do percentual estabelecido na alínea **a** será destinado às etnias que habitam as referidas circunscrições territoriais, através da FUNAI, ou às entidades beneficiárias do Decreto Desapropriatório, e à outra metade, ao Município onde fora gerada a receita.

Art. 5º A despeito da desvinculação dos recursos financeiros tratados no artigo anterior se verificar até o exercício de 2013, os efeitos da norma legal, no caso das unidades produtoras de energia hidrelétrica que na data da vigência desta Lei ainda não estejam funcionando com sua capacidade normal, ficam protraídos, pelo prazo de 05(cinco) anos a partir do início das operações e produção regular esperada nos termos da concessão firmada.

Art. 6º Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, incluindo incisos aos arts 5º, 7º, 9º e 22 e §2º ao art. 37:

“Art. 5º
.....

VII – a compensação a produtores rurais para proteção e manutenção de quaisquer cursos de água ou nascentes que atinjam as respectivas propriedades.

“Art 7º
.....

XI – Instituição de sistemas de compensação a produtores rurais, cujas propriedades sejam atingidas por cursos de água, vinculada a aumento da área de vegetação preservada e adoção de medidas ambientalmente sustentável de uso da terra.”

“Art. 9º
.....

III – viabilizar compensação a produtores rurais pela implementação de medidas que contribuam para a proteção dos recursos hídricos, não entrando para esta compensação aquelas medidas exigidas em lei.”

“Art.22.
.....

III – na compensação financeira devida aqueles produtores rurais que adotarem medidas que visem a preservação de curso de água.”

“Art.37.
.....

§ 2º Os Comitês de que trata o **caput** poderão instituir sistemas de compensação financeira a produtores rurais que adotarem medidas que visem a preservação dos cor-

pos de água que atinjam suas respectivas propriedades.”

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o art. 3º e seu § 1º e art.4º, I, II e III, da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, permanecendo, no entanto, válidas todas as demais disposições compatíveis com esta Lei.

Art. 8º Esta lei entra em vigor 120 dias após sua publicação.

Justificação

Sem dúvida alguma a Lei Federal nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, sancionada pelo então Presidente e hoje eminente Senador José Sarney veio a corroborar, sobremaneira, para a regulação da matéria que, já na década de 80, se mostrava necessária, tendo bem trilhado seus propósitos visionariamente apontados na ocasião.

Quase uma década depois, a Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, ao disciplinar a Política Energética Nacional, prioritariamente em função do petróleo, acabou por lançar luzes à questão da justa e legítima compensação financeira, os chamados “royalties”, devidos aos Municípios onde havia a exploração daquele combustível fóssil, ou onde eram embarcados ou desembarcados, enfim.

O presente projeto de lei tem por objetivo regulamentar a aplicação dos recursos provenientes da Lei Federal nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, disciplinando a compensação financeira (“royalties”) decorrentes de toda produção de hidreletricidade no País, sob qualquer forma verificada, inclusive por unidades produtoras como as usinas e as pequenas centrais elétricas.

A água é bem público comum e pertence, via de regra à União, respeitados os ditames da Lei, em especial, o disposto no Código de Águas, Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, sem perder de mente o fundamento de validade hierárquico estampado no art.20, III e VIII, e seu parágrafo primeiro, da Constituição Federal.

A alteração proposta no projeto de lei ora em discussão, retira a responsabilidade de o consumidor pagar os royalties devidos aos Municípios, como é possível nos dias atuais “muito embora não cumprido” passando este encargo diretamente às empresas responsáveis pela exploração da concessão pública.

Não poderia ser diferente. Se a água é bem público, sua utilização para transformação e produção de bens consumíveis deve guardar uma contrapartida, ou mecanismo de compensação financeira, pela exploração do recurso natural em si considerado.

Por outro lado, desvincula a aplicação desses recursos, que originariamente pertencem à União, passando-os diretamente aos Municípios quer onde se encontra a nascente das águas, quer onde esteja instalada a unidade produtora.

Tal desvinculação dos recursos financeiros da União, daí provenientes, deve, necessariamente, ser aplicado pelo Município, nos percentuais discriminados (i) na própria conservação do meio ambiente, especialmente àquele onde se realizam as atividades em concessão; (ii) na área da Saúde Pública do Município beneficiado; (iii) na Educação Pública do Município beneficiado. A desvinculação dos recursos financeiros, como melhor determinada a técnica contábil pública e legal, tem de ser por prazo determinado, razão pela qual assim o faz por 05(cinco) anos, prazo que se nos parece suficiente para alavancar os recursos necessários, colher os resultados esperados e rever as políticas públicas em questão, não excluindo a hipótese de ulterior renovação.

Traz, também o projeto, a possibilidade de o prazo de 05(cinco) anos de desvinculação dos recursos financeiros ficarem diferidos para o futuro, nas hipóteses em que, na data de vigência desta Lei, as unidades produtoras ainda não estejam em plena capacidade de funcionamento. Nesta situação, o prazo começa a correr do início das operações e produção normal esperada.

Em realidade, o objetivo maior do projeto é destinar o produto total dos recursos financeiros oriundos dos royalties pelo uso e exploração das águas, para aplicação, nos próprios Municípios, especificamente para as áreas de Saúde e Educação Públicas, e a própria conservação e sustento ambiental.

Há precedente na própria Lei Federal, por exemplo, Lei nº 10.261, de 12 de julho de 2001, a permitir a desvinculação, não fosse a decisão do Supremo Tribunal Federal no MS nº 24.312/DF assim o autorizando.

Propomos também a previsão de compensação financeira a produtores rurais que tenham suas propriedades atravessadas por rios, córregos ou riachos, além de nascentes localizadas na área particular, para que adotem medidas com vistas a proteger estes recursos hídricos. Através da adoção de ações que promovam o uso racional e sustentável da terra, assim como a manutenção da vegetação original ou recuperada além da área exigida por lei no entorno destes cursos de água.

Com esta compensação esperamos estimular o pequeno produtor rural a reduzir a área de exploração em torno dos cursos de água, garantindo maior preservação dos recursos, além de buscar integrá-lo a um sistema de exploração sustentável que garanta

aumento de produtividade sem agressão ao meio ambiente. Com este auxílio o produtor não terá ônus em preservar, sendo um estímulo positivo a manutenção da vegetação original das matas ciliares.

Não há como exigir de um pequeno produtor que não desmate uma área que aumentará seu sustento em nome da preservação do rio. Não é possível argumentar quando do outro lado está alguém que necessita de todo o recurso possível para a sua subsistência, não estamos falando em lucro, sim subsistência.

Por tais razões, esperamos contar com o apoio dos ilustres pares para a aprovação dessa matéria.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2008. – Senadora **Serys Slhessarenko**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.990, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989

Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências. (Art. 21, XIX da CF)

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O aproveitamento de recursos hídricos, para fins de geração de energia elétrica e dos recursos minerais, por quaisquer dos regimes previstos em lei, ensejará compensação financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios, a ser calculada, distribuída e aplicada na forma estabelecida nesta Lei.

~~Art. 2º A compensação pela utilização de recursos hídricos, para fins de geração de energia elétrica, será de 6% (seis por cento) sobre o valor da energia produzida, a ser paga pelos concessionários de serviço de energia elétrica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em cujos territórios se localizarem instalações destinadas à produção de energia elétrica, ou que tenham áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios. (Vide Lei nº 8.001, de 1990) (Revogado pela Lei nº 9.648, de 1998)~~

~~§ 1º (Vetado) (Revogado pela Lei nº 9.648, de 1998)~~

~~I — (Vetado) (Revogado pela Lei nº 9.648, de 1998)~~

~~II — (Vetado) (Revogado pela Lei nº 9.648, de 1998)~~

§ 2º (Vetado). (Revogado pela Lei nº 9.648, de 1998)

Art. 3º O valor da compensação financeira corresponderá a um fator percentual do valor da energia constante da fatura, excluídos os tributos e empréstimos compulsórios.

§ 1º A energia de hidrelétrica, de uso privativo de produtor, quando aproveitada para uso externo de serviço público, também será gravada com a aplicação de um fator de 6% (seis por cento) do valor da energia elétrica correspondente ao faturamento calculado nas mesmas condições e preços do concessionário do serviço público local.

§ 2º Compete ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE, fixar, mensalmente, com base nas tarifas de suprimento vigentes, uma tarifa atualizada de referência, para efeito de aplicação das compensações financeiras, de maneira uniforme e equalizada, sobre toda a hidreletricidade produzida no País.

Art. 4º É isenta do pagamento de compensação financeira a energia elétrica:

I – produzida pelas instalações geradoras com capacidade nominal igual ou inferior a 10.000 kW (dez mil quilowatts);

II – gerada e consumida para uso privativo de produtor (autoprodutor), no montante correspondente ao seu consumo próprio no processo de transformação industrial; quando suas instalações industriais estiverem em outro Estado da Federação, a compensação será devida ao Estado em que se localizarem as instalações de geração hidrelétrica;

III – gerada e consumida para uso privativo de produtor, quando a instalação consumidora se localizar no Município afetado.

Art. 5º Quando o aproveitamento do potencial hidráulico atingir mais de um Estado ou Município, a distribuição dos percentuais referidos nesta Lei será feita proporcionalmente, levando-se em consideração as áreas inundadas e outros parâmetros de interesse público regional ou local.

Parágrafo único. O Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE, elaborará, anualmente, os estudos necessários à operacionalização dos critérios estabelecidos no caput deste artigo.

Art. 6º A compensação financeira pela exploração de recursos minerais, para fins de aproveitamento econômico, será de até 3% (três por cento) sobre o valor do faturamento líquido resultante da venda do produto mineral, obtido após a última etapa do processo de beneficiamento adotado e antes de sua transformação industrial. (Vide Lei nº 8.001, de 1990)

§ 1º (Vetado).

§ 2º (Vetado).

I – (Vetado).

II – (Vetado).

III – (Vetado).

§ 3º (Vetado).

I – (Vetado).

II – (Vetado).

III – (Vetado).

Art. 7º O art. 27 e seus §§ 4º e 6º, da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, alterada pelas Leis nºs 3.257, de 2 de setembro de 1957, 7.453, de 27 de dezembro de 1985, e 7.525, de 22 de julho de 1986, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 27. A sociedade e suas subsidiárias ficam obrigadas a pagar a compensação financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios, correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do óleo bruto, do xisto betuminoso e do gás extraído de seus respectivos territórios, onde se fixar a lavra do petróleo ou se localizarem instalações marítimas ou terrestres de embarque ou desembarque de óleo bruto ou de gás natural, operados pela Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRÁS, obedecidos os seguintes critérios:

I – 70% (setenta por cento) aos Estados produtores;

II – 20% (vinte por cento) aos Municípios produtores;

III – 10% (dez por cento) aos Municípios onde se localizarem instalações marítimas ou terrestres de embarque ou desembarque de óleo bruto e/ou gás natural.

§ 4º É também devida a compensação financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios confrontantes, quando o óleo, o xisto betuminoso e o gás forem extraídos da plataforma continental nos mesmos 5% (cinco por cento) fixados no caput deste artigo, sendo 1,5% (um e meio por cento) aos Estados e Distrito Federal e 0,5% (meio por cento) aos Municípios onde se localizarem instalações marítimas ou terrestres de embarque ou desembarque; 1,5% (um e meio por cento) aos Municípios produtores e suas respectivas áreas geoeconômicas; 1% (um por cento) ao Ministério da Marinha, para atender aos encargos de fiscalização e proteção das atividades econômicas das referidas áreas de 0,5% (meio por cento) para constituir um fundo especial a ser distribuído entre os Estados, Territórios e Municípios.

§ 6º Os Estados, Territórios e Municípios centrais, em cujos lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres se fizer a exploração de petróleo, xisto betuminoso ou gás, farão jus à compensação financeira prevista no caput deste artigo.”

Art. 8º O pagamento das compensações financeiras previstas nesta Lei, inclusive o da indenização pela exploração do petróleo, do xisto betuminoso e do gás natural será efetuado, mensalmente, diretamente aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e aos órgãos da Administração Direta da União, até o último dia útil do segundo mês subsequente ao do fato gerador, devidamente corrigido pela variação do Bônus do Tesouro Nacional (BTN), ou outro parâmetro de correção monetária que venha a substituí-lo, vedada a aplicação dos recursos em pagamento de dívida e no quadro permanente de pessoal. (Redação dada pela Lei nº 8.001, de 13.3.1990)

§ 1º Não se aplica a vedação constante do caput no pagamento de dívidas para com a União e suas entidades. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.195, de 14.2.2001)

§ 2º Os recursos originários das compensações financeiras a que se refere este artigo poderão ser utilizados também para capitalização de fundos de previdência. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.195, de 14.2.2001)

Art. 9º Os Estado transferirão aos Municípios 25% (vinte e cinco por cento) da parcela da compensação financeira que lhes é atribuída pelos arts. 2º, § 1º, 6º, § 3º e 7º desta Lei, mediante observância dos mesmos critérios de distribuição de recursos, estabelecidos em decorrência do disposto no art. 158, inciso IV e respectivo parágrafo único da Constituição, e dos mesmos prazos fixados para a entrega desses recursos, contados a partir do recebimento da compensação.

Art. 10. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo máximo de 90 (noventa) dias da data de sua publicação.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se os §§ 1º e 2º do art. 27 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, na redação que lhes foi dada pela Lei nº 7.453, de 27 de dezembro de 1985, e as demais disposições em contrário.

Brasília, 28 de dezembro de 1989; da 168ª Independência e 101ª da República. – **José Sarney.**

DECRETO Nº 24.643, DE 10 DE JULHO DE 1934

Decreta o Código de Águas.

O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições que lhe confere o art. 1º do decreto nº 19.398, de 11-11-1930, e:

Considerando que o uso das águas no Brasil tem-se regido até hoje por uma legislação obsoleta, em desacordo com as necessidades e interesse da coletividade nacional;

Considerando que se torna necessário modificar esse estado de coisas, dotando o país de uma legislação adequada que, de acordo com a tendência atual, permita ao poder público controlar e incentivar o aproveitamento industrial das águas;

Considerando que, em particular, a energia hidráulica exige medidas que facilitem e garantam seu aproveitamento racional;

Considerando que, com a reforma porque passaram os serviços afetos ao Ministério da Agricultura, está o Governo aparelhado, por seus órgãos competentes, a ministrar assistência técnica e material, indispensável a consecução de tais objetivos;

Resolve decretar o seguinte Código de Águas, cuja execução compete ao Ministério da Agricultura e que vai assinado pelos ministros de Estado:

CÓDIGO DE ÁGUAS

LIVRO I

Águas em Geral e sua Propriedade

TÍTULO I

Águas, Álveo e Margens

CAPÍTULO I

Águas Públicas

Art. 1º As águas públicas podem ser de uso comum ou dominicais.

Art. 2º São águas públicas de uso comum:

a) os mares territoriais, nos mesmos incluídos os golfos, bahias, enseadas e portos;

b) as correntes, canais, lagos e lagoas navegáveis ou fluviáveis;

c) as correntes de que se façam estas águas;

d) as fontes e reservatórios públicos;

e) as nascentes quando forem de tal modo consideráveis que, por si só, constituam o **caput fluminis**;

f) os braços de quaisquer correntes públicas, desde que os mesmos influam na navegabilidade ou fluviabilidade.

§ 1º Uma corrente navegável ou fluviável se diz feita por outra quando se torna navegável logo depois de receber essa outra.

§ 2º As correntes de que se fazem os lagos e lagoas navegáveis ou fluviáveis serão determinadas pelo exame de peritos.

§ 3º Não se compreendem na letra b) deste artigo, os lagos ou lagoas situadas em um só prédio particular e por ele exclusivamente cercado, quando não sejam alimentados por alguma corrente de uso comum.

Art. 3º

.....

TÍTULO II

Águas Públicas em Relação aos seus Proprietários

CAPÍTULO ÚNICO

Art. 29. As águas públicas de uso comum, bem como o seu álveo, pertencem:

I – A União:

a) quando marítimas;

b) quando situadas no Território do Acre, ou em qualquer outro território que a União venha a adquirir, enquanto o mesmo não se constituir em Estado, ou for incorporado a algum Estado;

c) quando servem de limites da República com as nações vizinhas ou se estendam a território estrangeiro;

d) quando situadas na zona de 100 quilômetros contigua aos limites da República com estas nações;

e) quando sirvam de limites entre dois ou mais Estados;

f) quando percorram parte dos territórios de dois ou mais Estados.

II – Aos Estados:

a) quando sirvam de limites a dois ou mais Municípios;

b) quando percorram parte dos territórios de dois ou mais Municípios.

III – Aos Municípios:

a) quando, exclusivamente, situados em seus territórios, respeitadas as restrições que possam ser impostas pela legislação dos Estados.

§ 1º Fica limitado o domínio dos Estados e Municípios sobre quaisquer correntes, pela servidão que a União se confere, para o aproveitamento industrial das águas e da energia hidráulica, e para navegação;

§ 2º Fica, ainda, limitado o domínio dos Estados e Municípios pela competência que se confere a União para legislar, de acordo com os Estados, em socorro das zonas periodicamente assoladas pelas secas.

Art. 30.

LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997

Mensagem de veto

Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

Da Política Nacional de Recursos Hídricos

CAPÍTULO I

Dos Fundamentos

Art. 1º

LEI Nº 10.261, DE 12 DE JULHO DE 2001

Desvincula, parcialmente, no exercício de 2001, a aplicação dos recursos de que tratam os arts. 48, 49 e 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, pertencentes à União.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Nos exercícios de 2001 e 2002, ficam desvinculados de despesas, entidades e fundos, mantidas as vinculações aos respectivos Ministérios, os seguintes percentuais dos recursos, pertencentes à União, de que tratam os arts. 48, 49 e 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, incluindo-se adicionais e acréscimos legais:

I – até vinte e cinco por cento de cada uma das parcelas distribuídas na forma dos arts. 48 e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e

II – até setenta por cento da soma das parcelas distribuídas na forma do art. 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos recursos destinados a Estados e Municípios pela legislação em vigor, nem altera a destinação às Regiões Norte e Nordeste, prevista no § 1º do art. 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de julho de 2001; 180º da Independência e 113º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – José Jorge – Martus Tavares.**

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

TÍTULO III

Da Organização do Estado

CAPÍTULO II

Da União

Art. 20. São bens da União:

I – os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;

II – as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei;

III – os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;

IV – as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II;

V – os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva;

VI – o mar territorial;

VII – os terrenos de marinha e seus acrescidos;

VIII – os potenciais de energia hidráulica;

IX – os recursos minerais, inclusive os do subsolo;

X – as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos;

XI – as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

§ 1º É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

§ 2º A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

(Às Comissões de Serviços de Infra-Estrutura; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2008

Altera a redação dos arts. 54 e 208 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para

dispor sobre a educação infantil até os 5 (cinco) anos de idade.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso IV do artigo 54 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;

Art. 2º O inciso III do artigo 208 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 208. Regem-se pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, referentes ao não oferecimento ou oferta irregular:

III – de atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero até cinco anos de idade;

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Quando da promulgação da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, e dá outras providências, a Constituição Federal assim dispunha em seu artigo 208, inciso IV:

“Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

Transcorridos quase dezesseis anos da vigência do ECA, o artigo 208, IV, da Constituição Federal teve sua redação alterada pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, passando a assim dispor:

“Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

IV – educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;

(grifos ausentes originalmente)

Considerando que a partir da Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, o artigo 54, inciso IV e o artigo 208, inciso III do ECA destoam do novo Texto Constitucional, a presente propositura tem por objetivo ajustar o texto da *Lei nº 8.069/90* aos novos ditames do artigo 208, inciso IV da Constituição Federal, no que pertine às faixas etárias para o atendimento na educação infantil.

A proposição torna-se não apenas formal e legalmente, mas socialmente relevante, sempre reiterando que nossa principal discussão de padrões necessários para que nossas crianças estejam aprendendo em igualdade de condições.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2008. – Senador **Flávio Arns**

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

II – progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII – atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO IV **Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer**

.....
Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – direito de ser respeitado por seus educadores;

III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV – direito de organização e participação em entidades estudantis;

V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;

VII – atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola.

CAPÍTULO VI Do Advogado

Art. 206. A criança ou o adolescente, seus pais ou responsável, e qualquer pessoa que tenha legítimo interesse na solução da lide poderão intervir nos procedimentos de que trata esta Lei, através de advogado, o qual será intimado para todos os atos, pessoalmente ou por publicação oficial, respeitado o segredo de justiça.

Parágrafo único. Será prestada assistência judiciária integral e gratuita àqueles que dela necessitarem.

Art. 207. Nenhum adolescente a quem se atribua a prática de ato infracional, ainda que ausente ou foragido, será processado sem defensor.

§ 1º Se o adolescente não tiver defensor, ser-lhe-á nomeado pelo juiz, ressalvado o direito de, a todo tempo, constituir outro de sua preferência.

§ 2º A ausência do defensor não determinará o adiamento de nenhum ato do processo, devendo o juiz nomear substituto, ainda que provisoriamente, ou para o só efeito do ato.

§ 3º Será dispensada a outorga de mandato, quando se tratar de defensor nomeado ou, sido constituído, tiver sido indicado por ocasião de ato formal com a presença da autoridade judiciária.

CAPÍTULO VII Da Proteção Judicial dos Interesses Individuais, Difusos e Coletivos

Art. 208. Regem-se pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, referentes ao não oferecimento ou oferta irregular:

I – do ensino obrigatório;

II – de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência;

III – de atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

IV – de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

V – de programas suplementares de oferta de material didático-escolar, transporte e assistência à saúde do educando do ensino fundamental;

VI – de serviço de assistência social visando à proteção à família, à maternidade, à infância e à adolescência, bem como ao amparo às crianças e adolescentes que dele necessitem;

VII – de acesso às ações e serviços de saúde;

VIII – de escolarização e profissionalização dos adolescentes privados de liberdade.

§ 1º As hipóteses previstas neste artigo não excluem da proteção judicial outros interesses individuais, difusos ou coletivos, próprios da infância e da adolescência, protegidos pela Constituição e pela Lei. (Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 11.259, de 2005)

§ 2º A investigação do desaparecimento de crianças ou adolescentes será realizada imediatamente após notificação aos órgãos competentes, que deverão comunicar o fato aos portos, aeroportos, Polícia Rodoviária e companhias de transporte interestaduais e internacionais, fornecendo-lhes todos os dados necessários à identificação do desaparecido. Incluído pela Lei nº 11.259, de 2005)

(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Os projetos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Anteriormente, foram lidos os **Requerimentos nºs 97 e 1.254, de 2008**, do Senador Marco Maciel e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de sessão especial do Senado no próximo dia 25 de novembro, às 10 horas, destinada a celebrar o centenário da morte de Machado de Assis.

Em votação os requerimentos.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Estão aprovados os requerimentos.

Serão tomadas as providências cabíveis, de acordo com o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, pela Liderança do PSDB e, em seguida, sem prejuízo da ordem dos oradores inscritos, fará uso da palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de mais nada, dando eco a inúmeros *e-mails* que recebo de Manaus com reclamações sobre o aumento muito elevado de 15% nas tarifas de energia pública na minha cidade, apresento requerimento de informações pedindo que o Ministério das Minas e Energia justifique esse aumento tão exorbitante num País de inflação ainda controlada – espero que para sempre controlada.

Do mesmo modo, Sr. Presidente, peço a publicação na íntegra de pronunciamento em que faço coro com o Senador Mozarildo Cavalcanti, que me envia mensagem manifestando apreensão pelo fim de uma experiência que vem dando muito certo em Brasília que é o Incor-DF que, a meu ver, não deve ir à garra. Dirijo um apelo ao Governador José Serra, de São Paulo, para que encontre uma solução que evite a desvinculação do Incor da Fundação Zerbini ao núcleo de Brasília, que funciona hoje no Hospital das Forças Armadas. Portanto, peço a V. Ex^a que enderece ao gabinete do Governador José Serra este apelo que seu companheiro do Amazonas lhe faz.

Do mesmo modo, Sr. Presidente, outro eco de minha cidade: táxis em Manaus começam a rodar movidos a gás. Acontece que, para uma frota de quatro mil táxis em minha cidade, apenas 250 puderam adaptar seus veículos com **kit** de conversão a um custo de aproximadamente R\$3 mil por veículo. Os 250 felizardos foram escolhidos por sorteio com a garantia de que poderiam contar com uma cota semanal de noventa metros cúbicos de gás, promessa não cumprida.

Muito bem. Eu gostaria, então, Sr. Presidente, que houvesse sensibilidade por parte do Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Deputado Haroldo Lima, para pedir que interceda junto ao órgão regional do Amazonas. Afinal, os taxistas de Manaus acreditaram na promessa do Governo e agora, sem gás, ficam a ver navios; ou seja, que não só atendam bem os 250 iniciais como expandam para os quatro mil taxistas restantes.

Eu peço que seja publicado na íntegra o pronunciamento.

Finalmente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no início da noite de ontem realizamos ampla reunião, na Liderança do Governo, para discutir os pareceres elaborados pelos relatores ao PLC 27/08, que se convencionou chamar, no Senado, de projeto dos sacoleiros.

A discussão girou basicamente em torno do parecer do Senador Tasso Jereissati, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que contemplou um conjunto de alterações sugeridas inclusive pelo

segmento empresarial do meu Estado; alterações que esse conjunto propiciou o entendimento.

O acordo estabelecido buscou tornar viável o regime que potencializa a possibilidade de trazer para a formalidade os chamados sacoleiros, supostamente permitindo que os mesmos possam preservar o sustento de milhares dos que dependem dessa atividade e, ao mesmo tempo, preservar a competitividade dos produtos fabricados pela indústria nacional e, sem dúvida, pelo Pólo Industrial da Zona Franca de Manaus.

Basicamente, a preocupação se amparava na possibilidade de que produtos, em sua grande maioria pirateados, pudessem adentrar ao mercado por meio do regime a ser estabelecido. Com o pagamento de tributos, passariam eles a ser comercializados com o entendimento de legalidade.

Não buscamos, no presente acordo, tornar impraticável o regime. Queremos, isto sim, criar instrumentos para que os produtos por ele utilizados sejam produtos originais.

Apresentei um conjunto de emendas – na verdade, 15 emendas – que, uma vez contempladas no projeto, minimizam os riscos e visam a colocar o regime em condições praticáveis.

Os temas principais preservados pelo acordo são:

1. que os produtos obedeçam às normas internas estabelecidas pelas agências reguladoras e pelos institutos de normatização técnica;
2. que os produtos sejam comercializados diretamente aos consumidores finais, eliminando atravessadores e oportunistas;
3. que os produtos tenham autorização dos fabricantes originais, para que se viabilize a importação no regime;
4. que os veículos a serem utilizados pelo regime sejam previamente cadastrados;
5. que os produtos obedeçam a preços de referência, evitando-se o subfaturamento.

Creemos que, com as alterações “consensadas”, o regime poderá, se Deus quiser, manter as atividades dentro da formalidade, minimizando possíveis prejuízos à indústria nacional e – volto a repetir exaustivamente – prejuízos que se evitarão também no Pólo Industrial de Manaus, pólo esse que atua hoje dentro de uma economia de mercado, com produtos de excelente qualidade.

Entendo ainda que o acordo busca preservar toda a indústria nacional, e não apenas o pólo industrial de Manaus, uma vez que, na sua grande maioria, os produtos que utilizam dessa modalidade são fabricados

em outras regiões do País e, com isso, todos no conjunto ganharão com as medidas acordadas.

Agradeço a prestimosidade do líder Romero Jucá e a competência do Senador Jereissati. Aproveito para homenagear os demais relatores também, e ressalto o valor dos meus – e aí tenho que colocar entre aspas, porque na verdade não são adversários – “adversários” neste momento, neste instante, nesta matéria: o Senador Alvaro Dias, que é um símbolo das lutas democráticas no Estado do Paraná – e eu dizia a ele que eu ia dizer que ele era símbolo de alguma coisa, então, símbolo das liberdades democráticas no Paraná –; o Senador Osmar Dias, que lutou com muito denodo pelo seu Estado, e o Senador Flávio Arns, que é igualmente atento às questões afetas à economia da sua região. Eles defenderam o Paraná com denodo. Eu fiz o mesmo pelo Amazonas, junto com João Pedro e Jefferson Praia. Espero que o Brasil não perca.

A lei, a meu ver, é ruim. Melhor que não tivesse sido editada. Fizemos rigorosa cirurgia plástica nela. O Senado agora pode aprová-la, ainda que sem o meu voto. Será aprovada, mas registrarei o meu voto de protesto, por entender que não era o melhor diploma.

A Federação das Indústrias do Amazonas e o nosso Centro das Indústrias concordaram com a forma final do acordo, que foi avalizado pelo competente técnico amazonense Saleh Hamdeh. Do limão fizemos uma limonada. Se o acordo era inevitável, melhor proteger a indústria nacional e o Pólo Industrial da Zona Franca de Manaus do jeito que desse. E nós avançamos muito desde o texto original. Esse era um monstro. O acordo o transformou em algo bastante melhor.

Aqui fico, vigilante, como sempre, em relação às coisas do meu Estado. Empresas e empresários do Amazonas consideram que a Zona Franca foi protegida. Espero que sim. Fiz o possível. Faria até mesmo o impossível.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com muita honra, nobre Senador.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, quero cumprimentá-lo pela luta que travou a favor do seu Estado e dizer que, pela primeira vez, senti-me treinando para ser governo, porque estava apoiando um projeto do Governo, e V. Ex^a do outro lado, contestando esse projeto do Governo. Mas, felizmente, houve o entendimento, que V. Ex^a retrata com nitidez, na noite de ontem, em reunião da qual participamos juntos, que ressalva os interesses do seu Estado, protege a economia do seu Estado, sem, evidentemente, retirar benefícios que podem se somar num momento difícil na tríplice fronteira, na confluência especialmente

do Paraná com o Paraguai. Por essa razão, nós estivemos circunstancialmente em lados diferentes, mas convergimos, ao final, para uma solução. Eu também não considero a lei ideal, como V. Ex^a também não a considera ideal. Mas nós somos premidos por problemas sociais que se avolumam a cada dia e a cada passo e temos um patrimônio da humanidade, que é Foz do Iguaçu. Nós não podemos permitir que esse patrimônio seja comprometido em razão de equívocos governamentais, falta de apoio, de atenção, de políticas públicas que possam promover o desenvolvimento daquela região. Esse projeto não é suficiente, não é a solução, não é um projeto nota 10, mas, de qualquer maneira, é uma esperança para milhares de trabalhadores que vivem naquela região do Paraná.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente, e peço tempo para concluir, respondendo ao aparte do Senador Alvaro Dias.

De fato, Senador Alvaro, eu agi premido pela mesma razão no sentido inverso, ou seja, um outro patrimônio da humanidade, precisamente a Amazônia, que tem, no Pólo Industrial da Zona Franca de Manaus, o seu maior agente protetor da Floresta Amazônica; ou seja, o Amazonas, graças ao Pólo Industrial de Manaus, tem menos de 2% da sua cobertura florestal devastada. Os outros Estados, infelizmente, padecem de taxas bem mais duras e difíceis.

Percebo que V. Ex^a agiu no legítimo dever de representante do Paraná. Circunstancialmente, ficamos em trincheiras diferentes. Eu agi como representante do Amazonas, como costume fazer. Posso dizer, até com muito conforto e muita alegria, que só mesmo o seu amor pelo Paraná e o meu amor pelo Amazonas poderiam separar-nos por um momento, mas temos o nosso amor em conjunto pelo Brasil, que volta a nos unir a partir do acordo que fizemos.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o InCor-DF é um hospital de referência em saúde cardíaca, mas, lamentavelmente, estaria prestes a encerrar sua presença na Capital da República.

O assunto já foi, em muitas ocasiões, analisado neste plenário e, ainda agora, recebo do Senador Mozarildo Cavalcante mensagem em que ele manifesta apreensão pelo fim de uma experiência que vem dando certo em Brasília.

Incorporo também minha preocupação ao inconformismo do ilustre representante do Amapá. E apro-

veito para dirigir apelo ao Governador José Serra, de São Paulo, para que possa ser encontrada solução que evite a desvinculação do Incor da Fundação Zerbini ao núcleo de Brasília, que funciona no Hospital das Forças Armadas, com relevantes serviços à população da Capital.

É o que espero, na certeza de que o Governador tucano haverá de ser sensível ao apelo da população de Brasília.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como em algumas outras capitais, a começar por São Paulo e o Nordeste, táxis de Manaus já rodam, há dois anos, com gás natural. Isso é bom, pela economia e pelos benefícios ao meio ambiente.

Disse que isso é bom. Mas não é bem assim. Melhor é dizer: *isso seria bom!* É que, na verdade, o abastecimento de táxis com gás em Manaus chega a ser quase engodo, uma mentirinha para iludir profissionais corretos.

Explico:

Para uma frota de quatro mil táxis, apenas 250 puderam adaptar seus veículos com o kit de conversão, ao custo aproximado de R\$ 3 mil.

Não é só:

Os 250 felizardos foram escolhidos por sorteio, com a garantia de que poderiam contar com uma cota semanal de 90 metros cúbicos de gás. Promessa não cumprida! Alegam os órgãos responsáveis pela distribuição que não há gás suficiente. O combustível, acrescentam, chega a Manaus de balsa.

Esse o relato, sem aumentar nem diminuir, de uma situação nada razoável para os taxistas da capital do meu Estado. Por que não ampliar o número de balsas para transportar o combustível?

Conheço muitos dos taxistas de Manaus. São todos dedicados profissionais, que prestam serviço essencial à população.

Por isso, e interpretando os anseios desses taxistas de Manaus, estou encaminhando esse breve pronunciamento ao Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Haroldo Lima, para pedir sua intercessão junto ao órgão regional do Amazonas. Afinal, os taxistas manauaras acreditaram na promessa do Governo e agora, sem gás, ficam a ver navios.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

Sem prejuízo na ordem dos inscritos, concedo a palavra ao Senador Jayme Campos e, em seguida, ao Senador Mário Couto, por cessão do Senador Mozarildo

Cavalcanti. Depois concederei a palavra ao Senador Mão Santa, por cessão do Senador Cícero Lucena.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao longo dos anos, Mato Grosso tem sido porta-voz de notícias alvissareiras para a Nação. É a região que mais cresce economicamente no País e a que tem encontrado as melhores soluções no campo social para a nossa gente. Nossas terras férteis acolheram brasileiros de todos os cantos, e, silenciosamente, promovemos uma eficiente e produtiva reforma agrária em nosso território. Mas, infelizmente, não somos um paraíso. E não podemos empurrar nossas mazelas para debaixo do tapete dos convenientes índices de produção. Temos problemas, sim; não podemos escondê-los.

Hoje, por exemplo, a Polícia Judiciária Civil dá início a uma greve por tempo indeterminado em todos os Municípios de Mato Grosso. Os policiais reivindicam um reajuste que equipare seus salários aos dos servidores dessa área em outros Estados do Centro-Oeste. Enquanto agentes de Goiás, por exemplo, percebem um salário de R\$2,7 mil, o Governo mato-grossense propõe um salário-base de R\$1,6 mil. A contraproposta da classe é a de que o Executivo amplie sua oferta para R\$2,6 mil. Neste momento, há um perigoso impasse nas negociações entre a categoria e o Governo estadual, podendo repercutir num estado calamitoso para nossa sociedade.

Os índices de criminalidade, Sr. Presidente Papaléo, em nossa região já são espantosos. Basta dizer que Cuiabá figura como a sétima colocada no **ranking** das capitais brasileiras com maior número de homicídios, segundo classificou o Mapa da Violência dos Municípios em 2008. O mesmo estudo revela que são 45 assassinatos para cada 100 mil habitantes no Município. Esse levantamento, elaborado por organismos do Governo Federal, também coloca três cidades mato-grossenses no triste *ranking* das dez cidades mais violentas do País. Colniza surge em segundo lugar; Itanhangá, em terceiro lugar; e Juruena, em oitavo lugar. Todas estão na região norte do Estado, onde ainda ocorre disputa pela posse da terra. Lá, pistoleiros agem livre e impunemente. Esse índice é uma vergonha para uma sociedade que tem primado pelo trabalho, pela dignidade e pela paz social. Todos nós precisamos lutar para que Mato Grosso deixe de figurar nessa tenebrosa lista.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, outro relatório, este feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, reforça a idéia de que o Governo estadual não tem priorizado o setor. Segundo informa em seu relatório anual, houve redução de 11,9% nos investi-

mentos em segurança pública por parte do Executivo regional em 2007. Esse quadro agravou a criminalidade, com um aumento de 8% no número de homicídios no Estado.

Lamentavelmente, esse cenário pode ser observado a olho nu pelas ruas mato-grossenses. Nesta semana mesmo, os jornais da Capital trouxeram estampada, em suas primeiras páginas, a notícia de que os crimes de encomenda estavam de volta ao nosso convívio. Na segunda-feira, em plena luz do dia, no estacionamento de um supermercado de Várzea Grande, minha cidade, um empresário foi executado com três tiros, sem a menor cerimônia e sem qualquer reação das autoridades policiais.

Portanto, meu caro amigo Senador Mário Couto, é nesse cenário de afluente crescimento dos índices de criminalidade que a Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso deflagra uma greve por tempo indeterminado. Toma essa atitude extrema, em grande parte, porque o Governador Blairo Maggi se recusa a dialogar com a categoria.

Peço, desta tribuna, uma profunda reflexão sobre os efeitos nocivos dessa paralisação, tanto por parte dos policiais quanto do Governador, para que assim persistam no debate e encontrem um ponto de equilíbrio que contemple a normalidade nos serviços da segurança dos nossos cidadãos. A radicalização de posições só trará prejuízos para nossa sociedade.

Rogo, tão-somente, por serenidade dos negociadores, para que eles compreendam que as vítimas da insensatez e da arrogância sempre são os inocentes e os humildes. Desejo que a greve se desarme, assim como desejo que o espírito das autoridades do Governo também se desarme de sua postura inflexível, para enxergar o bem comum.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, à sombra do aparelho policial, que se desorganiza administrativa e politicamente com o indicativo de greve em 14 Estados brasileiros, os criminosos, bem armados, utilizando tecnologia de ponta, ameaçam tomar o País de assalto. É lamentável que, num País rico como o nosso, o Estado se mostre frágil e desorganizado para enfrentar a violência.

Nossas autoridades precisam abrir os olhos: crime organizado significa Polícia impotente; Polícia impotente significa Estado desorganizado.

Concedo um aparte ao Senador Mário Couto, com muita honra.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Jayme Campos, inicialmente, quero parabenizar seu pronunciamento pela preocupação de V. Ex^a com a situação da segurança no seu Estado. V. Ex^a deve ter percebido que, em outros dias, estive na tribuna, falando exatamente

sobre o que V. Ex^a está falando hoje, preocupado com a situação da segurança do meu Estado. Senador, não sei por que os Executivos, os Governadores, o Presidente da República não investem nessa área. Não entendo isso; há coisas neste País que não entendo. Até acho que sei o porquê disso – já falei isso da tribuna: para segurança pública, não há placa de obra de inauguração, não há palanque, não há discurso. Acho que é por isso que os Executivos não investem em segurança pública. É impressionante! Pegue as estatísticas e veja o que o Governo Federal investiu nesses últimos quatro anos em segurança pública, o que o Governo do seu Estado investiu em segurança pública, o que o Governo do meu Estado investiu em segurança pública. Só para não tomar muito o tempo de V. Ex^a, vou-lhe dar um exemplo agora. V. Ex^a sabe quanto ganha um policial militar no seu Estado? Ele ganha R\$1.111,00! V. Ex^a sabe quanto ganha um policial no Pará? Menos ainda, Senador! V. Ex^a sabe quanto ganha um policial no Rio de Janeiro? Ganha R\$831,00! Como se pode pedir a esses militares proteção ao povo? Que moral tem um Governo que paga R\$1 mil ao policial militar para que ele exponha sua vida nas ruas da capital? Nenhuma! Greve é um estado com o qual não devemos conviver, mas qual é a alternativa para se chamar a atenção dos Executivos? Qual é a alternativa? Vou agora à tribuna falar exatamente o que V. Ex^a está falando. Mostrarei números, mostrarei a situação dos policiais militares e civis do meu Estado e mostrarei a penúria em que vive meu Estado. Quero parabenizar a postura de V. Ex^a. Neste Senado, não devemos parar de falar sobre esse assunto. Devemos trazer à pauta, imediatamente, o projeto do Senador Renan Calheiros, para ser discutido um teto mínimo para o policial em todo o Brasil. Isso é urgente, urgentíssimo! Quero parabenizar V. Ex^a e todos aqueles Senadores que puderem vir à tribuna falar sobre a segurança deste País.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Muito obrigado, Senador Mário Couto, por seu aparte.

Esse é o estado lamentável em que vivem as Polícias Civil e Militar em todo o País. Como V. Ex^a bem disse, no seu Estado do Pará, bem como no Rio de Janeiro – e imagino que isso ocorra na grande maioria dos Estados do Nordeste –, os policiais ganham esse salário de miséria. Por isso, não há uma boa segurança pública, até porque o próprio Governo é conivente, é responsável por esse estado em que vivemos na atual conjuntura.

De qualquer forma, quero aqui, desta feita, desta tribuna, fazer mais um apelo ao Governador do Mato Grosso, Blairo Maggi: que analise com carinho, naturalmente, essa reivindicação dos nossos policiais da área civil! Vou dar um dado, Senador Papaléo: o orça-

mento de Mato Grosso, previsto inicialmente para ser de R\$7,5 bilhões para o ano de 2008, está com uma arrecadação de R\$1,4 bilhão acima do que estava previsto, em cima da inflação e em cima do PIB. Ou seja, se o Estado está arrecadando R\$1,4 bilhão acima daquilo que estava previsto para o orçamento de 2008, o que representaria dar pelo menos 50% daquilo que nossos policiais estão pleiteando?

Falta sensibilidade, porque o Governo não pode ter só visão empresarial; o Governo tem de ter também visão social. Lamentavelmente, aqueles que caminham nessa direção estarão fadados à derrota no futuro.

Portanto, daqui, desta tribuna, faço um apelo às autoridades de Mato Grosso, para que vejam com carinho e, sobretudo, com responsabilidade as reivindicações não só da Polícia Civil e da Polícia Militar, mas, acima de tudo, as de todos os servidores públicos de Mato Grosso, que precisam ser tratados com mais respeito. É preciso vê-los como as grandes argamassas da construção do Estado de Mato Grosso. Entendo que Polícia impotente significa Estado desorganizado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Durval.

O SR. PRESIDENTE (João Durval. PDT – BA) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Couto, como orador inscrito, por cessão do Senador Mozarildo Cavalcanti, e convido o Senador João Durval para assumir a Presidência da sessão. Em seguida, fará uso da palavra o Senador Mão Santa, por mais uma concessão do PSDB ao PMDB, feita pelo Senador Cícero Lucena.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, quero dizer da minha satisfação em ver hoje, aqui, nesta Casa, e fazendo parte desta sessão, o nobre Vice-Prefeito da cidade querida, do Marajó, a cidade de Breves. Aproveito a oportunidade para, em seu nome, em nosso nome, abraçar todos os amigos daquela querida e próspera cidade marajoara.

Sr. Presidente, vou na mesma direção do Senador Jayme Campos: o meu pronunciamento será sobre segurança pública.

Eu, meu Presidente, Senador Mão Santa, fico a pensar: aonde é que o Brasil vai chegar? Aonde é que o povo brasileiro vai chegar? Aonde é que os Estados brasileiros vão chegar com a falta de segurança pública?

Quais os investimentos que o Presidente da República, quais os investimentos que esta Nação, através do seu Presidente, fez em segurança pública? Que investimentos foram feitos? Quanto ganha um policial militar nas grandes cidades brasileiras para ir à rua proteger o cidadão brasileiro? Quanto ganha?

E, quando se pensa, Senador Presidente, que o País é um dos mais corruptos do mundo e não combate essa corrupção, finge que combate... Finge que combate! O que aconteceu com o Waldomiro, aquele que fez as transações para o Dirceu? O que aconteceu com o próprio Dirceu? O que aconteceu com todos aqueles que foram acusados, pela Justiça, do mensalão? O que aconteceu?

Octogésimo País mais corrupto do mundo, o nosso povo morrendo à míngua nas ruas, e os bandidos tomando conta das ruas das grandes cidades. E no interior, pior ainda. Pior ainda no interior. O que existe no interior do Estado? O que existe no interior do meu Estado, por exemplo, um Estado do Norte? Em um Estado do Norte, o que existe? Existe delegacia? Eu tenho dados, aqui – acreditem se quiserem –, de que há Municípios paraenses que não têm nem delegacia. Nem delegacia de polícia!

É verdade, Senador Papaléo! V. Ex^a me olha com um olhar espantado. O seu Estado é um dos que melhor pagam ao policial militar. Está aqui, vou ler a tabela. É um dos que melhor pagam. O meu é um dos que pior pagam.

Senador, no meu Estado, a maioria dos grandes Municípios tem um delegado, um escrivão e um investigador. Que proteção podem dar três homens a 50 mil habitantes, em média, nas cidades paraenses? E quanto ganham, Senador? Que condições de trabalho tem um cidadão desses? Sem delegacia, Presidente; sem armas, Presidente; sem munição, Presidente; sem carro, Presidente. Não têm veículo para se deslocarem. Às vezes, eles próprios, dentro da delegacia – quando tem delegacia –, fazem vaquinha para colocar gasolina para as viaturas se deslocarem.

É triste a situação da segurança neste País, Presidente.

Presidente, tem delegacias que estão caindo aos pedaços. Se a TV Senado puder mostrar ao País, mais uma vez, esta delegacia de polícia...

Olhem, aqui, uma delegacia de polícia do meu Estado! Olhem a situação de uma delegacia de polícia no Estado do Pará: caindo aos pedaços!

Qual é o investimento do Governo do Estado do Pará? Como é, Presidente, que um policial pode estar aqui dentro, trabalhando? Como é, Presidente, que um policial pode fazer o relatório de um crime aqui dentro? Se a delegacia está assim, Presidente, faça uma idéia

V. Ex^a das condições dos carros, faça uma idéia V. Ex^a das condições das armas que tem um policial que vive trabalhando aqui, neste chiqueiro, Presidente!

Isto é um chiqueiro, Presidente! Isto aqui não é uma delegacia de polícia! Isto aqui é um chiqueiro que dão para os policiais do meu Estado trabalharem! Essa é a grande verdade da polícia do meu Estado.

Agora mesmo, desceu um Senador da tribuna depois de falar também da condição de um policial do seu Estado, o Mato Grosso.

O Estado do Pará, Senador Jayme, é muito pior. Ainda fazem um massacre com os pobres coitados investigadores. Investigadores que caem mortos, Senadores. E, aqui, cito exemplo. Em Conceição do Araguaia, a delegacia cai em pedaços. Tenho aqui, Senador, vários Municípios em que os investigadores foram barbaramente assassinados, porque não têm condição de defesa. Como é que eles podem defender o povo se eles próprios não têm condição de defesa?

Senador Jayme Campos, os nossos governadores não querem investir em segurança pública. A nossa Governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, em seus palanques de campanha, dizia que em seis meses de governo ela iria dar segurança ao povo do meu Estado, iria melhorar a segurança do meu Estado. Sabe o que ela diz hoje? Sabe o que ela fala hoje? Ela culpa o governo anterior.

É preciso parar com isso, Senador Presidente. É preciso parar de colocar a culpa em governos anteriores. Quantos anos nós já temos de mandato dos Governadores, agora, neste País? Há quase dois anos assumiram os Governadores neste País, Presidente. Será que não tiveram tempo para fazer alguma coisa a fim de salvar o povo do Estado do Pará? E por que põem culpa? Têm que parar com isso. Têm de ter vergonha, têm de ter vergonha na cara para parar com isso. Parem com isso! Não se pode estar acusando, todo o tempo acusando. Se qualquer coisa não está bem: "É o governo anterior, é o governo anterior. A segurança é o governo anterior".

Pergunto: que investimentos foram feitos agora? Não queriam ser Governadores? Não disseram que tinham capacidade para administrar o Estado do Pará?

Calce uma bota agora, vá para a rua! Pague bem o policial. Faça pente-fino nos bairros, prenda os criminosos! Ponha moral no Estado! Faça ações imediatas!

Tem de ter ações imediatas para mostrar aos criminosos que eles não estão sós, Presidente. Se não houver ações imediatas para mostrar aos crimi-

nosos que eles não estão sós, eles que já tomaram conta do meu Estado, eles não acabarão, de uma vez, Senador, com a proibição, porque eles estão, agora, proibindo as pessoas agora de andarem nos bairros. Carteiros não andam mais nos bairros, não entregam mais correspondências, os jornais não entregam mais correspondências. Eles acabarão proibindo a população de andar nas ruas se não tomarem providências imediatas.

É incrível, é incrível como não se fala nada, absolutamente nada. Não se vai à televisão falar de um projeto, falar de uma iniciativa. Não vejo o Presidente da República falar sobre segurança. Eu não vejo.

Ouçõ falarem que estão combatendo a criminalidade no Rio de Janeiro. Como podem chegar a um denominador de combate? Um policial militar, no Rio de Janeiro, ganha R\$831,00.

Vou mostrar agora, Presidente, quanto ganham os policiais militares no Brasil. Sei que não tenho tempo de ler todos, mas vou ler alguns.

Ouçã, aqui, Presidente: no Distrito Federal, R\$4.187,00.

Aqui, sim. Aqui, no Distrito Federal, há segurança. Não sei se é porque nós moramos aqui. Acho que é.

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Senador não pode ser assaltado. O povo pode. Senador não pode. V. Ex^a, Senador Jayme Campos, não pode ser assaltado. Senador não pode. O povo pode. O Presidente da República não pode. O povo pode. Quando fizeram um negocinho lá com o Mantega, foi um escândalo que saiu até na revista *Times*. O escândalo maior do mundo. Agora, o povo pode ser massacrado, pisoteado, morto, e ninguém fala nada, ninguém fala nada.

Aqui, se paga bem: o policial militar ganha aqui R\$4.187,00.

O Amapá, do Papaléo – Papaléo, parabéns! Onde está o teu Governador? Parabeniza o teu Governador –, é o segundo maior salário do País. Não é lá essas coisas, mas é o segundo Estado que paga melhor: R\$1.170,00.

E por aí vão: Goiás, Paraná, Santa Catarina, Amazonas. O Pará é um dos últimos – o Pará e o vosso Estado –, um dos últimos. É dos que pior paga o policial militar.

Agora, digam-me, brasileiros e brasileiras, como um policial que ganha de salário mensal R\$1.015,00 tem a coragem de ir para a rua proteger o cidadão? Como, Senador? Diga-me: como? Que motivação tem esse policial de ir para a rua combater o crime

e proteger o cidadão? Não vai! Não vai! Ele vai fazer bico. Ele vai procurar uma festa, uma boate, qualquer coisa que surja.

É o desespero de causa! Ele quer ver, pelo menos, a sua família comer durante o dia! Pelo menos isso! Que condição tem um homem desse de dar saúde à sua família, pagando um plano de saúde? Quanto custa um plano de saúde hoje?

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – E ele ainda vai se expor na rua para proteger o cidadão! Acabou o meu tempo, Sr. Presidente.

Como pode? Não existe isso. Aí ele se corrompe, Sr. Presidente! Aceita propina, vai para uma festa fazer segurança e acaba se comprometendo, acaba respondendo a um processo, quando a culpa maior é do Governo, Presidente! A culpa maior é do Governo!

Quero deixar aqui, mais uma vez, a minha preocupação com o meu querido Estado do Pará. Paraenses, a preocupação que tenho com todos os meus irmãos paraenses é muito grande. O meu Estado está abandonado. A polícia não tem a mínima condição de combater o crime no Estado do Pará. O Governo não dá a mínima condição aos policiais militares e civis para combaterem a criminalidade no meu Estado. O policial militar vive à míngua! O policial militar não tem uma arma de proteção!

O policial militar não tem uma viatura para prender um ladrão, um bandido, um traficante de droga! As delegacias do Estado do Pará, no interior do Pará, estão caindo aos pedaços! Os policiais civis e militares do interior vivem à míngua, ao comando dos bandidos, porque não têm condição de combater a criminalidade, Paulo Duque! Não têm, Senador Duque!

O Estado do Pará vive uma penúria! Os assaltantes tomam conta! Veja só, Senador: é de R\$1.015,00 o salário de um policial militar no Estado do Pará. Que vergonha!

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já estou descendo, Sr. Presidente. Só mais um minuto para concluir.

Que vergonha! Como o cidadão pode andar numa rua com segurança?

E a nossa Governadora, Duque, prometeu à sociedade paraense que ia resolver o problema de segurança no nosso Estado. Desço desta tribuna, Presidente, mais uma vez, mais uma vez, pedindo SOS ao Presidente da República!

Presidente Lula, Vossa Excelência, com a bondade que tem, que dizem que tem, e que Vossa Excelência diz que tem, socorra o meu Estado! Chame a Governadora Ana Júlia! Eu não sei por que a Governadora Ana Júlia não quer vir até Vossa Excelência dizer e contar a realidade em que vive a população do meu Estado. Socorra os paraenses! Chame a Governadora...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – ...para que a polícia pelo menos tenha condição.

Ora, onde já se viu, Duque, vereadores de uma cidade, vereadores da cidade de Dom Eliseu, na Belém–Brasília, ao longo da rodovia Belém–Brasília, fazerem coleta! Que vergonha! Fizeram coleta para comprar gasolina, para colocar no carro da polícia, para que o delegado pudesse andar. Isso é uma vergonha! Isso é um desrespeito ao povo do meu Estado! Eu não posso ficar calado diante disso! Que me perdoem aqueles que estão achando que estou falando muito do assunto.

Não interessa quem estiver achando! Podem criticar o que quiserem criticar! Eu vim aqui exatamente para isto: para defender o meu povo...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Presidente, nestes dois minutos – já vou descer da tribuna – eu quero alertar os aposentados, Mão Santa, deste País, pelo feliz dia de ontem e pelo de hoje. Ontem tivemos audiência com o Ministro. Pela primeira vez, o Governo sentou com os aposentados e os Senadores. Espero que, na semana que entra, se possa comemorar algo. E hoje, a reunião que fizeram Alvaro Dias, Paim, Mário Couto e outros Senadores, com a Procuradoria Geral da União, em relação ao problema dos aposentados do Aerus. Outra boa notícia hoje! Então esta semana foi uma semana muito feliz aos aposentados deste País que merecem o respeito do Presidente da República. E, oxalá!, tomara!, isso agora seja verdade, o Presidente possa realmente resolver, e eu possa vir aqui com toda satisfação poder agradecer ao Presidente da República se, de fato, isso acontecer.

Sr. Presidente, muito obrigado! Confiam, aposentados! Quando sentamos em uma mesa de negociação, temos que confiar nas pessoas. Estou falando isso, porque recebi vários *e-mails* de aposentados dizendo que não confiam no Governo. Quando se senta numa mesa, Senador Jayme, para negociar, principalmente com Ministros de Estado, temos logicamente que acreditar. Estou acreditando no Ministro da Previdência Social, estou acreditando! Se ele nos falhar, vamos dizer

claramente à Nação como ele nos falhou. Mas espero que isso não aconteça, e estou acreditando, repito mais uma vez, que o Governo desta vez possa solucionar o problema dos aposentados. As ações nossas não estão desfeitas; estão suspensas por algum tempo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Durval. PDT – BA) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador João Durval, que preside esta sessão, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros aqui e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, Senador Mário Couto, Cícero, lá no Senado romano, grande orador, passou a ensinar oratória e disse: “Nunca fale depois de um grande orador”. Eu vou ter que falar depois desse grande orador que é o Senador Mário Couto. Aliás, do Pará, neste Congresso, ouvi, no tempo revolucionário, Jarbas Passarinho, extraordinário orador, e o ex-Presidente do PMDB, ex-Presidente desta Casa, Jader Barbalho, vibrante orador, e, agora, o Mário Couto.

Este Senado sempre foi muito importante e fundamental. Todo mundo não sabe por que Getúlio Vargas se suicidou, João Durval. Está ali o Paulo Duque. Getúlio Vargas, um homem bom, “um homem é o homem e suas circunstâncias”. Ô, Paulo Duque, de repente, ele é acusado de comandar uma quadrilha e praticar homicídios. Então, ele foi, nós últimos dias de Governo, homenageado por Juscelino Kubitschek, que teve a coragem de convocar Minas para aplaudir o Presidente Vargas, já vítima daquele crime praticado por auxiliar Gregório, que ele havia trazido no início dos anos 30, no período ditatorial – isso foi em 1954; aí já vão 24, 25 anos. Então, aqueles alopados – porque alopado não é só o Luiz Inácio que tem, havia também no Governo de Getúlio – ficavam na ante-sala, não é, Paulo Duque?

“Mas não pode! Aqui não tem homem? Temos que calar esse jornalista, esse Lacerda, que está agredindo, atacando o nosso estimado Presidente. Isso não pode continuar! Não tem homem, não”?

E o Gregório Fortunato, que tinha vindo com Getúlio em 1930, vendo aqueles alopados, que o estimularam, planejou aquele episódio da rua Toneleros, onde morreu um major da Aeronáutica, o Major Vaz, e feriu Carlos Lacerda com um tiro. E Getúlio foi acusado.

Mas foi daqui que um Senador disse: “Será mentira a viúva? Será mentira o órfão? Será mentira o mar de lamas”? – Afonso Arinos. Porque a mídia era do Governo, o DIP, não era, Paulo Duque? O DIP.

Demóstenes, Afonso Arinos: “Será mentira o órfão? Será mentira a viúva? Será mentira o mar de lama”?

Essa era a força, e Getúlio, o estadista, não resistiu àquilo.

Mas isso aqui continua atualizado, e tanto é, ô, Senador Demóstenes, que nós todos recebemos muitos *e-mails*. Você fala aqui, chega no gabinete e encontra milhares. Eu selecionei uns quatro.

Primeiro: o negócio dos aposentados. O nosso Presidente Luiz Inácio diz que não deve dinheiro, os bancos, porque pagou a dívida, mas há uma dívida interna. Não vou falar da dívida com a segurança, a dívida com a saúde do povo sofrido, a dívida com educação precária. Sobre a segurança, Norberto Bobbio, Senador vitalício da Itália, dizia: “O mínimo que se tem de exigir de um governo é segurança à vida, à liberdade e à propriedade”.

Nós vimos um quadro dantesco dissertado por dois Senadores aqui: o de Mato Grosso e o do Pará. É o Brasil todo, Demóstenes. A saúde só está boa para quem tem dinheiro e plano de saúde, mas para os pobres... Demóstenes, uma diária na UTI de um hospital de São Paulo custa R\$3 mil, fora o médico. E dizem que está às raias da perfeição.

Na educação, proliferaram universidades particulares. Não é como era no meu tempo. Demóstenes, há faculdade de Medicina que cobra R\$4 mil ao mês. Atentai bem!

Então, essa dívida interna tem uma vergonhosa: é dos velhos assalariados.

E vou ler aqui um *e-mail*. Recebemos muitos mesmo.

Senador Mão Santa

Digníssimo Senador do Partido do Movimento Democrático Brasileiro

Ala Senador Afonso Arinos

Prezado Senhor Senador, com meus cordiais cumprimentos, venho pela presente, mui respeitosamente, solicitar a V. Ex^a um favor muito especial, qual seja o de tomar as providências necessárias – urgentes, urgentíssimas – para que os aposentados e pensionistas do INSS que recebem acima de 01 (um) salário mínimo passem a receber o mesmo salário quando de sua aposentadoria, ou seja, o mesmo valor em salário mínimo da data da aposentadoria.

Exemplo: eu aposentei no dia 18 de outubro de 1991, com 8,6 (oito e seis décimos) salários, quase nove salários mínimos.

Hoje, estou recebendo 3,6 (três e seis décimos) salários mínimos. Em apenas 15 (quinze) anos de aposentadoria, eu perdi 05 (cinco) salários mínimos do meu salário mensal, isso depois de trabalhar 36 (trinta e seis) anos, sendo 10 (dez) anos na indústria e 26 (vinte e seis) anos no Senai.

Atenção: isso é uma vergonha para um país com muitas riquezas, mas só temos corrupções e desvio de dinheiro nas emissoras de televisão, nas rádios, jornais e revistas, todos os dias tem 1 (uma) nova denúncia.

Certo de que a presente merecerá a melhor acolhida de V. Ex^a, desde já antecipo meus agradecimentos, ficando no aguardo das providências solicitadas e de uma resposta por escrito o mais breve possível.

No ensejo, renovo as expressões de minha elevada consideração e apreço, subscrevendo-me. Atenciosamente, Odimir Pedro Widner, aposentado, CPF... Data de Nascimento: 23 de outubro de 1941.

Ele mora na Rua Maestro Diogo Hugo Bratfischer, Bloco D3, ap. 31. Jardim Miranda. Campinas, SP.

Isso é o Brasil todo

Então, o nosso Governo... Nós! Nós devemos aos velhinhos aposentados. A Pátria somos todos nós! Fomos nós, Demóstenes! Trabalharam, descontaram... Roubaram, porque não estão devolvendo... O termo é esse! Dez salários mínimos, estão recebendo cinco ou quatro. Cinco salários mínimos, estão...

Nunca dantes, aquele termo de Camões “Nunca dantes navegado” que nosso Presidente repete... Muito bonito gostar lá da literatura lusa. Nunca dantes os velhos passaram tanto mal! Nunca dantes, Demóstenes, os velhos se suicidaram tanto, os aposentados deste País. Eu estou pesquisando, vou dar os números. Porque os velhos são honrados e são dignos. Eles planejam, e, agora, não dá para pagar os remédios e ainda inventaram esse negócio de empréstimo consignado. Aí é que foi a malandragem!

Mais outra... Este Governo é o seguinte...

Ô, João Durval, Presidente... Seu filho, João Henrique, ganhou, porque o baiano é sabido, e o baiano tem medo do PT. O PT é um negócio... Foi por isso, João Henrique!

Ô, Demóstenes, lá no Piauí deu esse negócio de PT.

Olha, aqui tem outro. Ele é do jornalista Carlson Pessoa:

Parnaíba [minha cidade] ameaçada de perder Academia de Polícia. (...) Se especula que no prédio seja instalado um centro de reabilitação para dependentes químicos.

Eu construí na cidade uma escola de oficiais. No Piauí só se formavam soldados. Ela já formou 176 oficiais. E o PT é pior que o tsunami, o PT é desgraça muita.

Outro dia, em setembro, os estudantes de Odontologia, de uma faculdade da minha cidade, que eu criei, de Farmácia, protestaram e conseguiram uma audiência. Buscaram foi a polícia e deram na mocidade estudiosa do nosso Piauí. Então, a Universidade do Estado do Piauí passa por momentos muito difíceis na administração do PT.

É uma denúncia do jornalista Carlson Pessoa, que agora o Governo quer fechar a Academia de Polícia, justamente quando a violência está se alastrando pelo País.

E para terminar eu diria o seguinte... Tem outra aqui. E diante disso tudo, ô João Durval, o Governador do Estado do Piauí, do PT, e o Vice, um foi para a China e outro foi para a Itália, dizendo que vai buscar turismo, avião internacional. Demóstenes, olha para cá. Quantos aeroportos internacionais tem Goiás? Zero.

Goiás, do Demóstenes! Na Bahia, um internacional. Lá no Piauí, eles mentem. Shakespeare dizia “palavras, palavras, palavras”. Em Hamlet, “há algo de podre no reino da Dinamarca”. E eles dizem – ô grande líder do Nordeste, Inocêncio – aqui é mentira, mentira e mentira. Dizem que no Piauí há dois aeroportos internacionais. Na cidade de Parnaíba, onde moro e nasci, não tem mais nem teco-teco, aquele avião pequeno, mas nos jornais, na imprensa, há. Em São Raimundo Nonato, só tem jumento na pista, e está nos jornais... E o Governador foi buscar vô lá neste momento de dificuldade. Isso é o PT! Em Shakespeare, “palavras, palavras, palavras”. Hoje, ele escreveria mentira, mentira e mentira! Não há algo de podre, não; está tudo podre no Governo do PT neste País.

Por último, eu queria dizer aqui aos jornalistas...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É muito oportuno, Senador João Durval, o seu filho, João Henrique, estar no PMDB.

Olha que palhaçada é essa aí!

Quantitativamente, somos o maior. Foram 18 milhões e, com o segundo turno, graças ao João Henrique, que anunciei lá... No início, quando ninguém acreditava no Governador da Bahia, eu fui lá, convidado pelo PMDB Jovem, para encerrar o Congresso do Brasil.

Eu queria dizer o seguinte: lá, o Iris Resende. Então, temos muita gente que tem história. Sejam os justos: é muita gente. Vinte milhões nos escolheram. Qualitativamente nós somos muito melhores do que o Partido dos Trabalhadores.

Somos melhores. E aí esse negócio de que vamos abdicar aqui o Senado. Jamais! Aqui tem 20 Senadores, vai ter candidato.

Rui Barbosa, Demóstenes, disse: o homem que não luta pelos seus direitos não merece viver. E isso é uma praxe, uma tradição, a bancada maior. Se nós cedermos é para a segunda, dos Democratas. Está aí Marco Maciel, que figura! A terceira, por que essa inversão? Que democracia é essa?

Eles já têm – atentai bem, Montesquieu dividiu o poder, o absolutismo – o Executivo, que é o forte, porque tem o dinheiro, todo o Bndes, Caixa Econômica, Banco do Brasil, dinheiro muito. E o Judiciário, o Presidente – não foi a Constituição que errou, mas nós darmos oito anos – já nomeou oito para o Supremo Tribunal. O Poder Judiciário é mais forte do que aqui, porque prende, cassa, multa. Já tem oito, aí fica com todos se nomear.

E aqui – por que nós vamos entregar? – é o equilíbrio, Demóstenes. Lembre de Juscelino Kubitschek, que só tomou posse porque na Presidência do Brasil assumiu um Senador, Nereu Ramos. Aqui é o equilíbrio. Não podemos. Isso aqui vai ficar igual a Mussolini, o fascismo, só um lado.

Então, dê o recado lá para o João Henrique: o PMDB tem que se inovar, que ele se aproxime do povo. Como Ulysses dizia: ouça a voz rouca das ruas. Vamos fazer as primárias, na Bahia; ô, Paulo Duque, no Rio de Janeiro, onde vencemos; lá no Rio Grande do Sul, para saírem os candidatos. É uma obrigação oferecer opções ao povo, e não “Ah, porque o Presidente tem aí uma Dilma.” A gente pode até pensar em aceitá-la para ser vice, dependendo aí da credibilidade e do povo do Brasil...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas começar esse jogo logo dizendo que nós somos um corpo gigante e não temos cabeça? Estou fora. Do jeito com que Rui Barbosa, quando quiseram o continuismo militar – Deodoro, Floriano, Marechal Hermes –, não cedeu. E eles lhe disseram: “Nós lhe devolvemos o Ministério

da Fazenda.” E ele lhes disse, Demóstenes: “Não troco as trouxas de minhas convicções por um ministério.”

Então, o artigo que eu recebi foi de um jornalista que diz assim: “PMDB: Macho ou Capacho?” É do Jornalista Antonio Carlos Ferro Costa, Psicólogo e Jornalista.

O SR. PRESIDENTE (João Durval. PDT – BA) – Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres, Líder da Minoria.

Em seguida, ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, por cessão do Senador Eduardo Azeredo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, diz a máxima: “Nunca fale depois de um grande orador.” Vou me arriscar.

“A Vila não quer abafar ninguém, só quer mostrar que faz samba também.” – Noel Rosa.

Observado a distância, o Brasil parece mesmo ter enorme potencial de exercer a liderança da América do Sul. O País possui o maior território, a maior população, tem de longe a economia mais pujante e industrializada, e hoje é o destino preponderante dos investimentos externos no subcontinente. Caso se concretize o novo Plano Nacional de Defesa, em pouco tempo consolidará o maior poder militar da região, além de ostentar a democracia mais sólida. Do ponto de vista político, o Brasil tem um peso extraordinário na mediação dos conflitos locais e até se tornou o único intermediário confiável dos Estados Unidos para aplacar os arroubos populistas dos autocratas de opereta que operam na América Latina.

Desde que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o poder, essa liderança tem sido administrada com extrema indulgência, a ponto de se configurar em algo paternal. Em vez de exercer influência geopolítica coerente com os interesses estratégicos do Brasil, a condução da política externa Sul-Sul deixa de lado o pragmatismo para expor a candura e a generosidade. O Brasil se tornou aquele paizão tolerante que assimila as indisposições e os caprichos dos países vizinhos com incomensurável resignação, mesmo quando as atitudes irresponsáveis ameaçam o interesse nacional, ferem a segurança jurídica dos contratos firmados e põem em risco a integridade dos brasileiros que lá habitam. Trata-se de uma posição de total pusilanimidade, algo absolutamente incompatível com a postura natural de liderança pretendida.

Os países vizinhos nos agridem e, em vez de reagir com o peso do poder nacional, o Brasil se amofina, cede e ainda oferece benefícios extras de troco. Ou seja: pode cutucar que o leão é manso. Quantas vezes

a problemática Argentina não ergueu barreiras alfandegárias contra os produtos brasileiros, justamente em relação ao seu maior parceiro em um Mercosul – cuja razão de existir deveria ser, ou não, o livre-comércio? Em todas as ocasiões, nós nos comportamos com uma condescendência indecente e ainda oferecemos suprimento de energia para cobrir o déficit da Argentina durante o inverno, mesmo quando o nosso próprio sistema gerador trabalha no limite da capacidade.

Veja o caso da Bolívia, Sr. Presidente: sob pretexto de defender as suas reservas de gás natural, quebrou os contratos firmados com a Petrobras, ocupou ativos da empresa brasileira com força militar, com bastante frequência ameaça diminuir o fornecimento do insumo e, mesmo assim, o governo brasileiro reage com inexplicável mansuetude. Aliás, argumenta que a Bolívia tem razão de assim proceder por ser o país mais pobre da América Latina e merecer a nossa irrestrita comiseração. Eu sou observador dos mandamentos da doutrina cristã, mas não posso admitir tamanha fraqueza de caráter, mesmo porque os princípios religiosos não devem reger as relações internacionais de natureza meramente comercial.

Pergunto, Sr^{as} e Srs. Senadores, quem ora pelas milhares de famílias brasileiras que trabalham duro e sustentam praticamente 40% do agronegócio boliviano e se encontram sob sistemática insegurança jurídica sobre as suas propriedades? Trata-se de uma gente que só pretende trabalhar e produzir, responde pela segunda pauta de exportação boliviana, mas que vive à mercê da incerteza.

Recentemente, foi a vez de o Equador ameaçar os interesses brasileiros. O Presidente Rafael Correa, proxeneta da doutrina bolivariana, foi acometido de histeria nacionalista e expulsou a empreiteira Odebrecht do país. Ato contínuo, ameaçou também defenestrar a estatal Furnas e até banir do país a Petrobras, para, depois, conseguir generosa alteração dos termos contratuais com a petrolífera brasileira. No meio da crise criada por Correa, foi anunciado que o Equador daria calote no empréstimo concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, cuja conta já alcançou US\$460 milhões, para a construção da usina hidrelétrica em litígio. Foi mais um que gritou e levou.

Agora, Sr. Presidente, é a vez do Paraguai. Primeiro, o Presidente Fernando Lugo foi eleito com um discurso francamente antibrasileiro. Isso seria apenas um assunto da democracia paraguaia, caso a sustentação política de Lugo não estivesse condicionada aos ganhos que pretende obter com a revisão do tratado sobre a Usina Hidrelétrica de Itaipu. “Vamos negociar

sobre tudo o que for possível, porque queremos ajudar o Paraguai”, disse Lula, advertindo que há limites a um eventual reajuste das tarifas pagas pelo Brasil. Já os paraguaios consideram o Tratado de Itaipu – vejam que inominável estultice – uma herança maldita da ditadura que vigorou em ambos os países. É sabido que o Brasil aceitou integrar grupo de trabalho para discutir a alteração contratual com o Paraguai e que têm ocorrido reuniões nesse sentido. Aparentemente, Sr. Presidente, o objetivo brasileiro é protelar a decisão, mesmo porque o contrato só vence em 2023.

Agora, a se considerar o estoque de bondade que o Governo brasileiro tem para oferecer aos irmãos da América do Sul, pode ser certo que mais um prejuízo será contabilizado na política externa do Governo Lula.

Outro foco latente de crise dos interesses nacionais no Paraguai diz respeito também à segurança jurídica e pessoal dos 300 mil brasileiros que lá trabalham e são responsáveis por aproximadamente 60% da soja produzida naquele país.

Os chamados brasiguaios estão sob sistemática ameaça dos sem-terra do Paraguai, um grupo bandleiro – à semelhança do que temos aqui – apoiador de Lugo, que, entre outras excentricidades, é contra a agricultura mecanizada e está utilizando os produtores rurais brasileiros como expediente de manobra para fazer reforma agrária a bordunadas. O Itamaraty, na semana passada, expediu nota de preocupação e obteve garantia do Governo paraguaio sobre a integridade dos brasileiros, o que não é de grande significado, considerando-se que a primazia da lei e a da ordem não é uma instituição que caracteriza o Paraguai. Anteontem, em Washington, após discursar na Organização dos Estados Americanos, o Presidente Fernando Lugo reiterou a garantia aos brasileiros e negou que haja sentimento de xenofobia em relação aos brasiguaios. O fato é que, do mais otimista trabalhador rural brasileiro ao mais experiente diplomata do Itamaraty, ninguém deposita a mínima confiança nas cautelas apresentadas por Lugo, pela simples razão de que o Presidente paraguaio não tem o controle da situação.

Sr^{as} e Srs. Senadores, ao mesmo tempo em que o Brasil não reage à altura do interesse nacional às agressões dos países vizinhos, ele acena politicamente para cimentar uma improvável integração do subcontinente com obras faraônicas, como se fosse o empreendedor de um PAC cucarracho.

Naturalmente, são iniciativas meramente retóricas para adornar as inúmeras cúpulas regionais, mas chamam a atenção pela grandiosidade da quimera. Há um mês, por exemplo, o Presidente Lula se reuniu em

Manaus com o celerado Presidente Chávez e os assemeelhados Rafael Correa e Evo Morales para anunciar um ambicioso plano visando à construção de um eixo multimodal de transporte entre os portos de Manta, no Equador, e o da capital amazonense como alternativa ao Canal do Panamá. O objetivo é abreviar o acesso do Brasil ao Oceano Pacífico por intermédio de um colosso de logística fluvial, marítima e aeroviária.

Aliás, não é a primeira vez que a ligação interoceânica foi anunciada. Em 2006, o Presidente Lula inaugurou uma ponte no Acre com a promessa de que a obra selaria o compromisso de construção de uma rodovia que ligaria o Nordeste brasileiro ao Sul do Peru para unir os Oceanos Atlântico e Pacífico em um corredor rodoviário único e exemplar de exportação. Quem não se lembra do gasoduto do Sul, outra obra da megalomania bolivariana que Chávez abandonou e que levaria o gás natural da Venezuela à Argentina, com extensão de oito mil quilômetros? E o tal Banco do Sul, que o Brasil teve de engolir para ficar bem na fotografia com Hugo Chávez e que daria segurança financeira ao subcontinente contra a presença maligna do FMI e do Banco Mundial? Neste momento de crise financeira internacional nenhuma palavra foi dita sobre a sólida instituição que já tem a sede definida em Caracas. Tem até o Parlamento da América do Sul, Sr. Presidente, veja que espetáculo, cuja formação está bisonhamente se desenvolvendo para que logo seja instalado em Cochabamba. Para não mencionar a generosidade da diplomacia brasileira de criar a Universidade Federal de Integração Latino-Americana, destinada a conceder 50% das vagas para os estudantes dos países amigos. É muita bobagem para caber em um único continente.

Sr. Presidente, eis o quadro patético da política externa brasileira dedicada aos países vizinhos. Tratada como está, deixa a sensação nítida de inversão de papéis. De um lado, os primos pobres, como gosta de mencionar o presidente Lula, nos consideram sublocatários do imperialismo ianque, espécie de sopa Campbell com letrinhas em português. Já o Brasil, em vez de retribuir as agressões com o arrojo de um líder emergente, curva a coluna dorsal sempre que solicita-do, como que movido por sentimento de culpa.

Espero que a crise financeira mundial possa promover uma guinada de procedimentos depois de ficar comprovada que grande balela é a integração da América do Sul, e que isso irá se resumir em um salve-se quem puder.

Muito obrigado.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (João Durval. PDT – BA) – Pela ordem, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, permita-me questionar! Fomos avisados, em nossos gabinetes, de que haveria uma sessão do Congresso Nacional, hoje, a partir das quatorze horas. Temos no relógio dezessete horas e doze minutos, não vejo **quorum** suficiente, neste momento, para fazer a sessão do Congresso Nacional. Consulto V. Ex^a se haverá ou não a reunião do Congresso Nacional marcada para as dezesseis horas.

O SR. PRESIDENTE (João Durval. PDT – BA) – Quero comunicar ao Senador Mário Couto que existem entendimentos de que havia sido marcado previamente para as dezesseis horas. Mas os entendimentos continuam para se discutir a possibilidade do adiamento deste horário e haver ainda a sessão do Congresso.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Seria possível V. Ex^a determinar um prazo para que os Senadores e Deputados que estão aqui pudessem esperar? Ou esse prazo é indeterminado, e vai-se esperar aqui até meia-noite?

O SR. PRESIDENTE (João Durval. PDT – BA) – Vamos aguardar o resultado da reunião que está havendo. Dezessete e trinta, por exemplo.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Dezessete e trinta? Vamos esperar então até as dezessete e trinta.

O SR. PRESIDENTE (João Durval. PDT – BA) – Quinze minutos mais.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, permita-me apenas registrar um documento da Associação Paulista de Defensores Públicos a respeito do apelo que estão fazendo ao Governo do Estado de São Paulo para que sejam atendidas as suas reivindicações.

O SR. PRESIDENTE (João Durval. PDT – BA) – Há orador na tribuna.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Permita que seja registrado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPPLY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

APADEP

Associação Paulista de Defensores Públicos

DEFENSORIA PÚBLICA PARALISARÁ SUAS ATIVIDADES ENTRE OS DIAS 13 E 17 DE OUTUBRO PLEITEANDO A ESTRUTURAÇÃO E A VALORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Excelentíssimo Senhor Senador,

A Associação Paulista de Defensores Públicos – APADEP vem pedir o apoio de Vossa Excelência, em momento dramático vivenciado pela instituição responsável pela assistência jurídica à população carente do Estado.

A Defensoria paulista, criada em janeiro de 2006 após intensa mobilização popular, conta com apenas **400 Defensores em todo o Estado**, de forma que a prestação do serviço integral alcança somente **22 das mais de 360 comarcas existentes em São Paulo**. Segundo o II Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil, organizado pelo Ministério da Justiça em 2005, São Paulo tem quase **60 mil potenciais usuários da assistência jurídica gratuita para cada Defensor Público**. Trata-se da pior proporção no cenário nacional.

Após 2 anos e meio de desmembramento da assistência jurídica gratuita da Procuradoria Geral do Estado, que antes prestava esse serviço essencial à administração da justiça, através da PAJ, o Governo de São Paulo já investe a metade do que destacaria a esse importante setor público se não houvesse sido criada a Defensoria. Isso porque **remunera, atualmente, duas vezes mais os Procuradores do Estado** do que os Defensores Públicos. Em tão pouco tempo, a diferença é gritante, sendo que ambas as carreiras partiram de idêntico patamar, como não poderia deixar de ser. A diferença salarial em relação ao **Ministério Público e à Magistratura**, carreiras submetidas a idêntico sub-teto remuneratório na Constituição Federal, supera os **300%**.

Dentre as **Defensorias de outros Estados**, São Paulo – apesar de ser o Estado mais rico e com maior número populacional – ostenta uma das **piores remunerações**. Todo esse quadro provocou a **evasão de 20% dos ingressos na**

carreira só no último ano. Trata-se de verdadeiro processo de **sucateamento do serviço** que chega à população.

Existem dois anteprojetos de lei em trâmite no Governo estadual, desde 11 de junho deste ano, que criam, paulatinamente, 400 novos cargos de Defensor Público, na proporção de 100 por ano, e corrigem a distorção remuneratória em relação às demais carreiras jurídicas. **Após 4 meses de tentativa de sensibilização do Governo para a importância do Estado contar com uma Defensoria forte, não obtivemos nenhuma resposta em relação aos projetos,** não tendo se aberto qualquer canal de negociação com dados concretos.

A APADEP e o Movimento pelo Fortalecimento da Defensoria Pública já entregaram ao Secretário de Justiça manifesto de apoio assinado por mais de 100 entidades, realizaram ato nesta Casa Legislativa e uma Marcha pela Valorização da Defensoria que reuniu cerca de 2 mil pessoas no centro da cidade. Depois de todas essas manifestações públicas, o silêncio do Executivo não deixa outra saída aos Defensores senão a paralisação, o que se fará de maneira responsável, **mantendo-se o atendimento para os casos inadiáveis, assim considerados aqueles que coloquem em risco iminente a sobrevivência, a saúde e a segurança dos usuários dos serviços,** nos moldes de precedentes do Supremo Tribunal Federal.

PEDIMOS O VOSSO APOIO À DEFENSORIA PÚBLICA, MANIFESTANDO-SE EM PLENÁRIO FAVORAVELMENTE AOS PLEITOS DA INSTITUIÇÃO, QUE MUITO ALÉM DE CORPORATIVOS, TRARÃO SIGNIFICATIVO GANHO À POPULAÇÃO CARENTE DO ESTADO.

Agradecendo desde já pela atenção, aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,


JULIANA GARCIA BELLOQUE
Presidente

O SR. PRESIDENTE (João Durval. PDT – BA) – Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares presentes.

Sr. Presidente, vivemos aquele momento em que somos procurados por prefeitos, notadamente os prefeitos dos nossos Estados, em busca de emendas. Hoje à tarde, por exemplo, recebi o prefeito eleito de Rodrigues Alves, Sr. Burica, e o prefeito de Porto Acre, um Município histórico do nosso Estado, José Maria. Recebi os pleitos de ambos.

Ontem, havia recebido o prefeito de Senador Guiomar, Município próximo da nossa capital, companheiro James. Enfim, essa é a rotina que nos prende nesses dias nervosos de encaminhamento relativos ao Orçamento da União. E, a propósito, Sr. Presidente, ontem eu havia me comprometido de, se possível, diariamente, bater num assunto que me incomoda sobremodo e incomoda uma parcela significativa de Parlamentares nesta Casa.

Trata-se da questão das emendas parlamentares, Senador Mário Couto.

Mais uma vez, revelo aqui minha contrariedade quanto ao tratamento discriminatório, autoritário, do atual Governo Federal, que trata diferentemente, no que diz respeito à questão orçamentária e, especificamente, no que diz respeito à liberação de emendas colocadas pelos Parlamentares no Orçamento da União, aqueles Parlamentares ditos da Base de Sustentação e aqueles que não o são.

Sr. Presidente, para V. Ex^a ter idéia, já não me reporto nem a anos anteriores, mas as emendas do ano passado, particularmente as minhas, que estão todas inscritas em “restos a pagar”, com um índice de liberação zero. As emendas deste ano já deveriam estar empenhadas para, em um próximo momento, serem liberadas para os prefeitos e para que o Governo do meu Estado fazer uso dela. Mas apenas uma emenda, a do Município de Acrelândia, foi empenhada; as demais, sequer foram empenhadas.

Acho isso uma falta de respeito inominável, Senador Mário Couto. O Congresso Nacional, entra ano e sai ano...

Temos um projeto, uma emenda constitucional do nosso saudoso Senador Antonio Carlos Magalhães, aprovada nesta Casa e colocada em uma gaveta bem escondida lá na Câmara dos Deputados, que trata essa questão com absoluta objetividade, determinando que a execução das emendas parlamentares seja compulsória, maneira pela qual nos livraremos do tratamento

discriminatório, vexatório, autoritário, desse e de qualquer outro Governo.

É uma situação, Senador, que deixa o Parlamentar desconfortável, mas deixa sobretudo a população dos Municípios em extrema penúria, porque esse dinheiro, já disse e repito, não vem para o bolso do Parlamentar. Em que pese isso até ter ocorrido tempos atrás, Senador Mário Couto, hoje, o controle é muito rigoroso e isso não ocorre mais. Os recursos que colocamos no Orçamento da União vão para as mãos de prefeitos, governadores, para as mãos de dirigentes de entidades estaduais, municipais ou federais para que sejam aplicados em obras e serviços reclamados pela comunidade.

Então, a destinação é essa. E quando o Governo discrimina, ou seja, libera para quem é da Base e tranca para quem não é, esse tratamento discriminatório se estende à própria população. O que a população tem a ver com o fato de eu não fazer parte da Base de sustentação do Governo? É uma coisa absurda!

Neste Governo, que se diz democrático – cujos integrantes, há tempos, quando não eram ainda Governo, criticavam azedamente governos anteriores que praticavam esse procedimento –, tínhamos esperança de que isso mudaria. Pois bem, faz a mesma coisa ou pior, com a intensidade da perversidade. É uma perversidade que se comete com a população dos Municípios acreanos.

Não é nada, não é nada, Senador, no ano passado, coube a cada Parlamentar alocar no Orçamento da União R\$8 milhões. No meu caso, são praticamente R\$8 milhões que os cidadãos acreanos deixam de receber, que as Prefeituras deixam de aplicar em benfeitorias e benefícios.

Alguém pode dizer: “Mas são só R\$8 milhões!”. Senador Wellington, lá na sua terra, Minas Gerais, que nem precisa disso, por ser um Estado rico, próspero, R\$200 mil, R\$500 mil não significam absolutamente nada ou muito pouco. Num Município como o de Jari, um Município pequeninho, de população guerreira, uma quantia como essa se destinaria à compra de um tomógrafo, por exemplo; ou à compra de um trator agrícola para abrir açude para o pessoal criar peixe, ou seja para o que for, faz uma falta que V. Ex^a não imagina!

Então, acho que é um processo de uma crueldade, Senador. Isso se chama crueldade, desumanidade. Reconheço, esse processo não foi inaugurado neste Governo. Mas é exercitado – às vezes, eu sinto – até com certo prazer, certa volúpia. Certo prazer em tentar constranger um Parlamentar, em tentar fazer com que lá no meu Estado seja dito, claramente: “O Senador Geraldo Mesquita não consegue liberar suas

emendas". Lastimo, não por mim – eu não tenho nada a perder, Senador –; lastimo pela população do meu Estado, que está deixando de usufruir, de aplicar, em seu próprio benefício, cerca de R\$8 milhões – isso, só considerando as emendas deste ano. Se somarmos as emendas do ano passado, as emendas do ano anterior ainda, esse montante sobe! É isso que está acontecendo. E é isto o que eu vou fazer sistematicamente agora: denunciar essa prática que beira o crime! Isso beira o crime! É uma atitude quase criminosa deste Governo, que não se dá o respeito e não respeita o Congresso Nacional. Portanto, Senador, vou incomodar! Vou fazer isso sistematicamente agora. A população do meu Estado, a população do Brasil tem de saber o que está acontecendo. Não estou reclamando nada para mim, Senador Mário Couto. Não quero absolutamente nada! Não quero *benesse*, não quero absolutamente nada com este Governo! Eu só quero que se cumpra o que diz a lei.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Um aparte, Senador.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – E a lei manda liberar as emendas. Manda empenhar, manda liberar e manda executar.

Ouçó o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador, primeiro quero parabenizá-lo pelo pronunciamento nesta tarde. Quero dizer ao povo do seu Estado que o Acre nesta Casa um representante digno que é V. Ex^a, por quem tenho uma admiração especial. Tenho certeza de que V. Ex^a nunca vai andar, nunca andou atrás de cargos públicos em troca de voto neste Senado. Tenho certeza de que V. Ex^a nunca andou de pires na mão e nem vai andar mendigando troca de voto neste Senador. A sua postura aqui é muito correta e digna. Assim como eu. Eu não quero trocar a minha dignidade por nenhum cargo público. Jamais farei isso porque represento aqui nesta Casa um milhão e meio de pessoas paraenses que votaram em mim confiando na minha dignidade aqui neste Senado. E eu jamais vou traí-las, jamais, Senador! Tenho certeza absoluta de que V. Ex^a também segue o mesmo caminho do Senador Mário Couto; por isso, a fala de V. Ex^a hoje. Senador, essa é uma prática realmente que não massacra o Senador, massacra aquele que está precisando de ação social e de mão como a nossa, salvadora, para ter melhor sociabilidade. O Governo não está penalizando V. Ex^a, apesar do direito que tem V. Ex^a, apesar do direito que tem V. Ex^a e eu também. O meu caso é semelhante ao seu, talvez ainda pior, talvez ainda pior, por ser o Líder da Minoria, o Líder da Oposição neste Senado.

Agora, Senador, decidi fazer algo, a partir do próximo ano. Estou colocando as emendas no Orçamento.

Não quero nada mais do que o meu direito, Senador, nada mais, nada mais. Agora, quero que me respeitem como Senador. Não quero ser discriminado. Se é direito meu, que dêem o meu direito. Meu entre aspas, porque nós aqui estamos representando um povo, e o direito que temos aqui transferimos para eles. É isso que V. Ex^a faz, e eu faço. Os 8 bilhões de reais nada mais são do que uma passagem de um interesse seu ao povo que está esperando que V. Ex^a os repassem. Decidi o seguinte para o próximo ano: o Ministério que segurar as emendas do meu Estado, do Pará, vou denunciar desta tribuna. Vou denunciar o nome do Ministro e em que gaveta está. Vou denunciar com veemência, vou mostrar ao meu Estado quem é inimigo dele, vou mostrar em que a emenda deveria ser aplicada e não o foi porque alguém a trancou, mas vou dizer o nome daquele que a trancou. Parabéns pelo brilhante pronunciamento na tarde de hoje. Realmente é necessário que o povo brasileiro, especialmente o povo do seu Estado, saiba o que acontece nos bastidores da República, nos bastidores dos Ministérios, nos bastidores daqueles que não querem que V. Ex^a possa ter o direito, a dignidade e a democracia de fazer oposição digna neste Senado. Meus parabéns, Senador.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Mário Couto. V. Ex^a faz e diz que continuará fazendo aquilo que me cabe fazer também: denunciar. A partir de ontem. Hoje estou tratando do assunto, amanhã vou tratar de novo, a semana que vem da mesma forma. Vou trazer números, nomes, uma série de informações para desnudar este assunto, definitivamente. Vou dissecar este assunto. Vou mostrar para a população do meu Estado o que acontece nos bastidores.

Permito um aparte, com muito prazer, Senador Wellington.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Geraldo Mesquita, V. Ex^a, como eu, pertencemos ao maior partido deste País. Um partido que, nessa eleição, considerandos os dois turnos, teve perto de 19,5 milhões de votos. Fizemos 1.203 ou 1.207 Prefeitos no País, cerca de oito mil Vereadores, ou mais do que isso. Ou seja, o maior partido deste País, o que ficou demonstrado claramente nessas eleições. Conversávamos, ontem à noite, e eu achei um absurdo. V. Ex^a citava esse problema específico. V. Ex^a é do nosso partido. Não pode, de maneira alguma, o nosso partido deixar que V. Ex^a e o Estado do Acre sejam prejudicados por qualquer razão. Não pode. Não podemos deixar.

Tivemos uma situação há pouco tempo em que o Senador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, sentou-se aqui e disse que não sairia enquanto não se aprovasse

o empréstimo de um bilhão de reais para o Estado do Rio Grande do Sul. O Senador Pedro Simon, um homem de presença na história política deste País e também no nosso partido. Isso não poderia ter acontecido jamais!

E agora vem V. Ex^a à tribuna reclamar o direito que conquistou nas urnas, que o povo do Acre lhe deu, de levar esses recursos, distribuí-los entre esse povo que elegeu V. Ex^a da melhor maneira para a região. E V. Ex^a mostrou que algumas cidadezinhas precisam de um trator...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – É verdade.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – ...para cavar, para poder criar o peixe, para poder ajudar a plantar naquela terra sofrida, e V. Ex^a tem que ir à tribuna para reclamar um direito que é constitucional, um direito de qualquer político que é eleito representando o seu povo. E o que é pior: do maior Partido deste País! Do maior Partido deste País! E eu digo isso, Senador, porque eu defendo, aqui, o Governo do Presidente Lula. V. Ex^a sabe bem disso, porque eu acredito no Presidente Lula.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Sei.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Agora, alguém do meu Partido ter de ir à tribuna reclamar que não estão liberando as emendas a que ele tem direito! E V. Ex^a está lutando aí, brigando, explorando os meios que tem para mostrar o que está acontecendo. Meu Partido tem que se manifestar! Meu Partido tem que cobrar e tem que apoiar V. Ex^a. Isso eu vou levar para a nossa reunião. Sou vice-Líder do Partido. Na primeira reunião de Bancada... De Bancada, não, na nossa reunião do PMDB, eu vou mostrar isso. Isso não pode acontecer jamais! Isso não pode acontecer de jeito nenhum! Isso tem que ser resolvido lá no nosso Partido. O nosso Partido tem força nesta Casa: são 21 Senadores de 81. São 25% desta Casa. Um Partido que apóia este Governo, que dá governabilidade. Eu tenho que vir aqui e ouvir V. Ex^a reclamar um direito, reclamar os 10 milhões de orçamento individual para levar para o seu Estado... Alguém está não deixando levar um recurso para o seu Estado? Isso é um absurdo! É um absurdo! Nós vamos cuidar disso dentro do nosso Partido, Senador. Temos que apoiar V. Ex^a. Não existe isso, entendeu? Isso aí não pode existir, de maneira alguma, no nosso Partido!

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Eu fico comovido com a manifestação de V. Ex^a. Aceito, de coração aberto, a sua solidariedade, o seu propósito de interagir, de agir no sentido de reverter uma situação como essa, porque repito, Senador Wellington, a situação não me prejudica pessoalmente em absolutamente nada. A população do meu Estado

está sendo prejudicada. E V. Ex^a, “linkando-se” ao assunto, manifesta apreço e solidariedade à população do meu Estado. Quero que a população do meu Estado saiba disso, do seu apreço e da sua solidariedade com relação ao sofrimento que eles passam por lá.

Eu quero encerrar, Presidente, agradecendo a tolerância de V. Ex^a e dizendo que não se incomode esta Casa, pois eu vou voltar ao assunto exaustivamente, incomode a quem incomodar.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita Júnior, o Sr. João Durval deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, ofício do Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. N° CE/118/2008

Brasília, 28 de outubro de 2008

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia de hoje, substitutivo de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Paulo Paim, ao Projeto de Lei do Senado n° 73, de 2008, de Sua Excelência a Senhor Senador Flávio Arns que, “Dispõe sobre a criação do Dia Nacional do Combate às Drogas e Entorpecentes, bem como da Semana Nacional de Combate às Drogas e Entorpecentes.”

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, – **Senador Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que ao Substitutivo ao **Projeto de Lei do Senado n° 73, de 2008**, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência declara prejudicado o **Requerimento n° 1.201, de 2008**, nos termos do art. 334, II, do Regimento Interno.

Os **Projetos de Resolução n°s 41, de 2002, e 71, de 2003**, que já tramitam em conjunto, voltam ao

exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, primeiro, eu quero aproveitar – ontem não tive esta oportunidade, pois V. Ex^a não estava presidindo a Casa naquele momento – e agradecer a V. Ex^a a postura que sempre teve em defesa dos assuntos de interesse desta Nação, sempre chamando a si a solução dos problemas. Eu esperava isso de V. Ex^a.

Com a inteligência singular que tem, V. Ex^a presidiu ontem a reunião com o Ministro. Tenho certeza de que, na próxima semana, terça-feira, às 14 horas, o Ministro virá novamente aqui, já reunido com a Comissão de Orçamento, e teremos boas notícias, tanto V. Ex^a como eu, para dar aos aposentados e aos pensionistas desta Nação, assim como àqueles que têm problemas na Aerus e que receberam o Procurador-Geral da República e tiveram também a satisfação de ter boas notícias.

Por isso, quero agradecer a V. Ex^a e parabenizá-lo pela postura. Sempre que há um problema na Nação, um problema sério como é o dos aposentados, V. Ex^a puxa o problema para que possa V. Ex^a presidir a deliberação.

Sr. Presidente, são 17h34min. Fomos convocados – e ainda há pouco eu fazia essa consulta – às 16h para uma reunião do Congresso Nacional. Consultei o Senador que presidia a sessão há pouco, e ele me sugeriu que esperássemos até 17h30min. São 17h34min, e parece-me que o quórum é muito baixo. Tenho a impressão de que teríamos dificuldades em alcançar quórum para uma reunião do Congresso Nacional nesta tarde.

Peço que V. Ex^a nos oriente e que possa tomar uma decisão em relação ao fato.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Mário Couto, primeiro quero assinalar que, todas as vezes em que sou acionado por V. Ex^a, tenho procurado realmente o atender, porque sei que V. Ex^a trata dos assuntos com a maior seriedade. Mas eu acabo de chegar e estou sendo informado de que haverá realmente a sessão do Congresso. Isso vai me levar neste momento a suspender a sessão do Senado Federal, para retomá-la logo após a realização da sessão do Congresso.

Está suspensa a sessão do Senado Federal.

(Suspensa às 17h36min, a sessão é reaberta às 18h02min.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Declaro reaberta a sessão do Senado Federal.

Volto à lista dos oradores inscritos.

Consulto se algum Senador deseja ocupar a tribuna. (Pausa.)

Não havendo nenhum Senador ou Senadora que deseje usar da palavra, vou encerrar a presente sessão do Senado Federal.

Antes, designaremos os relatores revisores dos seguintes Projetos de Lei de Conversão: **Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2008** (Medida Provisória nº 436, de 2008), Senador Marconi Perillo; **Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2008** (Medida Provisória nº 438, de 2008), Senador João Pedro; **Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2008** (Medida Provisória nº 440, de 2008), Senador Valdir Raupp, bem como os Senadores João Pedro e Marconi Perillo dos projetos anunciados anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Anteriormente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, foi lido o **Requerimento nº 1.318, de 2008**, de autoria do Senador Eduardo Azeredo.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica concedida a licença solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

A Ordem do Dia fica transferida para a sessão da próxima terça-feira.

São as seguintes as matérias cuja apreciação fica transferida para a sessão da próxima terça-feira, dia 4:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 435, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 435, de 2008, que *altera a Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.179-36, de 24 de agosto de 2001; dispõe sobre a utilização do superávit financeiro em 31 de dezembro de 2007, e dá outras providências.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de:
25.8.2008)

Prazo final prorrogado: 7.11.2008

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 25, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 436, de 2008)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2008, que altera as Leis nºs 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 11.727, de 23 de junho de 2008, relativamente à incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, incidentes no mercado interno e na importação, sobre Produtos dos Capítulos 21 e 22 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados-TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, a Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001 (proveniente da Medida Provisória nº 436, de 2008).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de:
25.8.2008)

Prazo final prorrogado: 7.11.2008

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 26, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 438, de 2008)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2008, que dispõe sobre medidas tributárias aplicáveis às doações em espécie recebidas por instituições financeiras públicas controladas pela União e destinadas a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas brasileiras (proveniente da Medida Provisória nº 438, de 2008).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de:
18.9.2008)

Prazo final prorrogado: 1º.12.2008

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 439, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 439, de 2008, que constitui fonte de recursos adicional para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e revoga a Medida provisória nº 437, de 29 de julho de 2008.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de:
13.10.2008)

Prazo final prorrogado: 5.2.2009

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 27, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 440, de 2008)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do §6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2008, que dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e Auditoria-Fiscal do Trabalho, de que trata a Lei no 10.910, de 15 de julho de 2004, das Carreiras da Área Jurídica, de que trata a Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras de Gestão Governamental, de que trata a Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; das Carreiras do Banco Central do Brasil – BACEN, de que trata a Lei no 9.650, de 27 de maio de 1998; e da Carreira de Diplomata, de que trata a Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006; cria o Plano de Carreiras e Cargos da Susep, o Plano de Carreiras e Cargos da CVM e o Plano de Carreiras e Cargos do IPEA; dispõe sobre a remuneração dos titulares dos cargos de Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, de que trata a Lei no 9.625, de 7 de abril de 1998, e dos integrantes da Carreira Policial Civil dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima de que trata a Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006, sobre a criação de cargos de Defensor Público da União e a criação de cargos de Analista de Planejamento e Orçamento, e sobre o Sistema de Desenvolvimento na Carreira – SIDECA; altera as Leis

nºs 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.358, de 19 de outubro de 2006, e 9.650, de 27 de maio de 1998; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, das Leis nºs 9.650, de 27 de maio de 1998, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.094, de 13 de janeiro de 2005, 11.344, de 8 de setembro de 2006, e 11.356, de 19 de outubro de 2006; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 440, de 2008).

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375 do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2008 (nº 3.452/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, sobre a criação de cargos de Analista Técnico e de Agente Executivo da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, sobre a transformação de cargos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, altera o Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para adaptar os quantitativos de cargos da ANVISA, a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para prever a fórmula de pagamento de cargo em comissão ocupado por militar, e a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.*

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator:

Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2005

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o artigo 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2006

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto*

aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal* (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2008

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal*.

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999,

tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal*.

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

16

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário

o Senador Íris Rezende, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

17

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no art. 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

18

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2004

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao art. 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 208, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2008 (nº 518/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Reconhecimento Recíproco de Carteiras de Habilitação, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 1.039, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador César Borges.

20

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. (prescrição em cinco anos de ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de*

carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998* (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943* (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável, sob nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

29

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Desmanche, que *altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B.*

Parecer sob nº 1.045, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido, para o segundo turno regimental.

30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o
Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do Recurso nº 6, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.*

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta; e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o
Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do Recurso nº 6, de 2007)*

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

32

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do Recurso nº 7, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

33

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do Recurso nº 9, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum.)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta*

dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

36

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de

iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

40

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que *sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*

41

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, iniciativa da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos encontra-se esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade).

42

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Moza-rildo Cavalcanti, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)

43

REQUERIMENTO Nº 1.230, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.

Parecer favorável, sob nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidania, Relator: Senador Pedro Simon.

44

REQUERIMENTO Nº 847, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

45

REQUERIMENTO Nº 877, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os Srs. Senadores Papaléo Paes, Alvaro Dias, Mário Couto, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, e a Srª Senadora Ideli Salvatti enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “PALAVRA DE ESPIÃO”, publicada pela revista Isto É em sua edição de 17 de setembro do corrente.

A matéria destaca que o espião Francisco Ambrósio do Nascimento está com medo. Na quinta-feira 11, escondido no décimo andar de um edifício onde seu advogado tem escritório, ele tremia as mãos ao receber a reportagem de **IstoÉ**. “Não posso mais caminhar com tranquilidade pelas ruas de Brasília”, disse o ex-agente do extinto Serviço Nacional de Informações, que coordenou os trabalhos de agentes da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) na Operação Satiagraha, da Polícia Federal. Ambrósio teme pagar sozinho, uma conta que relaciona grampos ilegais envolvendo ministros, parlamentares e autoridades das mais altas cortes da Justiça brasileira. Ele afirma que o depoimento prestado na PF, no sábado 6, foi induzido por dirigentes da Abin com o propósito de proteger a instituição e desqualificar a investigação. “Querem me transformar em um bode expiatório”, assegura o espião.

Sr. Presidente, para que conste dos **Anais do Senado**, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Muito obrigado. Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

EXCLUSIVO Brasil

PALAVRA DE ESPIÃO

Francisco Ambrósio diz que seu depoimento em inquérito da PF foi armado e que teve acesso a e-mails

Mino Pedrosa e Hugo Marques

O espião Francisco Ambrósio do Nascimento está com medo. Na quinta-feira 11, escondido no décimo andar de um edifício onde seu advogado tem escritório, ele tremia as mãos ao receber a reportagem de ISTOÉ. “Não posso mais caminhar com tranquilidade pelas ruas de Brasília”, disse o ex-agente do extinto Serviço Nacional de Informações, que coordenou os trabalhos de agentes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) na Operação Satiagraha, da Polícia Federal. Ambrósio teme pagar sozinho uma conta que relaciona grampos ilegais envolvendo ministros, parlamentares e autoridades das mais altas cortes da Justiça brasileira. Ele afirma que o depoimento prestado na PF no sábado 6 foi induzido por dirigentes da Abin com o propósito de proteger a instituição e desqualificar a investigação. “Querem me transformar em um bode expiatório”, assegura o espião. A seguir, a entrevista concedida por ele.

ISTOÉ – Em seu depoimento na Polícia Federal o sr. contou tudo o que viu durante as investigações da Operação Satiagraha?

Francisco Ambrósio – Meu depoimento só serve para tentar acabar com a Operação Satiagraha, dizendo que eu tive acesso a informações do grupo e ao processo em si, que, como pessoa de fora, não poderia ter.

ISTOÉ – Alguém disse como deveria ser o seu depoimento?

Ambrósio – O delegado Renato Porciúncula (assessor especial da Abin) falou que estava me armando, antecipando para que eu fosse voluntariamente depor, pois isso melhoraria minha situação dentro do inquérito.

ISTOÉ – O depoimento foi preparado?

Ambrósio – Sim. O Porciúncula pegou o telefone dele e marcou para as 10 horas no sábado. Eu queria ir na segunda-feira. Ele falou: “Bicho, vai amanhã às 10 que está tudo acertado.”

ISTOÉ – Isso ocorreu na sexta-feira 5.

Havia mais alguém nessa conversa?

Ambrósio – O delegado Paulo Maurício (diretor afastado da Abin). Ele estava preocupado com a instituição.

ISTOÉ – Por que a Abin acertou uma versão para seu depoimento na PF?

Ambrósio – Acho que era uma defesa natural de cada órgão. Qual era a intenção? Era saber se eu sabia de alguma coisa. Só que eu não sabia. Como eu sei como o espião da República que saiu grampeando os Três Poderes, queriam saber de mim se realmente houve aquilo. Então eles disseram: “Bom, se não houve, o próprio presidente do inquérito está querendo livrar tua pele. Então, vamos fazer isso, não sei o que...” Se eu fosse lá sem ter pelo menos, vamos dizer assim, um amigo lá dentro, o DPF (delegado da Polícia Federal), encarregado do negócio, ia cair matando. Acho que houve um acerto.

ISTOÉ – Acerto para quê?

Ambrósio – Para que a única coisa

que se extraísse do meu depoimento fosse que o Francisco Ambrósio manuseava documentos da Operação Satiagraha, o que provocará a nulidade do processo.

ISTOÉ – Qual foi sua participação na Satiagraha?

Ambrósio – Fui apenas mais um integrante da equipe do delegado Protógenes em Brasília. Me colocaram como sendo do SNI, mas sou aposentado pela Abin e estou afastado desde 1998.

ISTOÉ – O sr. fazia investigação de rua?

Ambrósio – Com relação a escutas telefônicas clandestinas e ilegais, em hipótese nenhuma. Ocupei, no edifício-sede da Polícia Federal, uma sala no quinto andar, ao lado da sala do diretor.

ISTOÉ – Como é que o sr. entrava na Divisão de Inteligência?

Ambrósio – No quinto andar, normalmente, como eu chegava após o começo do expediente, sempre havia alguém ali na recepção que abria a porta.

ISTOÉ – O sr. usou o crachá de uma funcionária da Polícia Federal?

Ambrósio – Dois ou três dias. Esse crachá, inclusive, era de uma funcionária que trabalhava na nossa sala. Todos os dias, quando eu voltava do almoço, ficava esperando de dez a 15 minutos para entrar na sala. A funcionária, gentilmente, perguntou se eu não queria evitar ficar ali no corredor, que ela me emprestaria um crachá que estava sobrando.

ISTOÉ – Qual o nome da funcionária?

Ambrósio – Prefiro não citar nomes. É uma agente da PF.

ISTOÉ – Então ela tinha dois crachás?

Ambrósio – Ela me emprestou um deles para que eu usasse e entrasse na Divisão de Inteligência.

ISTOÉ – O senhor tinha uma sala?

Ambrósio – Ocupava a sala de reuniões do diretor.

ISTOÉ – Havia quantos computadores lá dentro?

Ambrósio – Devia ter uns seis. Eu usava um modelo antigo, com aquele monitor normal. Os mais novos ficavam com o pessoal. Esse é o único em que eu mexia durante os seis meses que estive lá.

ISTOÉ – O sr. fez análise do HD do Banco Opportunity?

Ambrósio – Eu trabalhei em cima do HD, mas em nenhum momento eu fiz análise. A vista que eu tive da coisa era totalmente superficial e nem sequer dava para chegar a uma conclusão. Então, o que poderia acontecer? Se visse uma planilha, por exemplo, eu separava para a parte financeira; se vinha alguma

Ambrósio – Vamos supor o seguinte: tem coisa que é lixo, é spam, então o que é spam automaticamente você já sabe que é spam, você nem olha.

ISTOÉ – O sr. teve acesso a um e-mail da Verônica Dantas, interceptada conversando com um advogado do Opportunity, quando ela fala de investimentos?

Ambrósio – Este e-mail não estava comigo. Isso foi falado na sala. Foi comentado por algum perito. Eu escutei. Posso sim, ter conversado lá...

ISTOÉ – Este e-mail é o que a Verônica Dantas chama o delegado Protógenes de palhaço?

Ambrósio – Acho que era, acho que sim.

ISTOÉ – Não encontramos este e-mail na investigação oficial. É um e-mail que foi interceptado de maneira ilegal?

Ambrósio – Não sei. O que tenho

“A Abin me colocou como sendo do SNI, mas sou aposentado pela Abin”

coisa da parte administrativa, jogava para o perito da equipe.

ISTOÉ – O HD tinha informações sigilosas. O sr., não sendo servidor, não pensou que pudesse prejudicar toda a operação?

Ambrósio – Sim, eu pensei. Mas, como eu estava dizendo, eu não fazia análise.

ISTOÉ – O sr. teve acesso a e-mails?

Ambrósio – Sim, mas eu não chegava a fazer uma análise deles.

ISTOÉ – Qual o critério que o sr. usava para separar os e-mails?

absoluta certeza, da minha presença ali, é que tudo que estava sendo feito era de forma legal.

ISTOÉ – O delegado Protógenes pagava o sr. em dinheiro?

Ambrósio – Pagava em dinheiro e eu assinava recibo.

ISTOÉ – Era um serviço legal?

Ambrósio – Fui contratado por um delegado que presidia um inquérito.

ISTOÉ – O que o senhor fazia no SNI?

Ambrósio – Trabalho de rua, nos movimentos sociais.

A pedido do procurador Rodrigo De Grandis, do Ministério Público Federal, a Justiça Federal de São Paulo determinou o bloqueio de um fundo de investimento de R\$ 535,8 milhões do banqueiro Daniel Dantas. Segundo a Justiça, o banqueiro e outras quatro pessoas ligadas a ele – a irmã Verônica Dantas;

a mulher, Maria Alice; o presidente do Grupo Opportunity, Dório Ferman; e o administrador Norberto Aguiar Tomaz – são suspeitos de envolvimento num suposto esquema de lavagem de dinheiro, evasão de divisas e formação de quadrilha. O pedido do procurador Rodrigo De Grandis foi feito a partir de informações do

Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que considerou irregular as movimentações do Grupo Opportunity, de Daniel Dantas. Os técnicos do Coaf identificaram duas transferências atípicas: uma feita pelo Opportunity, no valor de R\$ 535,8 milhões, repassados para

Brasil

O BLOQUEIO A DANTAS

Justiça Federal determina o sequestro de R\$ 535,8 milhões do Grupo Opportunity por suspeita de lavagem de dinheiro

o BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. – entidade sediada no Rio de Janeiro, no mesmo prédio da empresa de Daniel Dantas –, e outra de R\$ 10 milhões, realizada pelo executivo Dório Ferman no Recife. Através do Relatório de Inteligência Financeira nº 2.436, o Coaf informou o Ministério Público Federal que tinha identificado “atividades suspeitas de lavagem de dinheiro” envolvendo Dantas e Ferman.

A determinação do bloqueio foi dada pelo juiz federal Fausto Martin De Sanctis, da 6ª Vara Criminal de São Paulo – o mesmo magistrado que mandou prender Dantas duas vezes durante a Operação Satiagraha e cujos

mandados de prisão foram anulados pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes. **A Justiça também determinou o sequestro dos R\$ 10 milhões depositados no dia 21 de julho numa conta bancária da irmã de Ferman, Beasy Schchnik, no Banco Itaú no Recife – uma “retirada de quantia significativa de uma conta até então pouco movimentada”, segundo o Coaf.**

“Essa movimentação financeira pode indicar a prática de crime de lavagem, abrindo uma nova frente no caso Satiagraha”, disse o procurador De Grandis. O advogado de Dantas, Nélcio Machado, afirmou que a procedência do dinheiro é limpa e que o bloqueio dos R\$ 535,8 milhões é fruto

de “má-fé” do Ministério Público Federal e da Justiça Federal. “É má-fé de quem está fazendo isso. O juiz federal Fausto Martin De Sanctis, vez por outra, se excede, e eu entendo que ele novamente se excedeu”, disse. Segundo o advogado, o Opportunity decidiu transferir a administração do fundo para outra empresa como “medida preventiva”, para passar para o mercado financeiro uma mensagem de que o Opportunity “desfruta de absoluta confiança no mercado”. Dantas já é réu em um processo criminal por suposto oferecimento de US\$ 1 milhão a um delegado da Polícia Federal para que fosse excluído da investigação da Operação Satiagraha.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: Ocupo a Tribuna neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada, “TCU: Abin sacou no cartão até para pagar informante”, publicada pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, em sua edição de 25 de agosto de 2008.

A matéria destaca que campeã de gastos secretos e saques em dinheiro com cartão corporativo, a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) teve parte de sua prestação de contas considerada irregular pelo Tribunal de Contas da União (TCU), de acordo com relatório divulgado ontem. Os ministros do tribunal censuraram a Abin por usar dinheiro vivo, sacado com cartões cor-

porativos, para pagar 99,9% das despesas. Diante da farra, multaram em R\$ 10 mil Antônio Augusto Muniz de Carvalho, ex-diretor de Administração do órgão. A Abin, por intermédio de sua assessoria de imprensa, informou que recorrerá da decisão.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A10 | NACIONAL | QUARTA-FEIRA, 20 DE AGOSTO DE 2008
O ESTADO DE S.PAULO

DINHEIRO DE PLÁSTICO

TCU: Abin sacou no cartão até para pagar informante

Relator considera parte da prestação de contas irregular e multa ex-diretor de administração do órgão

Luiz Weber
BRASÍLIA

Campeã de gastos secretos e saques em dinheiro com cartão corporativo, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) teve parte de sua prestação de contas considerada irregular pelo Tribunal de Contas da União (TCU), de acordo com relatório divulgado ontem. Os ministros do tribunal censuraram a Abin por usar dinheiro vivo, sacado com cartões corporativos, para pagar 99,9% das despesas. Diante da farra, multaram em R\$ 10 mil Antônio Augusto Muniz de Carvalho, ex-diretor de Administração do órgão. A Abin, por intermédio de sua assessoria de imprensa, informou que recorrerá da decisão.

Entre as irregularidades detectadas no uso do cartão estão a “aquisição irregular de material permanente e pagamentos e gratificações a informantes e colaboradores eventuais”.

Embora fora do radar da auditoria, que não analisou as prestações mais recentes, os técnicos constataram que os arapongas gastaram cerca de R\$ 11,5 milhões via cartões, mais que o dobro em relação a 2006 (quando somaram R\$ 5,5 milhões). O ministro Ubiratan Aguiar, relator do processo, estranhou que o volume de recursos sacados tenha praticamente dobrado de um ano para outro.

“A agência quase exclusivamente utilizou o cartão de pagamento do governo federal para fazer saques e realizar pagamentos em moeda corrente, não observando o caráter excepcional dessa modalidade. As características peculiares da Abin não justificam, de modo absoluto, a prática generalizada desse procedimento”, disse Aguiar em seu relatório.

“A agência quase exclusivamente utilizou o cartão de pagamento do governo federal para fazer saques e realizar pagamentos em moeda corrente, não observando o caráter excepcional dessa modalidade. As características peculiares da Abin não justificam, de modo absoluto, a prática generalizada desse procedimento”, disse Aguiar em seu relatório.

O governo argumenta que esse aumento dos gastos da Abin com o cartão foi causado pela utilização de agentes durante os Jogos Pan-Americanos do Rio.

O governo federal já gastou R\$ 98,7 milhões de 2004 a 2007 em despesas sigilosas, consideradas de interesse da segurança do Estado. Esse tipo de gasto, que inclui contas da Presidência da República, vem aumentando ano a ano. Em 2007, o governo pagou cerca de R\$ 35,7 milhões em despesas sigilosas, usando os serviços de 607 empresas. O valor é 42,8% superior ao de 2006 – em que os gastos desse tipo somaram cerca de R\$ 25 milhões – e mais que o dobro dos R\$ 16,9 milhões registrados em 2004.

O mesmo tipo de despesa ocorre em outros órgãos com atividade policial ou de inteligência, como a Polícia Federal, por exemplo. Mas há gastos de setores do governo, como Casa Civil e o próprio gabinete da Presidência da República, que também são protegidos pelo sigilo.

Os recursos utilizados de forma sigilosa começaram a ter registro no Portal da Transparência, site na internet administrado pela Controladoria-Geral da União (CGU), a partir de 2004. Naquele ano, o total usado sob essa classificação, incluindo os gastos da Abin e de outros órgãos, como a Polícia Federal, foi de cerca de R\$ 16,9 milhões, com pagamentos feitos a 424 empresas. A partir daí, esse tipo de despesa só fez crescer. Em 2005, pulou para R\$ 20,9 milhões, com pagamentos para 492 empresas. No ano seguinte, chegou a R\$ 25 milhões, com 465 empresas remuneradas. Até alcançar a marca do ano passado, de R\$ 35,7 milhões, com 607 empresas.

MATILDE

O caso dos gastos abusivos com cartões corporativos ganhou visibilidade com o escândalo que envolveu a ex-ministra da Igualdade Racial Matilde Ribeiro, revelado pelo Estado. Reportagem de

13 de janeiro mostrou o crescimento dos gastos com os cartões do governo e apontou Matilde como a recordista de despesas em 2007. A então ministra pagara com cartão R\$ 175.428,55 em aluguel de carros, além de tê-lo usado em free shop. Por conta do escândalo, Matilde pediu demissão

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Suspeito de desviar verba, secretário reassume cargo”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, de 28 de outubro de 2008.

A matéria destaca que depois de um exílio voluntário, o secretário de Assuntos Institucionais do PT, Romênio Pereira, reassumiu suas funções e voltou a aparecer em um evento do partido. Romênio teve seu nome envolvido com um suposto esquema de desvio

de verbas de prefeituras contempladas, com obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ESTADO DE SÃO PAULO

Suspeito de desviar verba, secretário reassume cargo

BRASÍLIA

Depois de um exílio voluntário, o secretário de Assuntos Institucionais do PT, Romênio Pereira, reassumiu suas funções e voltou ontem a aparecer em um evento do partido.

Em meados de agosto, o secretário se afastou do cargo depois de ter seu nome envolvido com um suposto esquema de desvio de verbas de prefeituras contempladas com obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

De acordo com o Ministério Público, o papel do petista seria intervir nos ministérios para liberar recursos de convênios para as prefeituras, principalmente mineiras.

Romênio sempre negou envolvimento em irregularidades

Romênio sempre negou envolvimento em irregularidades. “Não existe qualquer prova ou qualquer possibilidade de existirem provas de que eu esteja à frente de qualquer esquema de desvio de recursos públicos”, afirmou, em nota divulgada na época.

Na mesma nota, o petista anunciou ter tomado a iniciativa de se licenciar por 60 dias, “na expectativa de que as investigações se concluam”.

Na ocasião, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do secretário de Assuntos Institucionais do PT. Figura central no partido, Romênio, no entanto, não teve suas ligações telefônicas interceptadas. A Polícia Federal alegou incapacidade técnica para grampear o petista, já que ele usaria um ramal telefônico e não uma linha específica. ●

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “HÁ GRAMPOS ATÉ NAS ESTRADAS”, publicada na revista **Época**, em sua edição de 8 de setembro de 2008.

A matéria destaca que a onda de monitoramento telefônico no país, chegou a um ponto que até mesmo a Polícia Rodoviária Federal, cuja atribuição é fiscalizar 61.000 quilômetros de estradas, revela que a corporação aderiu ao grampo telefônico. Uma investigação da CPI dos Grampos na Câmara dos Deputados revela que a Polícia Rodoviária Federal, informou que não

sabe o número de interceptações telefônicas que fez desde 2002, quando sob o comando do general Álvaro Henrique Vianna de Moraes, a PRF passou a fazer gravações telefônicas.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os **Anais do Senado Federal**.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

HÁ GRAMPO ATÉ NAS ESTRADAS

Acredite: a Polícia Rodoviária Federal também tem equipamentos para gravar conversas telefônicas

NA MIRA
O ministro da Justiça, Tarso Genro, chefe da PRF, foi procurado, mas nada falou sobre a compra de equipamentos de escuta pela corporação

Andrei Meireles e Murilo Ramos

No tempo em que grampo era só um arame de prender cabelo, uma geração fixou uma imagem romântica dos patrulheiros das estradas. Era a época do Carlos, personagem principal de *O Vigilante Rodoviário*, primeira série televisiva do país. Em episódios que fizeram sucesso nos anos 60, o patrulheiro Carlos combatia ladrões e malfeitores nas estradas paulistas ao lado de seu parceiro, Lobo, o pastor alemão que levava no banco do carona de seu Simca Chambord, um dos carros mais possantes daquele período. Subordinada ao Ministério da Justiça, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) é hoje uma corporação com quase 10 mil policiais, orçamento anual de R\$ 2 bilhões e a responsabilidade de fiscalizar 61.000 quilômetros de estradas. Seu papel, segundo a Constituição, é fazer o patrulhamento ostensivo das rodovias federais. A corporação, porém, tem extrapolado suas funções.

Uma investigação da CPI dos Grampos na Câmara dos Deputados revela que a Polícia Rodoviária Federal também aderiu às escutas telefônicas. No Memorando nº 185/08, a Coordenação de Inteligência da PRF informou à CPI que não sabe o número de interceptações que fez desde

2002, quando, sob o comando do general Álvaro Henrique Vianna de Moraes, a PRF passou a fazer gravações telefônicas.

Nos 14 casos relatados pela direção da corporação, há ofícios de delegados de polícia e promotores requisitando grampos telefônicos. “A iniciativa desses procedimentos foi do Ministério Público ou da polícia. Imagino que, simultaneamente, tenham pedido autorização à Justiça, porque senão seria ilegal”, afirma o inspetor Marcelo Paiva, chefe de gabinete da direção da Polícia Rodoviária. “Existe um marco legal que permite à PRF armazenar dados.” ►

Procuradores ouvidos por **ÉPOCA** afirmam que requerer o grampo antes de uma decisão do juiz é uma inversão das regras processuais.

Em depoimento à CPI, Hélio Cardoso Derenne, diretor-geral da PRF desde o primeiro mandato do presidente Lula, afirmou que a corporação não tem aparelho de escuta. “O que temos são aparelhos de armazenamento de dados. E esse, somente esse equipamento, esse você compra... Qualquer cidadão brasileiro pode comprar”, disse Derenne. Documentos a que

ÉPOCA teve acesso desmentem essa versão. Em 2006, o núcleo de inteligência da Polícia Rodoviária em Mato Grosso do Sul comprou, por R\$ 177.900, três plataformas de comunicação telefônica da Wytron Technology Corporation, uma empresa de Belo Horizonte, Minas Gerais, cujo dono é Tao Hua, empresário chinês especializado em vender aparelhos de gravação telefônica. No Espírito Santo, os negócios de Tao foram investigados por uma CPI da Assembleia Legislativa. Ele vendia máquinas de grampo até para empresas privadas.

De acordo com as exigências da própria PRF, esse equipamento grampeia chamadas telefônicas de redes fixas, de celulares e de telefones por satélite, além de transmissões de fax, mensagens de voz e de texto. Começa a gravar assim que o telefone-alvo é tirado do gancho, antes mesmo da discagem. Inspectores ouvidos por ÉPOCA dizem que, em pelo menos outros quatro Estados, há aparelhos semelhantes em núcleos de inteligência da PRF. A direção da PRF diz que um deles é usado apenas para fazer varreduras antigrampo.

No Congresso, a CPI dos Grampos apura informações sobre a existência de outros equipamentos de escuta não reconhecidos pela PRF. “Já recebemos denúncias de que a Polícia Rodoviária dispõe até de maletas para fazer grampos de celulares. Ela está fazendo um trabalho ilegal”, diz o deputado Nelson Pellegrino (PT-BA), relator da CPI.

A Constituição estabelece que apenas as polícias judiciárias (Polícia Federal e as policiais civis nos Estados) podem fazer inquéritos criminais e, em cumprimento à ordem judicial, gravar conversas telefônicas. A justificativa peculiar da direção da PRF para seus grampos

OS EQUIPAMENTOS DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FAZEM, EM MENOR ESCALA, O MESMO QUE O GUARDIÃO DA PF

é: quem faz a interceptação telefônica são as operadoras de telefonia – a PRF apenas recebe o conteúdo das conversas e transcreve os diálogos. É justamente isso que deveria ser sigiloso.

Os equipamentos da PRF fazem, em menor escala, exatamente o mesmo que o guardião da Polícia Federal, o mais famoso aparelho de escuta usado no Brasil. “O que está ocorrendo na Polícia Rodoviária é da maior gravidade. Ela não tem competência legal para fazer interceptação telefônica nem para comprar equipamentos de escuta”, diz

o deputado Marcelo Itagiba (PMDB-RJ), presidente da CPI. “Estranho que o ministro da Justiça, Tarso Genro, ainda não tenha mandado recolher esses aparelhos.”

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Cezar Britto, também critica Genro: “O ministro tem de explicar por que, de maneira ilegal, a Polícia Rodoviária compra aparelhos e faz grampos. De acordo com a Constituição, seus instrumentos de trabalho são radar para conter velocidade e bafômetro. ÉPOCA procurou Tarso Genro ao longo da semana, mas ele não falou sobre o assunto.

Para Itagiba, há procuradores e juízes que acobertam atividades ilegais na PRF. “Essa é a demonstração mais clara de milícias no Estado a que se referiu o presidente do STF, Gilmar Mendes. A CPI vai cobrar responsabilidades”, diz.

Na ótica da Polícia Rodoviária Federal, participar de investigações criminais e gravar conversas telefônicas é poder. O objetivo é reduzir a distância em relação à Polícia Federal, corporação que atrai os holofotes por suas ações de combate à corrupção e ao crime organizado. A polícia das estradas quer crescer. Deve aumentar seu contingente em mais 3 mil servidores, adquirir armamentos mais modernos e reforçar sua frota aérea, que já conta com dez helicópteros e um avião. Quer, enfim, ser polícia. E, pelo jeito, não só nas estradas.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL/MS
NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA

1. DO OBJETO

O presente Projeto Básico tem por objeto definir o conjunto de elementos técnicos que subsidiarão os procedimentos administrativos para a aquisição, software de captação, interceptação, rastreamento, monitoramento e cruzamento de comunicações telefônicas digitais e analógicas para a 3ª SRPRF/MS.

ALÔ-ALÔ Documento da PRF mostra o processo de compra de escuta telefônica. Para o diretor-geral da corporação, Hélio Derenne, “são equipamentos que qualquer cidadão brasileiro pode comprar”

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Um aliado por R\$ 420 mil”, publicada pela Revista Época em sua edição de 20 de outubro de 2008.

A matéria destaca que a revista **Época** teve acesso a quatro vídeos, que mostram como assessores, empresários e políticos, ligados ao governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, contrataram na semana passada o PRTB, um minúsculo partido de aluguel, para trocar de candidato no segundo turno da eleição para a prefeitura de Cuiabá. O pagamento seria em dinheiro e

cargos no governo estadual. As fitas também mostram como dezenove candidatos a vereador, que não se elegeram, fixaram o preço de seu eleitorado, para dar apoio a Mauro Mendes (PR), um empresário lançado por Maggi para concorrer à prefeitura.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os **Anais do Senado Federal**.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Um aliado por R\$ 420 mil

Vídeos mostram como a equipe do candidato do PR a prefeito de Cuiabá comprou o apoio de um partido nanico

Andrei Meireles e Rodrigo Rangel, de Cuiabá

Não há eleição no Brasil sem que ocorram denúncias, muitas vezes comprovadas, de compra de votos de eleitores por candidatos. O incomum é que as cenas de corrupção eleitoral se tornem públicas, a ponto de expor detalhes grotescos, como o cálculo do “valor de mercado” do voto. **ÉPOCA** teve acesso a quatro vídeos que mostram como assessores, empresários e políticos ligados ao governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, contrataram na semana passada o PRTB, um minúsculo partido de aluguel, para trocar de candidato no segundo turno da eleição para a Prefeitura de Cuiabá.

O pagamento seria em dinheiro e cargos no governo estadual. As fitas também mostram como 19 candidatos a vereador, que não se elegeram, fixaram o preço de seu eleitorado para dar apoio a Mauro Mendes (PR), um empresário lançado por Maggi para concorrer à Prefeitura. Agindo como se estivessem numa feira vendendo 1 quilo de arroz ou uma penca de bananas, eles pedem uma quantia em dinheiro para cada voto que a legenda obteve na eleição para a Câmara Municipal. A arrecadação seria rateada entre eles de acordo com a votação que cada um recebeu.

O PRTB apoiara no primeiro turno a candidatura adversária, do prefeito Wilson Santos (PSDB). Mas decidiu mudar de lado no segundo. A negociação começou na manhã da quinta-feira 9, na casa de Marcionei Curvo, suplente de vereador, num bairro de classe média baixa de Cuiabá. Ali, na área de serviço, a turma do PRTB pediu R\$ 50 por voto recebido – foram 30 mil.

Isso lhes renderia cerca de R\$ 1,5 milhão. Na sequência do vídeo, eles aparecem na sala da casa com o deputado federal Homero Pereira (PR) e o secretário estadual de Planejamento, Yênes Magalhães. Coube ao secretário-geral do PRTB, Pedro Moura, fazer a proposta aos compradores. Não houve acordo. Novo encontro foi marcado, desta vez com a participação do próprio candidato Mauro Mendes.

Outro vídeo, também gravado por um dos participantes, mostra como foi a reunião no escritório de uma das empresas de Mauro Mendes. Ela se deu em duas etapas. Na primeira, com a presença do candidato, parece uma rotina de discussão política sobre o que fazer para vencer uma campanha eleitoral. Antes de sair, Mendes diz que cumpriria o que fosse acertado com o empresário Mauro Carvalho, coordenador de finanças da campanha. A partir daí, o clima mudou. No começo de maneira tímida, depois de modo escancarado, discutiu-se quanto o apoio valeria em dinheiro. Com a ajuda do deputado Homero Pereira e de outros aliados do governador Blairo Maggi, o tesoureiro Carvalho conseguiu aos poucos que os políticos do PRTB baixassem o valor do pedido. Um impasse ocorreu quando uns se recusavam a pagar mais de R\$ 400 mil e os outros a receber menos de R\$ 500 mil. O acordo foi fechado quando o deputado Homero prometeu dar mais R\$ 20 mil “do próprio bolso”.

Na noite da segunda-feira 13, como mostra mais um vídeo, a turma do PRTB se reuniu no escritório de advocacia de Pedro Moura. Lá, o anfitrião distribuiu envelopes

MERCADO

O candidato à Prefeitura de Cuiabá, Mauro Mendes (PR), em evento com eleitores. Ele esteve na reunião em que sua equipe acertou o pagamento ao PRTB

com tíquetes para a compra de combustíveis e dinheiro. Depois fez um discurso pedindo empenho, porque sentiu descon-fiança dos compradores quando foi rece-ber o dinheiro. Todos tiveram de assinar recibos. Um dos presentes comenta que assinou sem conferir quanto havia dentro do envelope. Essa seria a primeira de três parcelas a ser quitadas antes das eleições.

A euforia contrasta com a preocupação dos participantes de ser flagrados com os envelopes pela polícia. Desconfiam de carros estacionados na vizinhança. Tinham razão. Os três principais líderes na nego-ciação – entre eles, Pedro Moura e Marcio-nei Curvo – saíram juntos da reunião num jipe Pajero. Menos de 500 metros depois, foram parados por um carro com policiais civis que, a pretexto de uma suposta irre-gularidade na placa, revistaram o carro e encontraram os envelopes com dinheiro e material de propaganda da campanha de Mauro Mendes. Foram encaminhados à Polícia Federal, onde prestaram depoi-mento. O caso está na Justiça Eleitoral.

O candidato Mauro Mendes nega que tenha negociado propina em troca de apoio político. Ele recebeu *ÉPOCA* para uma conversa com os três candidatos derrotados a vereador presos na semana passada. Ele acusa seu adversário, Wilson Santos (PSDB), de ter armado o flagrante e levanta suspeitas sobre a conduta da Po-lícia Civil de Mato Grosso. “Tenho certeza absoluta de que isso é armação”, afirmou a *ÉPOCA* na sexta-feira. “Os policiais disseram que estavam averiguando uma denúncia de carro roubado, mas quero ver onde está essa denúncia.” Na Pajero em que seguiam os três candidatos foram encontrados R\$ 33.600. Eles foram leva-dos para uma delegacia e, depois, para

a Polícia Federal. Os advogados do PR pediram a quebra do sigilo dos telefones dos policiais que fizeram o flagrante, para saber se eles foram orientados por repre-sentantes da campanha adversária.

Mendes disse que as referências a di-nheiro nas reuniões com o PRTB dizem respeito ao pagamento de despesas de campanha. “Tem de pagar cabos eleito-raís, carros de som, gasolina, e isso tudo será contabilizado”, diz ele. “Em minha campanha não tem caixa dois.” Os três ex-candidatos a vereador do PRTB dizem saber quem fez as gravações com uma câmera escondida. Para tentar escapar, confessam outro suposto crime: afirmam que, no primeiro turno, teriam recebido dinheiro “por fora” para apoiar o PSDB. Os tucanos negam.

ÉPOCA procurou o governador Blairo Maggi, no Palácio Paiaguás, sede do gover-no de Mato Grosso. Ele não quis falar. Em resposta a perguntas enviadas pela revista, sua assessoria disse que o governo não se manifestaria sobre o teor dos vídeos por se tratar de um “episódio restrito à esfera político-eleitoral”. Yênes Magalhães, que aparece numa das reuniões com o PRTB, é integrante do primeiro escalão do gover-no. Chefia a Secretaria de Planejamento. O governo diz que ele está licenciado, mas sua licença foi publicada no *Diário Oficial* na quarta-feira, dois dias depois de o caso vir à tona com a prisão dos novos aliados. Ou-tro homem de confiança de Maggi flagrado nos vídeos é Moisés Sachetti. Até abril, ele era um importante assessor de Maggi. O deputado Homero Pereira, que participa nas negociações, é aliado de Maggi e foi seu secretário da Agricultura. “Participei apenas de conversas políticas e não tratei de dinhei-ro”, afirma Pereira. E os R\$ 20 mil do “pró-prio bolso”, como revela um dos vídeos? “Seria uma doação oficial”, afirma. ♦

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com pesar, que comunico o falecimento do Professor Silvio Coelho dos Santos, da Universidade Federal de Santa Catarina, no último domingo, aos 70 anos, vítima de câncer, em Florianópolis, cidade onde nasceu. Autor ou co-autor de 20 livros e de 70 artigos sobre etnologia indígena, história, educação e direito das minorias, o intelectual era graduado em História pela UFSC e doutor em Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo (USP).

Recentemente, organizou e apresentou a obra *O Contestado na Historiografia e na Literatura*. Era considerado um dos mais importantes intelectuais de Santa Catarina.

Membro da Academia Catarinense de Letras, professor emérito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), era formado em história pela UFSC, mestre em Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutor em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP).

Nos anos sessenta, principiou suas pesquisas em etnologia indígena e arqueologia, sendo responsável pela criação e consolidação do ensino de antropologia em Santa Catarina. Promoveu a criação do Instituto de Antropologia, atual Museu de Antropologia da UFSC, em Florianópolis, até hoje sede de pesquisas nessas áreas, responsáveis, antes de tudo, pela projeção nacional e internacional dos estudos sobre os sambaquis do Brasil.

Sendo ferrenho defensor dos direitos indígenas, Coelho dos Santos organizou, em 1980, na UFSC, a primeira reunião de advogados e antropólogos para debater a situação dos índios à luz do direito, conforme relatado pelo professor Carlos Frederico Marés de Souza Filho, em seu livro *O Renascer dos Povos Indígenas para o Direito*.

Mas seu trabalho foi além da antropologia e da arqueologia. Teve atuação preponderante na concepção do sistema estadual de ensino de Santa Catarina, identificando deficiências e apresentando soluções. Entre os livros que escreveu sobre as populações indígenas destacam-se *Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos xokleng*; *Os índios Xokleng: memória visual*; *A integração do índio na sociedade regional – a função dos postos indígenas em Santa Catarina*.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não havendo nada mais a tratar, encerro a presente sessão, convocando uma sessão ordinária não deliberativa para amanhã, às 9 horas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 18 horas e 05 minutos.*)

AGENDA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO

30-10-2008

Quinta-feira

10:00 Visita do Presidente do Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias e dos Corpos de Bombeiros Militares.

Gabinete da Presidência do Senado Federal

11:00 Participar da montagem do Painel “Sonho Brasileiro”, do Movimento

Origami do Centenário.

Setor de Clubes Esportivos Sul, Conjunto 10 – clube Ascade

16:00 Ordem do Dia – Sessão Deliberativa

Plenário do Senado Federal

17:00 Sessão do Congresso Nacional

Plenário do Senado Federal

**7ª Reunião da Mesa do Senado Federal,
realizada em 14 de outubro de 2008, às 14h30**

Às quatorze horas e trinta minutos do dia quatorze de outubro de dois mil e oito, na Sala de Autoridades do Gabinete da Presidência, reúne-se a Mesa do Senado Federal, sob a Presidência do Sr. Senador Garibaldi Alves Filho, e com a presença dos Srs. Senadores Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente; Efraim Moraes, 1º Secretário; Gerson Camata, 2º Secretário; César Borges, 3º Secretário; Magno Malta, 4º Secretário; Papaléo Paes, 1º Suplente de Secretário; e Flexa Ribeiro, 4º Suplente de Secretário. Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senador Tião Viana, 1º Vice-Presidente. Abertos os trabalhos, o Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho agradece a presença de todos e apresenta a pauta proposta, que é parte integrante desta ata.

PAUTA

1 – ABERTURA

2 – REQUERIMENTOS DE TRAMITAÇÃO CONJUNTA:

2.1 - Requerimento nº 1.091, de 2008 (Autor: Senador Valter Pereira):

MATÉRIA	ASSUNTO
PLC 27, de 2003 (Autor: Deputado Bispo Wanderval) com os PLC 76, de 2000 (Autor: Deputado Professor Luizinho)	Alteram a legislação que disciplina a indenização do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não – DPVAT.
PLS 37, de 2000 (Autor: Senador Osmar Dias)	
PLS 161/2000 (Autor: Senador Renan Calheiros)	
PLS 104, de 2002 (Autor: Senador Alvaro Dias)	
PLS 158, de 2003 (Autor: Senador Duciomar Costa)	
PLS 254, de 2003 (Autor: Senador César Borges)	
PLS 176, de 2008 (Autor: Senador Alvaro Dias)	

2.2 – Requerimento nº 1.096, de 2008 (Autor: Senador Romero Jucá):

MATÉRIA	ASSUNTO
PLS 50, de 2008 – Complementar (Autor: Senadora Serys Slhessarenko) com o PLS 100, de 2008 – Complementar (Autor: Senador José Nery)	Regulamentam o art. 153, inciso VII, da Constituição Federal, para instituir o Imposto sobre Grandes Fortunas.

2.3 – Requerimento nº 1.097, de 2008 (Autor: Senador Romero Jucá):

MATÉRIA	ASSUNTO
PLS 220, de 2000 (Autor: Senador Mozarildo Cavalcanti) com o PLS 185, de 2003 (Autor: Senador Siba Machado)	Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais a empresas privadas que contratem: - trabalhadores de faixa etária a partir de 50 (cinquenta) anos; - jovens para o primeiro emprego em microempresas e empresas de pequeno porte inscritas no SIMPLES.

2.4 – Requerimento nº 1.103, de 2008 (Autor: Senador Eduardo Suplicy):

MATÉRIA	ASSUNTO
PLS 311, de 2004 (Autor: Senador Leonel Pavan) com os PLS 547, de 2007 (Autor: Senador Jonas Pinheiro) e PLS 548, de 2007 (Autor: Senador João Durval)	Dispõem sobre a prestação de serviço público de transporte individual de passageiros por meio de motocicletas e veículos congêneres de aluguel – moto táxi.

2.5 – Requerimento nº 1.104, de 2008 (Autor: Senador Eduardo Suplicy):

MATÉRIA	ASSUNTO
PLC 109, de 2006 (Autora: Deputada Perpétua Almeida) com os PLS 53, de 2003 (Autor: Senador Sérgio Zambiasi) e	Alteram a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 – Código Brasileiro de Telecomunicações – para flexibilizar o horário de transmissão da “Voz do Brasil”.

MATÉRIA	ASSUNTO
PLS 219, de 2005 (Autor: Senador Alvaro Dias)	

2.6 – Requerimento nº 1.163, de 2008 (Autor: Senador Expedito Júnior):

MATÉRIA	ASSUNTO
PLC 134, de 2008 (Autor: Deputado Mauro Nazif) com os PLS 22, de 2008 (Autor: Senador Expedito Júnior)	Definem crimes de responsabilidade: - de Secretários Municipais e de titulares de órgãos municipais de procuradoria jurídica e de controle interno; e - do Presidente da República, regulamentando o Parágrafo único do art. 85 da Constituição Federal.

2.7 – Requerimento nº 1.166, de 2008 (Autor: Senador José Maranhão):

MATÉRIA	ASSUNTO
PLS 19, de 2008 (Autor: Senador Marconi Perillo) com os PLS 141, de 2003 (Autor: Senador Valdir Raupp) e PLS 322, de 2003 (Autor: Senador César Borges)	Alteram a Lei nº 9.503, de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro – para: - fixar referências na avaliação, pelo juiz, do elemento subjetivo nas hipóteses de homicídio e lesão corporal praticados na direção de veículo automotor; - definir novas causas de aumento da pena para os crimes de homicídio culposo e lesão corporal culposa praticados na direção de veículo automotor; - incluir a falta de manutenção do veículo como causa de aumento de pena nas hipóteses de homicídio culposo e lesão corporal culposa na direção de veículos automotores.

2.8 – Requerimento nº 1.174, de 2008 (Autor: Senador Marco Maciel):

MATÉRIA	ASSUNTO
PLS 185, DE 2005 (Autor: Senador Marcelo Crivella) com o PLS 183, de 2006 (Autor: Senador Sérgio Zambiasi)	Alteram a Lei nº 9.709, de 1998, para: - dispor sobre a iniciativa popular na apresentação de projeto de lei; - determinar a realização de audiências públicas, nas duas Casas do Congresso Nacional, sobre matéria sujeita a

MATÉRIA	ASSUNTO
	referendo ou plebiscito, antes da deliberação sobre a autorização de referendo e a convocação de plebiscito.

2.9 – Requerimento nº 1.175, de 2008 (Autor: Senador Marco Maciel):

MATÉRIA	ASSUNTO
<p>PLC 106, de 2007 (Autor: Deputado José Carlos Machado) com os</p> <p>PLS 301, de 2003 (Autor: Senador Hélio Costa)</p> <p>PLS 355, de 2004 (Autor: Senador Pedro Simon)</p> <p>PLS 8, de 2005 (Autor: Senador Augusto Botelho)</p> <p>PLS 18, de 2005 (Autor: Senador Arthur Virgílio)</p> <p>PLS 45, de 2006 (Autora: Senadora Maria do Carmo Alves)</p> <p>PLS 42, de 2007 (Autor: Senador Antônio Carlos Valadares)</p>	<p>Definem alterações nas Leis nºs. 8.987, de 1995 (Regime de Concessão e Permissão de Serviços Públicos); 9.472, de 1997 (Organização dos Serviços de Telecomunicações) e 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor); para, entre outras coisas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - obrigar as empresas prestadoras de serviços públicos a fornecer a seus usuários certidão anual de quitação de débitos; - ampliar o prazo do consumidor reclamar por vícios em veículos automotores novos; - assegurar ao usuário de serviço de telecomunicações o direito de proceder a reclamações e solicitações por meio de correspondência escrita, correspondência eletrônica, atendimento telefônico ou atendimento pessoal em postos públicos disponibilizados pela prestadora; - vedar a inscrição de dívidas “<i>sub judice</i>” em arquivos de consumo; - determinar a adoção de medidas para esclarecer os consumidores acerca dos tributos que incidem sobre mercadorias e serviços – CF, art. 150, § 5º. - determinar que, no fornecimento de bens e serviços executados de forma contínua, o fornecedor deverá estender aos contratos em vigor, a critério do consumidor, as condições oferecidas para adesão de novos consumidores; - acrescentar nova proteção contratual ao consumidor e considerar como prática abusiva cláusulas contratuais

MATÉRIA	ASSUNTO
	contrárias ao justo equilíbrio entre fornecedor e consumidor.

2.10 – Requerimento nº 1.176, de 2008 (Autor: Senador Marco Maciel):

MATÉRIA	ASSUNTO
<p>PLC 52, de 2006 (Autora: Deputada Socorro Gomes) com os</p> <p>PLC 68, de 2006 (Autor: Deputado Enio Bacci)</p> <p>PLS 43, de 2003 (Autor: Senador Magno Malta)</p> <p>PLS 124, de 2004 (Autor: Senador Papaléo Paes)</p>	<p>Os projetos em apreço pretendem, entre outras coisas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - obrigar a realização do exame de DNA na rede hospitalar pública; - determinar a impressão do calendário de vacinas infantis obrigatórias nas embalagens de leite; - autorizar o Poder Executivo a instituir programa nacional de prática desportiva para a prevenção da violência e do uso de drogas; - fixar a obrigatoriedade da manutenção, pelos serviços de saúde do País, de um Programa de Controle de Infecções na Assistência à Saúde.

2.11 – Requerimento nº 1.177, de 2008 (Autor: Senador Marco Maciel):

MATÉRIA	ASSUNTO
<p>Ofício “S” nº 9, de 2003 (Autor: Presidente do Supremo Tribunal Federal) com o</p> <p>Ofício “S” nº 2, de 2006 (Autor: Presidente da Câmara do Deputados)</p>	<p>Os Ofícios “S” em apreço têm por objetivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - dar ciência ao Senado Federal das providências solicitadas pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal aos Governadores de Estado, no âmbito da segurança pública, visando o combate à criminalidade; - dar ciência ao Senado Federal, para as providências cabíveis no âmbito desta Casa, do Relatório Final da <i>Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação criminosa das milícias e dos grupos de extermínio em toda a Região Nordeste.</i>

2.12 – Requerimento nº 1.185, de 2008 (Autor: Senador Marco Maciel):

MATÉRIA	ASSUNTO
<p>PLC 47, de 2003 – Complementar (Autor: Deputado Robson Tuma) com os</p> <p>PLS 485, de 2003 – Complementar (Autor: Senador Gerson Camata)</p> <p>PLS 194, de 2005 – Complementar (Autor: Senador Pedro Simon)</p> <p>PLS 241, de 2005 – Complementar (Autor: Senador Tião Viana e outros Senhores Senadores)</p> <p>PLS 118, de 2006 – Complementar (Autor: Senador Demóstenes Torres)</p> <p>PLS 219, de 2008 – Complementar (Autor: Senador Demóstenes Torres)</p>	<p>Os projetos em apreço pretendem, entre outras coisas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - instituir o Cadastro Nacional Centralizado de Correntistas; - alterar a Lei Complementar nº 105, de 2001, para incluir nova hipótese de comunicação que não constitui violação ao dever de sigilo das instituições financeiras, e para assegurar ao Ministério Público o acesso a informações contábeis, fiscais e bancárias de pessoas físicas e jurídicas, sem prévia autorização judicial; - incluir dispositivo à Lei Complementar nº 105, de 2001, para excluir do benefício do sigilo bancário as pessoas que menciona (Deputados Federais, Senadores, Ministros de Estado, Presidente e Vice-Presidente da República, Dirigentes Partidários, Presidentes e Diretores da Administração Direta e Indireta); - alterar o Código Tributário Nacional para permitir o fornecimento de informações protegidas por sigilo fiscal ao Poder Legislativo Federal e para permitir expressamente aos membros do Ministério Público o acesso a dados fiscais controlados pelas autoridades fazendárias, quando houver inquérito civil público ou procedimento investigatório instaurado.

2.13 – Requerimento nº 1.186, de 2008 (Autor: Senador Marco Maciel):

MATÉRIA	ASSUNTO
<p>PEC 95, de 2003 (Autor: Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores) com as</p> <p>PEC 16, de 2004 (Autor: Senador Sérgio Zambiasi e</p>	<p>As PECs em apreço pretendem, entre outras coisas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - dispor sobre a aposentadoria das pessoas portadoras de deficiência; - assegurar a contagem do tempo exercido por estagiário ou bolsista para os fins de fruição de aposentadoria e

MATÉRIA	ASSUNTO
<p>outros Senhores Senadores)</p> <p>PEC 61, de 2004 (Autor: Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores)</p> <p>PEC 6, de 2006 (Autor: Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores)</p> <p>PEC 13, de 2006 (Autor: Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores)</p> <p>PEC 22, de 2007 (Autor: Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores)</p> <p>PEC 85, de 2007 (Autor: Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores)</p> <p>PEC 10, de 2008 (Autor: Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores)</p>	<p>outros benefícios previdenciários;</p> <ul style="list-style-type: none"> - dispor sobre a contribuição para a previdência de pessoa com idade igual ou superior a setenta anos; - estender as normas especiais para aposentadoria dos professores previstas na CF para as regras de transição estabelecidas pelo art. 3º da EC nº 47, de 2005; - vincular os benefícios dos aposentados e pensionistas do INSS ao salário mínimo; - estabelecer normas para o reajuste das aposentadorias e pensões concedidas no âmbito dos regimes próprios de previdência social destinados aos servidores públicos; - instituir hipótese de aposentadoria proporcional no âmbito do regime geral de previdência social; - estabelecer idade mínima para a concessão de aposentadoria no regime geral de previdência social, bem como regra de transição.

2.14 - Requerimento nº 1.187, de 2008 (Autor: Senador Marco Maciel):

MATÉRIA	ASSUNTO
<p>PLC 43, de 2005 (Autor: Deputado Paulo Rocha) com os</p> <p>PLC 86, de 2006 (Autor: Deputado João Alfredo)</p> <p>PLC 77, de 2007 (Autora: Deputada Sandra Rosado)</p> <p>PLS 107, de 2003 (Autor: Senador Paulo Paim)</p> <p>PLS 280, de 2003 (Autora: Senadora Lúcia Vânia)</p>	<p>Alteram a Lei nº 8.069, de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – para, entre outras coisas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - determinar que a pessoa que for retirada, cautelarmente, da moradia comum, por maus-tratos, opressão ou abuso sexual contra criança ou adolescente, seja obrigada a prestar alimentos; - substituir a expressão “medida sócio-educativa” pela “medida psicossocioeducativa”; - obrigar hospitais e demais estabelecimentos de atenção à gestante a armazenar e conservar amostras de

MATÉRIA	ASSUNTO
PLS 428, de 2003 (Autor: Senador Geson Camata)	material genético do recém-nascido que possibilite a identificação ou a confirmação da maternidade pela análise do DNA;
PLS 285, de 2005 (Autor: Senador Pedro Simon)	- determinar que o menor infrator, ao alcançar a liberdade compulsória aos 21 anos de idade, tenha o restante da sua medida sócio-educativa convertida em prestação de serviços à comunidade;
PLS 18, de 2006 (Autor: Senador Pedro Simon)	- disciplinar a atuação das entidades privadas de caráter filantrópico e caritativo no que diz respeito à aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente;
PLS 46, de 2006 (Autor: Senador Paulo Paim)	- determinar prazo para o registro do desaparecimento de criança e adolescente e estabelecer prazo máximo para o início das investigações;
PLS 19, de 2007 (Autor: Senador César Borges)	- estabelecer a classificação, por faixa etária, para a presença de crianças em atividades culturais audiovisuais;
PLS 700, de 2007 (Autor: Senador Marcelo Crivella)	- instituir medidas assecuratórias da integridade da criança e do adolescente;
PLS 154, de 2008 (Autora: Senadora Serys Slhessarenko)	- tornar crime a aquisição de material pornográfico envolvendo criança ou adolescente;
PLS 160, de 2008 (Autor: Senador Marconi Perillo)	- caracterizar o abandono moral como ilícito civil e penal;
PLS 284, de 2008 (Autor: Senador João Vicente Claudino)	- agravar a pena de notários e oficiais de registro que pratiquem ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior, com inobservância das formalidades legais ou com o propósito de obter lucro;
	- dispor sobre a guarda e adoção;
	- dispor sobre a obrigatoriedade da inserção de texto em embalagens de produtos infantis.

2.15 – Requerimento nº 1.189, de 2008 (Autor: Senador Marco Maciel):

MATÉRIA	ASSUNTO
PLS 87, de 2003 (Autor: Senador Hélio Costa)	Os projetos em apreço dispõem, entre outras coisas, sobre:

MATÉRIA	ASSUNTO
<p>com os</p> <p>PLS 54, de 2005 (Autor: Senador Antonio Carlos Valadares)</p> <p>PLS 51, de 2006 (Autor: Senador José Jorge)</p> <p>PLS 551, de 2007 (Autor: Senador Leomar Quintanilha)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - a criação do instituto do Juiz Anônimo; - a instituição do Juizado Especial Cível da Mulher; - o processo e julgamento da representação interventiva perante o Supremo Tribunal Federal; - a regulamentação do inciso II, do art. 98, da CF, dispondo sobre a Justiça de Paz.

2.16 – Requerimento nº 1.190, de 2008 (Autor: Senador Marco Maciel):

MATÉRIA	ASSUNTO
<p>PEC 2, de 2003 (Autor: Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores)</p> <p>com a</p> <p>PEC 2, de 2006 (Autor: Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores)</p>	<p>As PECs em apreço alteram a Constituição Federal para dispor:</p> <ul style="list-style-type: none"> - sobre a erradicação da pobreza, a marginalização e redução das desigualdades sociais, raciais e regionais; - sobre o Fundo de Promoção da Igualdade Racial.

2.17 – Requerimento nº 1.191, de 2008 (Autor: Senador Marco Maciel):

MATÉRIA	ASSUNTO
<p>PEC 43, de 2003 (Autor: Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores)</p> <p>com as</p> <p>PEC 20, de 2006 (Autor: Senador Pedro Simon e outros Senhores Senadores)</p> <p>PEC 8, de 2007 (Autor: Senador Marconi Perillo)</p>	<p>As PECs em apreço alteram a Constituição Federal para dispor:</p> <ul style="list-style-type: none"> - sobre a adoção de medidas de segurança para os responsáveis pela prisão, nos casos de delitos relacionados com o crime organizado; - sobre o controle externo da atividade policial, direcionando a investigação criminal, com o auxílio dos órgãos da polícia judiciária; - sobre a criação de fundo de segurança pública e a vinculação de seus recursos.

2.18 – Requerimento nº 1.192, de 2008 (Autor: Senador Marco Maciel):

MATÉRIA	ASSUNTO
<p>PEC 32, de 2003 (Autor: Senador Sérgio Cabral e outros Senhores Senadores) com a</p> <p>PEC 22, de 2005 (Autor: Senador Tasso Jereissati e outros Senhores Senadores)</p>	<p>As PECs em apreço alteram a Constituição Federal para:</p> <ul style="list-style-type: none"> - transformar a guarda municipal de cidades com mais de dois milhões de habitantes em órgão da segurança pública; - criar a guarda nacional como órgão permanente da segurança pública.

2.19 – Requerimento nº 1.193, de 2008 (Autor: Senador Marco Maciel):

MATÉRIA	ASSUNTO
<p>PEC 28, de 1999 (Autor: Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores) com a</p> <p>PEC 92, de 2007 (Autor: Senador Raimundo Colombo e outros Senhores Senadores)</p>	<p>As PECs em apreço dispõem:</p> <ul style="list-style-type: none"> - sobre o regime constitucional dos delegados de polícia de carreira; - sobre a isonomia de vencimentos entre as categorias que menciona (Delegado da Polícia Civil, Oficial das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e o membro do Ministério Público estadual).

2.20 - Requerimento nº 1.194, de 2008 (Autor: Senador Marco Maciel):

MATÉRIA	ASSUNTO
<p>PEC 88, de 2003 (Autor: Senador Marco Maciel e outros Senhores Senadores) com a</p> <p>PEC 20, de 2005 (Autor: Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores)</p>	<p>As PECs em apreço alteram a Constituição Federal para:</p> <ul style="list-style-type: none"> - determinar a participação de representantes do Poder Judiciário e dos Estados-membros da Federação no Conselho da República; - incluir os ex-Presidentes da República como membros vitalícios do Conselho da República.

2.21 - Requerimento nº 1.195, de 2008 (Autor: Senador Marco Maciel):

MATÉRIA	ASSUNTO
PLC 78, de 2004 (Autor: Deputado Walter Pinheiro)	Alteram a Lei nº 7.347, de 1985, que disciplina a ação civil pública para, entre

MATÉRIA	ASSUNTO
com os PLC 82, de 2004 (Autor: Deputado Wasny de Roure) PLC 52, de 2007 (Autor: Deputado Osmar Serraglio)	outras coisas: - acrescentar entre as causas de ação civil pública o dano causado ao patrimônio público; - conferir prioridade à tramitação das ações civis públicas sobre os demais feitos judiciais, exceto o <i>habeas corpus</i> e o mandado de segurança.

2.22 – Requerimento nº 1.196, de 2008 (Autor: Senador Marco Maciel):

MATÉRIA	ASSUNTO
PEC 74, de 2007 (Autor: Senador Demóstenes Torres e outros Senhores Senadores) com a PEC 84, de 2007 (Autor: Senador José Maranhão e outros Senhores Senadores)	As PECs em apreço alteram a Constituição Federal para: - legitimar o Ministério Público para a impetração do mandado de segurança coletivo, no exercício de suas atribuições constitucionais; - estabelecer a gratuidade das ações de mandado de segurança e de mandado de injunção.

2.23 – Requerimento nº 1.197, de 2008 (Autor: Senador Marco Maciel):

MATÉRIA	ASSUNTO
PLS 634, de 2007 (Autor: Senador Siba Machado) com os PLS 683, de 2007 (Autora: Senadora Serys Slhessarenko) PLS 23, de 2008 (Autora: Senadora Roseana Sarney)	Alteram a Lei nº 7.210, de 1984, para, entre outras coisas: - garantir o direito de visita a presos sem distinção de gênero; - garantir a permanência dos filhos com idade de até 4 (quatro) anos junto às mães encarceradas.

2.24 – Requerimento nº 1.198, de 2008 (Autor: Senador Marco Maciel):

MATÉRIA	ASSUNTO
PLS 242, de 2005 (Autor: Senador Tião Viana) com os PLS 407, de 2005 (Autor: Senador Wellington Salgado de	Alteram a legislação federal para dispor, entre outras coisas que: - os Presidentes das autarquias, fundações e empresas públicas serão sabatinados pelo Senado Federal, após audiência prévia da Comissão de Ética

MATÉRIA	ASSUNTO
<p>Oliveira)</p> <p>PLS 308, de 2007 (Autor: Senador Mozarildo Cavalcanti)</p> <p>PLS 587, de 2007 (Autor: Senador Delcídio Amaral)</p>	<p>Pública vinculada à Presidência da República;</p> <p>- o Senado Federal aprovará o nome dos indicados para compor o Conselho Nacional de Educação – CNE, as autoridades máximas das autarquias e fundações públicas e os diretores do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes.</p>

2.25 – Requerimento nº 1.199, de 2008 (Autor: Senador Marco Maciel):

MATÉRIA	ASSUNTO
<p>PLC 23, de 2008 (Autor: Deputado Flávio Dino) com os</p> <p>PLS 295, de 2001 (Autor: CPI do Futebol)</p> <p>PLS 578, de 2007 (Autor: Senador Pedro Simon)</p> <p>PLS 286, de 2008 (Autor: Senador Garibaldi Alves Filho)</p>	<p>Os projetos em apreço pretendem, entre outras coisas:</p> <p>- obrigar que as providências adotadas em decorrência das conclusões de Comissões Parlamentares de Inquérito sejam encaminhadas, também, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público;</p> <p>- instituir a Lei de Inquérito Parlamentar (LINP), disciplinando os poderes de investigação inerentes às autoridades judiciais;</p> <p>- dispor sobre o funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito no Poder Legislativo Federal.</p>

2.26 – Requerimento nº 1.200, de 2008 (Autor: Senador Marco Maciel):

MATÉRIA	ASSUNTO
<p>PLS 134, de 2003 (Autor: Senador Delcídio Amaral)</p> <p>PLS 135, de 2003 (Autor: Senador Delcídio Amaral)</p> <p>PLS 154, de 2003 (Autor: Senador Romeu Tuma)</p> <p>PLS 204, de 2003 (Autor: Senador Valdir Raupp)</p>	<p>Os projetos em apreço sugerem diversas alterações ao Código Penal – Lei nº 2.848, de 1940.</p>

MATÉRIA	ASSUNTO
PLS 311, de 2003 (Autor: Senador Paulo Paim)	
PLS 338, de 2003 (Autor: Senador Tasso Jereissati)	
PLS 378, de 2003 (Autor: Senador Tasso Jereissati)	
PLS 457, de 2003 (Autor: Senador Demóstenes Torres)	
PLS 508, de 2003 (Autor: Senador João Ribeiro)	
PLS 13, de 2004 (Autor: Senador Paulo Paim)	
PLS 113, de 2004 (Autor: Senador Demóstenes Torres)	
PLS 196, de 2004 (Autor: Senador Demóstenes Torres)	
PLS 227, de 2004 (Autor: Senador Mozarildo Cavalcanti)	
PLS 3, DE 2005 (Autor: Senador Alvaro Dias)	
PLS 280, de 2005 (Autor: Senador Osmar Dias)	
PLS 301, de 2005 (Autor: Senador Romeu Tuma)	
PLS 307, de 2005 (Autor: Senador Pedro Simon)	
PLS 339, de 2005 (Autor: Senador Pedro Simon)	
PLS 357, de 2005 (Autor:	

MATÉRIA	ASSUNTO
Senador Romeu Tuma)	
PLS 378, de 2005 (Autor: Senador Osmar Dias)	
PLS 383, de 2005 (Autor: Senador Delcídio Amaral)	
PLS 55, de 2006 (Autor: Senador Valdir Raupp)	
PLS 105, de 2006 (Autor: Senador Valdir Raupp)	
PLS 159, de 2006 (Autor: Senador Romeu Tuma)	
PLS 162, de 2006 (Autor: Senador Romeu Tuma)	
PLS 167, de 2006 (Autor: Senador Romeu Tuma)	
PLS 283, de 2006 (Autora: Senadora Serys Slhessarenko)	
PLS 197, de 2007 (Autor: Senador Aloízio Mercadante)	
PLS 239, de 2007 (Autor: Senador Expedito Júnior)	
PLS 287, de 2007 (Autor: Senador Valdir Raupp)	
PLS 496, de 2007 (Autor: Senador César Borges)	
PLS 537, de 2007 (Autor: Senador Papaléo Paes)	
PLS 552, de 2007 (Autor: Senador Gerson Camata)	

MATÉRIA	ASSUNTO
PLS 689, de 2007 (Autora: Senadora Serys Slhessarenko)	
PLS 7, de 2008 (Autor: Senador Romeu Tuma)	
PLS 148, de 2008 (Autor: Senador Demóstenes Torres)	
PLS 149, de 2008 (Autor: Senador Demóstenes Torres)	
PLS 220, de 2008 (Autor: Senador Romero Jucá)	
PLC 97, de 2003 (Autor: Deputado Paulo Rocha)	
PLC 69, de 2006 (Autor: Deputado Paulo Baltazar)	

2.27 – Requerimento nº 1.202, de 2008 (Autor: Senador Marco Maciel):

MATÉRIA	ASSUNTO
PRS 65, de 2003 (Autor: Senador João Ribeiro)	Alteram a Resolução nº 53, de 1997, para disciplinar a alienação de bens móveis e imóveis pertencentes ao patrimônio do Senado Federal.
PRS 4, de 2004 (Autor: Senador Hélio Costa)	
PRS 7, de 2004 (Autor: Comissão Diretora)	

2.28 – Requerimento nº 1.203, de 2008 (Autor: Senador Marco Maciel):

MATÉRIA	ASSUNTO
PRS 3, de 2007 (Autor: Senador Osmar Dias)	Os projetos de resolução em apreço alteram a Resolução nº 20, de 1993, que “Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar”.
PRS 35, de 2007 (Autor: Senador Mozarildo Cavalcanti)	
PRS 15, de 2003 (Autor:)	
	<u>Observação:</u> O PRS 15, de 2003, sugere a revogação da Resolução nº

MATÉRIA	ASSUNTO
Senador Tião Viana)	20, de 1993.

2.29 – Requerimento nº 1.204, de 2008 (Autor: Senador Marco Maciel):

MATÉRIA	ASSUNTO
PLS 292, de 2004 (Autor: Senador Edison Lobão)	Os projetos em apreço dispõem sobre a proteção contra a despedida arbitrária ou sem justa causa e estabelecem medidas e incentivos para a geração de empregos.
PLS 232, de 2003 (Autor: Senador Paulo Paim)	

2.30 – Requerimento nº 1.205, de 2008 (Autor: Senador Marco Maciel):

MATÉRIA	ASSUNTO
PLS 157, de 2002 (Autor: Senador Chico Sartori)	Alteram a CLT e o RJU para dispor sobre - a licença-maternidade das servidoras mães adotantes ou que tenham obtido guarda judicial de crianças; - a licença paternidade.
PLS 86, de 2007 (Autor: Senador Paulo Paim)	

2.31 – Requerimento nº 1.206, de 2008 (Autor: Senador Marco Maciel):

MATÉRIA	ASSUNTO
PEC 16, de 2003 (Autor: Senador Gerson Camata e outros Senhores Senadores)	Alteram a Constituição Federal para conferir mais transparência à Administração Pública, definindo, inclusive, a aplicabilidade da lei que regula os atos de improbidade administrativa.
PEC 36, de 2005 (Autor: Senador Hélio Costa e outros Senhores Senadores)	
PEC 34, de 2006 (Autor: CPMI dos Correios)	
PEC 40, de 2006 (Autor: CPMI dos Correios)	
PEC 42, de 2007 (Autor: Senador Tião Viana e outros Senhores Senadores)	
PEC 51, de 2007 (Autor: Senador Almeida Lima e outros)	

MATÉRIA	ASSUNTO
Senhores Senadores) PEC 56, de 2007 (Autor: Senador Pedro Simon e outros Senhores Senadores)	

2.32 – Requerimento nº 1.207, de 2008 (Autor: Senador Marco Maciel):

MATÉRIA	ASSUNTO
PLC 106, de 2005 (Autora: Deputada Iara Bernardi) PLS 85, de 2003 (Autor: Senador Paulo Paim) PLS 193, de 2003 (Autor: Senador Marcelo Crivella) PLS 205, de 2005 (Autor: Senador Marcelo Crivella) PLS 254, de 2005 (Autor: Senador Paulo Paim) PLS 301, de 2006 (Autor: Senador Paulo Paim)	Alteram a CLT para: - configurar o assédio sexual como justa causa para a rescisão do contrato de trabalho; - proibir o uso de polígrafo pelo empregador; - dispor sobre medidas de segurança e de proteção individual contra os riscos de acidentes do trabalho; - dispor sobre a readmissão ou reintegração do empregado; - dispor sobre a redução da jornada de trabalho sem redução de salários; - regulamentar o adicional de penosidade previsto no inciso XXIII do art. 7º da CF.

2.33 – Requerimento nº 1.208, de 2008 (Autor: Senador Marco Maciel):

MATÉRIA	ASSUNTO
PLS 459, de 2003 (Autor: Senador Magno Malta) PLS 238, de 2004 (Autor: Senador Demóstenes Torres)	Os projetos em apreço tem por objetivo, entre outras coisas: - alterar a Lei 9.615, de 1998, que institui normas gerais sobre desporto; - obrigar a presença do profissional fisioterapeuta em Academias, nos clubes e agremiações desportivas.

2.34 - Requerimento nº 1.209, de 2008 (Autor: Senador Marco Maciel):

MATÉRIA	ASSUNTO
PLS 615, de 2007 (Autor: Senador Marcelo Crivella)	Os projetos em apreço têm por objetivo, entre outras coisas:

MATÉRIA	ASSUNTO
PLS 283, de 2008 (Autor: Senador Antonio Carlos Valadares)	- proibir o uso de informações constantes dos cadastros das agências de proteção ao crédito e afins, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho; - definir ações e crimes resultantes de discriminação na relação de trabalho.

2.35 - Requerimento nº 1.210, de 2008 (Autor: Senador Marco Maciel):

MATÉRIA	ASSUNTO
PLS 83, de 2007 (Autor: Senador Paulo Paim)	Os projetos em apreço tem por objetivo: - definir os serviços ou atividades essenciais, para os efeitos do direito de greve, previsto na CF; - dispor sobre o direito de greve, impossibilitando a utilização do interdito proibitório.
PLS 84, de 2007 (Autor: Senador Paulo Paim)	
PLS 513, de 2007 (Autor: Senador Paulo Paim)	

3 – REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÃO, COM RELATÓRIOS FAVORÁVEIS:

Relator – Senador ALVARO DIAS:

- **Requerimento nº 910, de 2008 (Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle/SF – Ministro da Saúde).**

Assunto: solicita informações ao Ministro da Saúde sobre as providências adotadas para adequar as ações do Programa Nacional de Controle da Dengue às recomendações oriundas do Tribunal de Contas da União, objeto do Aviso nº 102, de 2007-SF.

- **Requerimento nº 996, de 2008 (Senador Adelmir Santana – Ministro de Estado da Saúde).**

Assunto: solicita informações sobre os gastos do Ministério da Saúde com medicamentos nos anos de 2006 e 2007.

Relator – Senador EFRAIM MORAIS:

- **Requerimento nº 1073, de 2008 (Senador Mozarildo Cavalcanti – Ministro de Estado da Justiça).**

Assunto: solicita informações ao Ministro da Justiça sobre o total gasto, detalhado por função e sub-função, nas Operações Upatakon I, II e III.

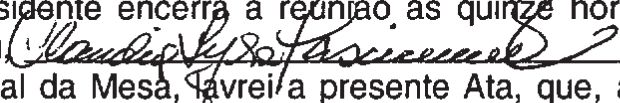
4 – ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Em seguida, o Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho passa ao **Item 2** (Requerimentos de tramitação conjunta). Após debates, são aprovados os seguintes requerimentos:

2.1 – Requerimento nº 1.091, de 2008. Aprovado o requerimento, as matérias vão às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); de Assuntos Sociais (CAS); e de Assuntos Econômicos (CAE). O requerimento é remetido à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências; **2.2 – Requerimento nº 1.096, de 2008.** Aprovado o requerimento, as matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O requerimento é remetido à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências; **2.3 – Requerimento nº 1.097, de 2008.** Aprovado o requerimento, as matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno. O requerimento é remetido à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências; **2.4 – Requerimento nº 1.103, de 2008.** Aprovado o requerimento, as matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O requerimento é remetido à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências; **2.5 – Requerimento nº 1.104, de 2008.** Aprovado o requerimento, as matérias vão às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); e de Educação (CE). O requerimento é remetido à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências; **2.6 – Requerimento nº 1.163, de 2008.** Aprovado o requerimento, as matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O requerimento é remetido à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências; **2.7 – Requerimento nº 1.166, de 2008.** Aprovado o requerimento, as matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno. O requerimento é remetido à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências; **2.8 – Requerimento nº 1.174, de 2008.** Aprovado o requerimento, as matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno. O requerimento é remetido à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências; **2.9 – Requerimento nº 1.175, de 2008.** Aprovado o requerimento, as matérias vão às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O requerimento é remetido à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências; **2.10 – Requerimento nº 1.176, de 2008.** Aprovado o requerimento, as matérias vão às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); e de Assuntos Sociais (CAS). O requerimento é remetido à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências; **2.11 – Requerimento nº 1.177, de 2008.** Aprovado o requerimento, as matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O requerimento é remetido à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências; **2.12 – Requerimento nº 1.185, de 2008.** Aprovado o requerimento, as matérias vão às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); e de Assuntos Econômicos (CAE). O requerimento é remetido à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências; **2.13 – Requerimento nº 1.186, de 2008.** Aprovado o requerimento, as matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O requerimento é remetido à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências; **2.14 – Requerimento nº**

1.187, de 2008. Aprovado o requerimento, as matérias vão às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); de Educação (CE); e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O requerimento é remetido à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências; **2.15 – Requerimento nº 1.189, de 2008.** Aprovado o requerimento, as matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno. O requerimento é remetido à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências; **2.16 – Requerimento nº 1.190, de 2008.** Aprovado o requerimento, as matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O requerimento é remetido à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências; **2.17 – Requerimento nº 1.191, de 2008.** Aprovado o requerimento, as matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O requerimento é remetido à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências; **2.18 – Requerimento nº 1.192, de 2008.** Aprovado o requerimento, as matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O requerimento é remetido à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências; **2.19 – Requerimento nº 1.193, de 2008.** Aprovado o requerimento, as matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O requerimento é remetido à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências; **2.20 – Requerimento nº 1.194, de 2008.** Aprovado o requerimento, as matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O requerimento é remetido à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências; **2.21 – Requerimento nº 1.195, de 2008.** Aprovado o requerimento, as matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O requerimento é remetido à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências; **2.22 – Requerimento nº 1.196, de 2008.** Aprovado o requerimento, as matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O requerimento é remetido à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências; **2.23 – Requerimento nº 1.197, de 2008.** Aprovado o requerimento, as matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno. O requerimento é remetido à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências; **2.24 – Requerimento nº 1.198, de 2008.** Aprovado o requerimento, as matérias vão às Comissões de Serviços de Infra-Estrutura (CI); de Educação (CE); e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O requerimento é remetido à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências; **2.25 – Requerimento nº 1.199, de 2008.** Aprovado o requerimento, as matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O requerimento é remetido à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências; **2.26 – Requerimento nº 1.200, de 2008.** Aprovado o requerimento, as matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O requerimento é remetido à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências; **2.27 – Requerimento nº 1.202, de 2008.** Aprovado o requerimento, as matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); e à Comissão Diretora (CDIR). O requerimento é remetido à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências; **2.28 – Requerimento nº 1.203, de 2008.** Aprovado o requerimento, as

matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); e à Comissão Diretora (CDIR). O requerimento é remetido à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências; **2.29 – Requerimento nº 1.204, de 2008.** Aprovado o requerimento, as matérias vão às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); e de Assuntos Sociais (CAS). O requerimento é remetido à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências; **2.30 – Requerimento nº 1.205, de 2008.** Aprovado o requerimento, as matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O requerimento é remetido à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências; **2.31 – Requerimento nº 1.206, de 2008.** Aprovado o requerimento, as matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O requerimento é remetido à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências; **2.32 – Requerimento nº 1.207, de 2008.** Aprovado o requerimento, as matérias vão às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); de Assuntos Econômicos (CAE); e de Assuntos Sociais (CAS). O requerimento é remetido à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências; **2.33 – Requerimento nº 1.208, de 2008.** Aprovado o requerimento, as matérias vão às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); de Educação (CE); e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O requerimento é remetido à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências; **2.34 – Requerimento nº 1.209, de 2008.** Aprovado o requerimento, as matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O requerimento é remetido à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências; **2.35 – Requerimento nº 1.210, de 2008.** Aprovado o requerimento, as matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O requerimento é remetido à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências. Em seguida, passa-se ao **Item 3** (Requerimentos de informações, com relatórios favoráveis). O Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho concede a palavra ao Senador Alvaro Dias, que apresenta relatórios favoráveis aos **Requerimentos nºs 910 e 996, de 2008.** Submetidos à votação, os requerimentos são aprovados, nos termos de seus relatórios, e remetidos à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. Tendo em vista a aprovação do **Requerimento nº 910, de 2008,** fica interrompida a tramitação do Aviso nº 102, de 2007 (SF), nos termos do inciso IV do art. 216 do Regimento Interno. O Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho concede a palavra ao Senador Efraim Morais, que apresenta relatório favorável ao **Requerimento nº 1.073, de 2008.** Submetido à votação, o requerimento é aprovado, nos termos de seu relatório, e remetido à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. Em seguida, o Senador Flexa Ribeiro consulta a Mesa sobre a possibilidade de se colocar em pauta o **Requerimento nº 1.211, de 2008,** de informações. Não havendo objeção, o Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho concede a palavra ao Senador César Borges, que emite parecer oral favorável. Submetido à votação, o requerimento é aprovado, nos termos de seu relatório, e remetido à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. Em seguida, passa-se ao **Item 4** (Assuntos

Administrativos). A seguir, passa-se a tratar de matérias da área administrativa, que constarão da ata da reunião da Comissão Diretora. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião às quinze horas e quarenta minutos. E, para constar, eu,  (Claudia Lyra Nascimento), Secretária-Geral da Mesa, lavrei a presente Ata, que, após assinada pelos membros da Mesa presentes, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

Senado Federal, em 14 de outubro de 2008.



Senador **Garibaldi Alves Filho**
Presidente



Senador **Alvaro Dias**
2º Vice-Presidente



Senador **Efraim Moraes**
1º Secretário



Senador **Gerson Camata**
2º Secretário



Senador **César Borges**
3º Secretário



Senador **Magno Malta**
4º Secretário



Senador **Papaleo Paes**
1º Suplente de Secretário



Senador **Flexa Ribeiro**
4º Suplente de Secretário

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia trinta de outubro do ano de dois mil e oito, quinta-feira, às quatorze horas e trinta minutos, na sala número treze da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 443**, adotada em vinte e seis de junho de 2008 e publicada no dia vinte e sete do mesmo mês e ano, que “Autoriza o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil, e dá outras providências”, com a presença do Deputado Raul Jungmann, ***a reunião não foi realizada por falta de quorum.***

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 2008.


SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Ada Mello** (S)

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virgínio de Carvalho** (S)

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁸⁾
RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁸⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 22/11/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹⁴⁾	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁹⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹³⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(3,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) ^(2,12,17)	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Praia (AM) ⁽¹⁶⁾	

PDT/PSOL (10)

1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
3. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley**Telefone(s):** 3311-3514**Fax:** 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.6.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final prorrogado: 13/03/2009

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) ⁽¹⁾
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
3. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PDT	

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5

Leitura: 05/03/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

2) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

Número de membros: 9

COORDENADOR: Hamilton Carvalhido

RELATOR-GERAL: Eugenio Pacelli de Oliveira

Leitura: 25/03/2008

Designação: 01/07/2008

MEMBROS

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

Finalidade: Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 03/04/2008

TITULARES**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)**

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**Maioria (PMDB)**

Senador José Nery (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador José Maranhão (PMDB)	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Gim Argello	1. Senador João Vicente Claudino

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA - ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE PAZ NA COLÔMBIA

Finalidade: Acompanhar "in loco", junto ao Senado Colombiano, o atual estágio do processo de paz e de defesa dos direitos humanos.

(Requerimento nº 756, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)

Senador João Pedro (PT)

Maioria (PMDB)

PSDB

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	5. Inácio Arruda (PC DO B)
Expedito Júnior (PR)	6. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Serys Slhessarenko (PT)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	8. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,12)	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹¹⁾	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
João Vicente Claudino	1. Sérgio Zambiasi ⁽⁹⁾

Gim Argello	2.
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Praia (7)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
7. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
8. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
9. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PSDB PMDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL**Finalidade:** Debater e examinar a situação da Previdência Social**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516**Fax:** 3311-4344**E-mail:** scomcae@senado.gov.br**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA****Finalidade:** Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**RELATOR:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516**Fax:** 3311-4344**E-mail:** scomcae@senado.gov.brEndereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽³⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Shessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ^(1,2,13)
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁹⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹²⁾	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽⁴⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁸⁾	
Mozarildo Cavalcanti ^(7,11)	1. Ada Mello ⁽¹⁴⁾
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.

2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).

3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).

4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁴⁾
Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾	2. Francisco Dornelles (PP) ^(1,12,14)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Expedito Júnior (PR) ^(13,14)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁶⁾
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(7,15)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹¹⁾	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Osmar Dias ⁽¹⁰⁾	1. Cristovam Buarque ⁽⁹⁾

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. Eleito em 8.8.2007.
3. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
8. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
9. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
10. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
13. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
14. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
16. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹²⁾
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(8,16)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) ^(5,9)	6. VAGO ^(15,17)
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹³⁾	5. Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹⁴⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽⁷⁾	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (Of. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Marina Silva (PT) ⁽⁷⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(5,11)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽³⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁹⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁰⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
Gim Argello ⁽⁶⁾	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁸⁾	1.

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Shlessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽⁵⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marina Silva (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. Nº 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
VAGO ⁽¹⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
3. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (8)	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Marina Silva (PT) (12)
Patrícia Saboya (PDT) (5)	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) (1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (11,13)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) (4)	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (6)	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) (10)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) (3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB (9)	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).

12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).

13. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).

4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)**Prazo final:** 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽²⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) (2)
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (4)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Marina Silva (PT) (17)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (1)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB) (14,19)
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) (5,16)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) (6)
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) (2)
Virginio de Carvalho (PSC) (13)	3. Marco Antônio Costa (DEM) (18)
Romeu Tuma (PTB) (3)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) (12)
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB (7)	
Ada Mello (8,9,10,11,20,21)	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
9. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
10. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
11. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
12. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
13. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
14. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
15. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
16. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
17. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
18. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
19. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
20. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
21. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago em razão da substituição do Senador Valdir Raupp pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 22.08.2007 (Of. Nº 362/2007-GLPMDB).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).

4. Em 07.10.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (Of. nº 174/2008-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO ^(1,6,7)**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,8)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
7. Em 07.10.2008, vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
8. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) ^(3,6)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. VAGO ^(8,10)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,9)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Adelmir Santana (DEM-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽³⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽²⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(5,12)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹⁰⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹¹⁾
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁹⁾	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

12. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO ^(5,7)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁸⁾
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽⁹⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
VAGO ⁽¹⁰⁾	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Tenório (PSDB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,8)	3. Gim Argello (PTB) ^(6,7)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁴⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB) ⁽⁹⁾
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
6. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
7. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
8. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

9. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.nº 121/08-GLPSDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS**Finalidade:** Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO**PROCURADORIA PARLAMENTAR****(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008**Notas:**

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3311-5255 **Fax:** 3311-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽¹⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽²⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹³⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹¹⁾
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹⁰⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹²⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO ⁽¹⁴⁾	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 19/07/2008

Notas:

1. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

2. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
10. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
11. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 03.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
12. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
13. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
14. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**MEMBROS****PMDB**

Roseana Sarney (MA)

DEMMarco Maciel (PE) ⁽²⁾**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

PT

Serys Slhessarenko (MT)

PTB

Sérgio Zambiasi (RS)

PR**PDT**

Cristovam Buarque (DF)

PSB

Patrícia Saboya (PDT-CE)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP**PSOL****Atualização:** 16/10/2008**Notas:**

1. Escolhidos, nos termos do Ofício GSSS nº 536/08.

2. Indicado para ocupar a vaga do DEM em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, conforme OF. nº 098/08 - GLPFL, lido na Sessão do dia 16.10.2008.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)
Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. IRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO (PPS/AC) ⁵
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 21.07.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, II, do Regimento Interno, por 116 dias, a partir do dia 01.07.2008.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	LÍDER DA MAIORIA VALDIR RAUPP PMDB-RO
LÍDER DA MINORIA ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA MÁRIO COUTO PSDB-PA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL MARCONDES GADELHA PSB-PB	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Morais (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)	3º SECRETÁRIO Senador César Borges (PR-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
LÍDER DA MINORIA Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



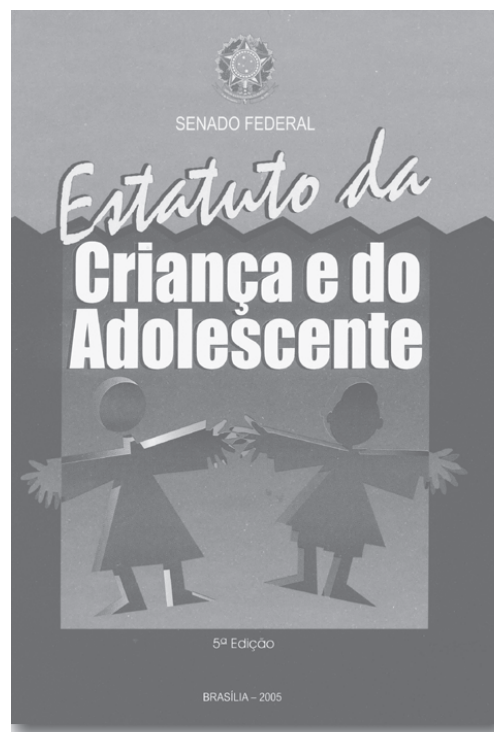
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Estatuto da Criança e do Adolescente

Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações
dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação cor-
relata e índice.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 172 PÁGINAS